



João Pedro Fontes Branco

Políticas Agrárias e Florestais em Portugal  
Continental: Da Regeneração à Política  
Agrícola Comum, uma abordagem Histórico-  
Geográfica

Relatório de Estágio no âmbito do Mestrado em Ensino de História e Geografia  
no 3º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário, orientado pela Doutora  
Adélia Nunes e pela Doutora Ana Isabel Ribeiro

2015



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Faculdade de Letras

**Políticas Agrárias e Florestais em Portugal  
Continental: Da Regeneração à Política  
Agrícola Comum, uma Abordagem  
Histórico-Geográfica**

**Ficha Técnica:**

<b>Tipo de trabalho</b>	<b>Relatório de Estágio</b>
<b>Título</b>	<b>Políticas Agrárias e Florestais em Portugal Continental: da Regeneração à Política Agrícola Comum, uma Abordagem Histórico Geográfica</b>
<b>Autor/a</b>	<b>João Pedro Fontes Branco</b>
<b>Orientador/a</b>	<b>Doutora Ana Isabel Sacramento Sampaio Ribeiro</b>
<b>Coorientador/a</b>	<b>Doutora Adélia de Jesus Nobre Nunes</b>
<b>Identificação do Curso</b>	<b>2º Ciclo em Ensino de História e Geografia no 3º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário</b>
<b>Área científica</b>	<b>Geografia e História</b>
<b>Especialidade/Ramo</b>	<b>Ensino de História e Geografia</b>
<b>Data</b>	<b>2015</b>





Aos meus pais,

À minha irmã.



As oportunidades multiplicam-se à medida que são agarradas.

Sun Tzu



## **Agradecimentos**

Após a elaboração deste trabalho não posso deixar de manifestar a minha gratidão para com as pessoas que foram essenciais na minha chegada até este ponto.

Agradeço, aos meus pais, à minha irmã e aos meus avós por tudo o que fizeram por mim, pela educação que me deram e pelo apoio prestado, fundamental para suplantar os trilhos mais sinuosos que palmilhei durante o meu percurso até aqui.

Aos educadores a quem dei trabalho e com quem trabalhei durante o meu percurso escolar, com um ênfase especial à Doutora Ana Isabel Ribeiro e à Doutora Adélia Nunes que me acompanharam e apoiaram nesta corrida pelos últimos cem metros.

A toda a comunidade da E. B. 2,3 Inês de Castro onde me senti muito bem acolhido e estimado por todos, com um carinho especial para a Doutora Fátima Galhim e para a Doutora Gabriela Borges que apoiaram todas as minhas decisões e confiaram no meu profissionalismo.

Aos meus amigos pela confiança transmitida e pelas horas de descontração proporcionadas, essenciais ao bom estado de espírito, em especial ao Bruno que durante o tempo de estágio esteve sempre cá.

À Kika, por ter sido ao longo de todo este ano a minha mais fiel ouvinte, sempre sintonizada na estação das preocupações e das dúvidas que foi ajudando a dissipar, afastando-me do ruído e levando-me sempre em direção à clareza de ideias.



## Resumo

O trabalho desenvolvido ao longo destas páginas é o último degrau de um ano dedicado à prática pedagógica supervisionada em ambiente escolar. Aqui se descreve todo o trabalho efetuado ao longo do ano letivo 2014/2015, na E. B. 2, 3 Inês de Castro, escola na qual coloquei em prática aprendizagens adquiridas ao longo do mestrado e da licenciatura ao lecionar as disciplinas de História e de Geografia a alunos do 3º Ciclo do Ensino Básico.

Na primeira parte descrevem-se de forma detalhada as atividades, letivas e extralectivas, executadas ao longo do estágio, levando em conta os agentes com os quais se interagiu em ambiente escolar, a própria escola e os métodos usados no trabalho desenvolvido. Esta parte termina com um balanço da prática pedagógica onde se apontam os aspetos mais relevantes no global desta atividade.

A segunda parte apresenta uma descrição da evolução da agricultura, desde a Regeneração até à entrada em vigor e desenvolvimento da Política Agrícola Comum, em Portugal, focando atenções nos resultados das políticas aplicadas pelo Estado e nos problemas estruturais que serviram, por vezes, como entraves ao desenvolvimento agroflorestal.

Por fim, são apresentadas as aplicações didáticas do tema tratado na segunda parte, diferenciadas para História e Geografia dada a dificuldade em encontrar uma estratégia onde fosse possível aplicar o estudo realizado ao mesmo tempo nas duas disciplinas. As duas estratégias passam por uma aula-exposição, uma das quais articuladas com a dinamização de um blog escolar.

**Palavras-chave:** Estágio Pedagógico; Desenvolvimento Agroflorestal; Aula-exposição; Blog Escolar

## Abstract

The work developed along those pages is the last step of an year dedicated to the pedagogical practice, supervised on school environment. Here is described all the work done along the school year 2014/2015, in E. B. 2, 3 Inês de Castro, school where I put in practice learnings acquired during the master's degree and the graduation, teaching the disciplines of History and of Geography, for students of the third cycle of basic education.

The first part of the work describes, with detail, all the activities executed along the internship, including the agents with whom were made interactions in school environment, the school itself and the methods used for working. These part ends with an assessment of teaching practice, focusing the most importante aspects to the global of the activity.

In the second part is discribed the agriculture evolution, since Regeneração until the application of Common Agricultural Policy in Portugal, paying attention on the results of the policies applied by the State and on the structural problems that prevented the agroforestry development.

Lastly are presented the strategies to teach the second part theme, wich are diferente for History and Geography, because of the difficulties found to get a strategy where both could be applied combined. The strategy defined was an “exhibition lesson” for both cases, and one of those included the construction of a school blog.

**Keywords:** Teaching practice; Agroforestry development; “Exhibition Lesson”; School blog.

# Índice

<b>Introdução</b> .....	1
<b>Parte I   Caracterização das atividades desenvolvidas durante o Estágio Pedagógico</b> .....	4
<b>1. Caracterização das atividades desenvolvidas durante o Estágio Pedagógico</b> .....	5
1.2 Caracterização da turma .....	6
1.3 Metodologia de trabalho no estágio .....	8
1.4 Atividades desenvolvidas no estágio .....	9
1.5 Atividades letivas .....	10
1.6 Atividades extralectivas .....	12
1.7 Balanço do estágio .....	13
<b>Parte II   Contextualização histórico-geográfica das Políticas agrárias e florestais em Portugal Continental</b> .....	15
<b>1. O contexto da Monarquia Constitucional</b> .....	16
1.1 Do liberalismo ao proteccionismo .....	18
1.2 Alterações na propriedade agrícola: um problema surgido da solução .....	20
<b>2. Durante a I República</b> .....	24
2.1 Entraves ao desenvolvimento da agricultura: a modernização e os incultos .....	27
2.2 Políticas de Produção .....	30
2.3 Regime Florestal, Florestação e Criação de Gado .....	32
<b>3. O Estado Novo</b> .....	35
3.1 A propriedade e as formas de exploração .....	39
3.2 Os projetos de colonização interna .....	44
3.4 O novo paradigma agrícola do Estado Novo.....	51
3.5 As Políticas Florestais.....	53
<b>4. Sob os desígnios da Europa</b> .....	62
<b>5. Análise evolutiva conjunta</b> .....	72
<b>Parte III   Aplicações Didáticas</b> .....	75
<b>1. Aplicação Didática de Geografia</b> .....	76
<b>2. Aplicação Didática de História</b> .....	83
<b>Considerações Finais</b> .....	96
<b>Bibliografia</b> .....	97
<b>Anexos</b> .....	102
<b>Acrónimos</b> .....	139

## Índice de figuras

Figura 1 - Cartazes com propaganda ideológica do Estado Novo, aplicada à agricultura. ....	47
Figura 2 - Evolução conjunta do nº de explorações agrícolas e das unidades de trabalho aplicadas (UTA) ao setor, entre 1989 e 2007 .....	68
Figura 3 - Evolução da SAU entre 1989 e 2007 .....	68
Figura 4 - Análise da evolução das áreas ocupadas pelas principais espécies florestais em Portugal Continental, entre 1875 e 1995, em hectares. ....	72
Figura 5 - Análise da evolução das categorias principais do uso do solo em Portugal Continental, entre 1860 e 2011, em ha para as classes de uso do solo e da população total e agrícola. ....	73

## Índice de tabelas

Tabela I – Taxa e crescimento das exportações em Portugal e na Europa .....	17
Tabela II - Taxa de Crescimento do Produto Agrícola.....	19
Tabela III - População total entre 1860 e 1930 .....	24
Tabela IV - Evolução do volume de importações e exportações entre 1883 e 1913.....	25
Tabela V - Volume de importação e exportação de adubos .....	29
Tabela VI - Produção cerealífera total em Portugal Continental .....	31
Tabela VII- Total de cabeças de gado em Portugal Continental .....	33
Tabela VIII - O crescimento económico português: 1928 – 1973 .....	36
Tabela IX - O crescimento da população portuguesa.....	38
Tabela X - Evolução da composição setorial do emprego em Portugal, entre 1930 e 1980 ....	38
Tabela XI - Explorações agrícolas no continente segundo a forma de exploração em 1952-1954 .....	40
Tabela XII - Explorações e superfície, por classe de área, nos distritos de Portugal Continental em percentagens (%), no período 1952-54.....	42
Tabela XIII - Explorações segundo o número de blocos que as compunham, em 1952-54 no continente .....	43
Tabela XIV - Contraste entre o plano de colonização interna e a sua concretização efetiva ...	46
Tabela XV - Trigo – Superfície da cultura, produção, importação, exportação e condições meteorológicas.....	49

Tabela XVI - Plano de reestruturação da utilização dos solos.....	52
Tabela XVII – Área submetida ao Regime Florestal.....	54
Tabela XVIII - Comparação entre a arborização prevista pelo Plano de Povoamento Florestal e a área efetivamente arborizada.....	55
Tabela XIX - Evolução da superfície florestal em Portugal continental .....	59
Tabela XX - Médias móveis trienais e taxa de crescimento da produção final agrícola em Portugal .....	65
Tabela XXI - Evolução da área média da propriedade em hectares, por regiões agrárias, entre 1989 e 2007.....	69



## **Introdução**

O presente trabalho é o culminar de um ano de estágio curricular em prática pedagógica supervisionada, o último degrau do Mestrado em Ensino de História e Geografia no 3º Ciclo do Ensino Básico e Secundário, durante o qual se desenvolveram, para além da prática docente, dois seminários científicos, um a História e outro a Geografia, no intuito de serem um contributo essencial para a temática científica explorada no segundo capítulo destas páginas. A temática abordada está relacionada com as políticas agroflorestais aplicadas no território continental português e com as consequências ambientais, sociais e económicas, resultantes das estratégias adotadas pelos diversos agentes com papel preponderante no desenvolvimento desta atividade.

O gosto pessoal teve um papel preponderante na escolha deste tema, bem como a curiosidade em perceber qual a razão para existir, nos dias que correm, um afastamento tão notório entre as políticas agroflorestais e as preocupações das gerações mais jovens, já que estas atividades têm um papel fundamental no equilíbrio ambiental, uma temática à qual a sociedade parece cada vez sensível, de forma transversal, e que entre os mais jovens têm ainda um maior acolhimento.

Acima do gosto pessoal, na tomada desta decisão, esteve a possibilidade de aplicar didaticamente o trabalho desenvolvido, visto tanto o programa de História como o de Geografia do 8º ano do ensino básico apresentarem conteúdos programáticos relacionados com a agricultura.

A agricultura teve, desde os primórdios da humanidade, um papel fulcral na organização das sociedades. Foi marca na passagem do Paleolítico para o Neolítico, as primeiras civilizações clássicas desenvolveram-se em torno de áreas onde a prática agrícola era favorecida pelas condições físico-geográficas, como no caso das civilizações dos grandes rios, os ritmos de crescimento demográfico foram em larga escala pautados pelos avanços técnicos da agricultura e as grandes civilizações desenvolveram esta atividade, acabando por deixar os seus conhecimentos nos territórios ocupados e criando, desta forma, verdadeiras heranças culturais para os povos aí fixados.

Em Portugal Continental, apesar de as condições ambientais não serem ótimas para a prática da agricultura, esta atividade também tem vindo a desenvolver-se desde as ocupações

mais antigas do território, aproveitando as inovações trazidas por romanos, árabes e, mais tarde pelos próprios colonos portugueses no intuito de otimizar a produção.

No último século, com o crescimento demográfico e as exigências a ele associadas, bem como outras associadas à produção industrial, a área agrícola cresceu de 1 886 000 ha, no último quartel do século XIX, para mais de 3 000 000 ha, logo nos princípios do século XX. Em meados do século essa superfície terá ultrapassado os 4 700 000 ha, ocupando mais de metade do território continental português<sup>1</sup>. A área florestal acompanhou a tendência aumentando significativamente no início do século XX graças ao Regime Florestal posto em prática durante a I República, regime esse que apesar de sofrer alterações ao longo do tempo ainda hoje se encontra em atividade.

Durante o Estado Novo tanto a área florestal como a agrícola continuaram em expansão, tendo este regime concentrado atenções primeiro no setor agrícola propriamente dito, em busca da autarcia herdada dos ideais fascistas italianos. A este nível foram desenvolvidos vários programas de fomento que resultaram num crescimento significativo da área agrícola, feito principalmente à custa do desbravamento e ocupação de superfície inculta, um desejo já antigo da sociedade portuguesa que via no excesso de incultos, mais que um sinal do atraso económico do país, uma vergonha nacional. A nível florestal foram executadas alterações legislativas ao Regime Florestal, conforme as convicções do governo, e postos em prática planos que levaram a um aumento da área florestada, principalmente à custa do aumento da superfície ocupada pelo pinheiro-bravo.

O panorama havia de se alterar na década de 60, com o aumento da emigração e do êxodo rural, fenómeno que quebrou os laços de proximidade e dependência entre as populações, os seus campos e as suas florestas. Desta forma houve uma inversão total da tendência verificada desde finais do séc. XIX até então, exceto no que concerne à área florestal. A superfície agrícola entrou em declínio acentuado e os incultos voltaram a marcar a paisagem rural do país, a floresta continuou a expandir-se mas o seu principal representante, o pinheiro-bravo, foi sendo progressivamente substituído por uma nova espécie, o eucalipto.

Com a entrada de Portugal na Comunidade Europeia e consequente aplicação da Política Agrícola Comum a tendência, mais do que manter-se, acabou por se acentuar devido à filosofia trazida pelo programa europeu, assente principalmente na intensificação e não na expansão de culturas.

---

<sup>1</sup> Nunes, Adélia, *Uso do Solo em Portugal Continental: aspetos gerais da sua evolução*. Cadernos de Geografia Nº 21/23 – 2002-2004, Coimbra, FLUC, p. 92



Esta sequência frenética de modificações aplicadas ao uso do solo e ao coberto vegetal, durante o último século, acabou por trazer uma séria descaracterização paisagística e cultural, acompanhada por um desequilíbrio estrutural que colocou em causa um modelo de desenvolvimento sustentável desejado para o território continental<sup>2</sup>. Tentar-se-á por isso, durante este trabalho, resumir as principais alterações ocorridas na agricultura portuguesa, relacionando-as com as modificações ao nível do uso do solo e do coberto vegetal, identificar desequilíbrios sociais e territoriais causados por essas alterações, identificar agentes responsáveis e identificar algumas medidas passíveis de atenuar problemas.

A estrutura do trabalho está dividida em três partes. A primeira diz respeito às atividades desenvolvidas durante o estágio, ou seja, trata-se de um resumo de todas as tarefas curriculares e extracurriculares realizadas, levando em conta a escola, o núcleo de estágio, as turmas com que se trabalhou e a metodologia adotada durante todo o ano letivo. É feita uma caracterização dos aspetos acima apontados e, no final, é apresentado um balanço do ano de estágio.

A segunda parte é dedicada à componente científica, ou seja, às políticas agrícolas e florestais aplicadas em Portugal desde o tempo histórico conhecido por Regeneração até, sensivelmente, ao ano de 2010. O primeiro capítulo desta parte expõe a fase compreendida entre a Regeneração e a República, dando especial atenção às alterações ocorridas na estrutura da propriedade. No segundo capítulo trata-se o panorama durante a I República enquanto no terceiro se atenta na situação e políticas implementadas durante o Estado Novo. Por fim, no quarto e último capítulo desta parte, está presente o resumo das ocorrências do Estado Novo em diante, com destaque para a ação da Política Agrícola Comum.

A terceira parte do trabalho diz respeito às aplicações didáticas de partes da componente científica do trabalho e está dividida em dois pontos, uma para a aplicação didática de História e outro para a de Geografia, visto que a separação das duas disciplinas ter sido a solução que considerei mais adequada para fazer esta parte do trabalho.

Todo este trabalho aqui exposto foi realizado com base em pesquisa bibliográfica, tratamento de dados estatísticos, alguma produção cartográfica e desenvolvimento de muito trabalho ao longo do ano de estágio.

---

<sup>2</sup> Nunes, Adélia, *Uso do Solo em Portugal Continental: aspetos gerais da sua evolução*. Cadernos de Geografia Nº 21/23 – 2002-2004, Coimbra, FLUC, p. 93

# **Parte I | Caracterização das atividades desenvolvidas durante o Estágio Pedagógico**

# 1. Caracterização das atividades desenvolvidas durante o Estágio Pedagógico

## 1.1 Caracterização da escola e do núcleo de estágio

Escola Básica 2,3 de Inês da Castro localiza-se na periferia de S. Martinho do Bispo, localidade pertencente à União de Freguesias de S. Martinho do Bispo e Ribeira de Frades, e ao concelho de Coimbra. O local onde é sito a escola, embora abrangido ainda pela rede de transporte SMTUC, não tem verdadeiramente um envolvimento urbano, acaba antes por ser um misto entre um polo de serviços de saúde e uma paisagem marcada pela ruralidade.

Fundada em 1988, a Escola Básica 2,3 de Inês da Castro iniciou no ano letivo subsequente, 1998/1989, a sua atividade letiva. No ano de 2003, esta instituição passou a liderar um agrupamento no qual, para além da escola sede, existiam algumas escolas básicas, pré-primárias, e jardins-de-infância. Já em 2013, é fundado o Agrupamento de Escolas de Coimbra Oeste, sediado na Escola Secundária D. Duarte, do qual faz hoje parte a Escola Básica 2,3 de Inês da Castro<sup>3</sup>.

A escola é composta por quatro pavilhões: no bloco A funcionam os serviços administrativos, a sala dos professores, a sala dos diretores de turma, algumas salas de aula e a biblioteca; o bloco B é exclusivamente dedicado a salas de aula; o bloco C é maioritariamente ocupado por salas de aula mas alberga também os arrumos das disciplinas de História e Geografia; no último bloco funcionam a cantina, o bar e a sala de convívio dos alunos.

Toda a escola é envolvida por um ambiente bastante agradável, onde é fácil observar relações de proximidade profícuas entre alunos, professores e funcionários. Este facto foi importantíssimo por permitir uma rápida integração na comunidade, proporcionando sentimentos de conforto, cooperação e integração, fatores essenciais ao bom desenvolvimento do estágio curricular.

Para além das infraestruturas principais há que destacar também a existência na escola de um gabinete de psicologia, de internet *wireless* disponível a todos os alunos e de alguns computadores na sala de convívios dos alunos, ao uso geral, e com acesso à internet. Estes serviços estão disponíveis da mesma forma para os professores, que podem usar cerca de cinco computadores com acesso à internet, distribuídos por algumas salas do bloco A.

---

<sup>3</sup> Informações do *site*: <http://www.aecoimbraoeste.pt/>

No âmbito extracurricular destaca-se a parceria da Escola Básica 2,3 de Inês da Castro com o Conservatório de Música de Coimbra, que permite desenvolver um clube de música na escola de forma cooperativa entre as duas entidades. Existe ainda um clube europeu, um grupo “Escola Solidária”, e uma série de modalidades como o *badminton*, o atletismo e o voleibol feminino que são praticadas no espaço escolar através do programa “Desporto Escolar”. A escola proporciona também aos alunos apoio a várias disciplinas, de forma extracurricular.

O grupo deste estágio bidisciplinar foi composto por três estagiários. Para além de mim desenvolveram prática pedagógica, orientada em ambiente escolar pela Dr.<sup>a</sup> Fátima Galhim, a História, e pela Dr.<sup>a</sup> Gabriela Borges, a Geografia, o estagiário Anselmo Neves e a estagiária Tânia Nobre. A orientação científica, a cargo da FLUC, foi-nos proporcionada pela Doutora Adélia Nunes, a Geografia, e pela Doutora Ana Isabel Ribeiro, a História.

No plano educativo o Agrupamento de Escolas compromete-se a “prestar à comunidade um serviço de educação de excelência, contribuindo para a formação de cidadãos autónomos, críticos e conscientes dos seus direitos e deveres, capazes de atuar como agentes de mudança, valorizando o conhecimento e o humanismo como condições de acesso ao mundo do trabalho e ao prosseguimento e estudos”<sup>4</sup>.

Ao longo de todo o estágio as turmas trabalhadas foram essencialmente do 8º e 7º ano, salvo uma exceção do estagiário Anselmo Neves, e, enquanto nas turmas do 8º cada uma estava afeta a um estagiário, no 7º teve que existir rotação visto a Dr.<sup>a</sup> Fátima Galhim só lecionar duas turmas deste nível.

## **1.2 Caracterização da turma**

Como já foi acima citado, o núcleo de estágio trabalhou essencialmente com turmas do 8º e 7º ano, à exceção do estagiário Anselmo Neves. Desta forma, foram trabalhados pelos professores estagiários um total de seis turmas, duas do 7º ano, três do 8º ano e apenas uma do 9º ano. A lecionação às turmas do 9º ano estava condicionada pelo facto de apenas a Dr.<sup>a</sup> Gabriela Borges, orientadora de Geografia, lecionar este nível e apenas a uma turma.

A integração do grupo de estágios nos horários das aulas de História e Geografia foi relativamente fácil de acontecer, visto que as aulas de História aconteciam especialmente à terça-feira e à quinta-feira, enquanto as de Geografia ocorriam à quarta-feira e à sexta-feira. A Dr.<sup>a</sup> Fátima Galhim lecionava três turmas de 8º ano e duas de 7º ano, a Dr.<sup>a</sup> Gabriela Borges

---

<sup>4</sup> Segundo “Plano Educativo do Agrupamento de Escolas Coimbra Oeste”

lecionava as mesmas três turmas de 8º ano e todas as do 7º, ou seja, três também. Existiam três turmas na escola para cada um destes níveis. Para distribuir as turmas, e porque havia algumas diferenças importantes entre elas, foi efetuado um sorteio para as do 8º. As do sétimo foram escolhidas através de acordo. À disciplina História cada um dos estagiários ficou com uma turma fixa do 8º ano, enquanto nas duas do 7º ano foi necessário existir rotatividade. Já a Geografia todos ficamos com uma turma fixa a cada nível.

A primeira atividade desenvolvida sob a alçada das orientadoras a nível da escola foi corrigir testes diagnósticos. Desta forma, foi possível compreendermos o que poderíamos esperar de cada uma das turmas a lecionar. Para além disto analisaram-se também os perfis de turma.

As turmas nas quais lecionei mais aulas foram o 8º Y, a História e a Geografia, e o 7º X a Geografia, no entanto, também tive a possibilidade de trabalhar com o 7º Y, a História, inclusivamente em aulas assistidas.

O 8º Y, a primeira turma com a qual trabalhei, foi sem dúvida aquela à qual lecionei mais aulas. Era uma turma pequena, com apenas dezassete alunos, dos quais dois foram transferidos durante o 1º Período letivo. Dos quinze alunos que restaram dez eram raparigas e apenas cinco eram rapazes. Os rapazes eram todos alunos em regime normal e, das dez raparigas, duas eram alunas com regime de ensino especial. Das alunas com regime especial, tanto a “Raquel” como a “Vanessa” começaram por frequentar as aulas de História e de Geografia, no entanto, no 2º Período, apenas a “Raquel” continuou a frequentar estas duas disciplinas.

Adequar momentos específicos de aula a estas duas alunas foi o primeiro obstáculo difícil com que me deparei. A “Raquel” era uma aluna demasiado interventiva, e a maioria das vezes pouco pertinente, por isso foi necessário ter alguma atenção especial para com ela para que conseguisse executar a sua participação na aula de forma correta, permitindo assim o bom funcionamento da mesma. O método usado foi o diálogo contínuo, assente na compreensão mútua entre professor e aluno, e a verdade é que a aluna acabou por mostrar a médio prazo resultados bastante satisfatórios.

Já a “Vanessa” era exatamente o oposto. Era uma aluna que nunca respondia quando interpelada pelo professor, e à qual era necessário dar constantemente estímulos, adaptados aos seus interesses, para que ela tivesse uma participação minimamente satisfatória nas aulas. Esta aluna acabou por no 2º semestre deixar de frequentar as aulas por decisão do conselho de turma que decidiu haver necessidade de diminuir a carga horária. De todos os alunos da turma apenas um era repetente, e havia três alunos com apoio e um aluno com tutoria.

Toda esta turma tinha em comum o facto de os alunos terem aulas de música no Conservatório de Música de Coimbra, aproveitando a parceria que existia entre o Conservatório e o Agrupamento de Escolas Coimbra Oeste. Em termos de agregado a maioria dos alunos vivia com pai e mãe, e uma pequena minoria mora com outros. Há apenas um aluno a viver só com a mãe<sup>3</sup>.

O nível de instrução dos pais divide-se igualmente entre o ensino superior, o ensino secundário e o 3º Ciclo, no que toca ao pai, e em relação às mães a grande maioria possui ensino superior concluído. São também as mães na grande maioria o encarregado de educação dos alunos. Em termos de comportamento esta foi uma turma que nunca apresentou nada a apontar.

No que toca ao 7º X o cenário da turma era completamente diferente. Nesta turma grande parte dos alunos eram repetentes, o nível de instrução dos pais era baixo, muitos dos alunos viviam apenas com um dos pais ou com outros parentes, registavam-se alguns processos na CPCJ, e o comportamento era absolutamente desadequado. Quando comecei a lecionar a esta turma dois alunos já tinham sido transferidos e outro viria a transferir-se entretanto. O nível de comportamento da turma mantinha-se. Registaram-se uma série de processos e faltas disciplinares a vários alunos.

No entanto, logo a partir da primeira aula que lecionei os alunos começaram a mudar o seu comportamento, e acabaram as aulas de Geografia demonstrando interesse na matéria, participando ordeiramente e comportando-se de forma correta. A estratégia adotada inicialmente passou por transmitir confiança aos alunos, através de um discurso motivacional que lhes transmitiu responsabilidade, confiança, autoestima, estima e lhes mostrou que existia um caminho alternativo para a turma, no geral e no particular. Também as estratégias pedagógicas tiveram que ser adaptadas a um sentido mais prático, mais palpável e mais curioso. Despertar a curiosidade nestes alunos acabou por se mostrar, para além de possível, a melhor forma para os motivar.

Lidar com esta turma constituiu o grande desafio de todo o estágio pedagógico, mas acabou por ser tornar, no final de contas, na experiência mais enriquecedora e satisfatória que desenvolvi.

### **1.3 Metodologia de trabalho no estágio**

Quando o grupo de estágio iniciou o trabalho na escola já as aulas tinham começado, conseqüentemente, o primeiro passo dado pelas nossas orientadoras de escola foi colocar-nos a par de tudo o que até ali tinha decorrido, nas turmas onde podíamos vir a lecionar.

Dado este primeiro passo, tratou-se de definir os horários das sessões de trabalho, que ficaram agendadas da seguinte forma:

- Geografia - Terças-feiras às 14 horas e Sextas-feiras às 9 horas e 15 minutos.
- História – Terças-feiras às 16 horas e 25 minutos e Quintas-feiras às 16 horas e 25 minutos.

Sempre que houve necessidade fizeram-se pequenos ajustes a este horário, tanto por conveniência de orientadores como de estagiários. As sessões de trabalho com as orientadoras da escola, dado não existir uma sala específica para o grupo de estágio, aconteciam a maioria das vezes na sala dos diretores de turma e na sala reservada para o grupo das ciências sociais e humanas. Estas salas estavam equipadas com computadores com ligação à internet, mesas de trabalho, ou seja, eram perfeitamente adequadas ao trabalho do grupo de estágio.

Durante as sessões discutiam-se planificações, trabalhavam-se e preparavam-se instrumentos de avaliação, principalmente testes, acordavam-se critérios de correção, preparavam-se atividades extralectivas, planificavam-se estratégias conjuntas, ou seja, durante este tempo eram postas a discussão, e a trabalho, inúmeras questões importantes. O trabalho decorria, como é indispensável, durante todo o dia, mas os seminários eram sem dúvida as sessões mais intensas. Era também durante estas sessões que se refletia criticamente sobre todo o trabalho feito até então. A duração estava estabelecida em cerca de 2 horas, mas muitas vezes esse tempo foi ultrapassado.

Durante todo o estágio o trabalho dentro do grupo desenvolveu-se com base num espírito de solidariedade, entajuda e compreensão. As dinâmicas foram sempre conjuntas, não só para o trabalho que a isso obrigava, mas também nas tarefas que poderiam ser desenvolvidas isoladamente. O grupo optou sempre por trocar ideias, opiniões, contributos, críticas e, na verdade, feito o balanço final, esta metodologia foi essencial para os resultados obtidos.

A observação das aulas lecionadas pelas orientadoras foi criteriosamente cumprida por parte do grupo, obviamente no horário que ficou estipulado, bem como cumprida foi também a audiência às aulas dos colegas estagiários. Essas aulas foram assistidas de forma atenta e crítica, no intuito de retirar desse exercício o máximo de contributos possível.

#### **1.4 Atividades desenvolvidas no estágio**

Ao longo do estágio as atividades desenvolvidas pelo grupo, e por cada um, foram diversificadas, tal como a profissão de professor exige. Para além das aulas lecionadas e da preparação das mesmas existem uma série de atividades relacionadas com a prática docente -

que não se tratam de docência propriamente dita - como reuniões ou questões mais burocráticas, que o professor é obrigado a desenvolver. O docente deve também participar na construção de iniciativas de índole extralectiva que enriquecem tanto a prática profissional, como a aprendizagem dos alunos. É o balanço destas atividades que será feito neste ponto.

### **1.5 Atividades letivas**

Apesar de a profissão de docente implicar trabalho para além da atividade letiva a lecionação, e a preparação que exige, são sem dúvida aquilo que mais tempo ocupa ao professor. Também para mim, esta foi sem dúvida a parte mais desafiante de todo o estágio e aquela que meu deu mais prazer trabalhar. Quando o estágio se iniciou todo o grupo começou apenas por assistir a aulas, por razões óbvias, já mencionadas no ponto anterior. Embora desde logo se tenham começado a trabalhar com as orientadoras estratégias, planificações e métodos de ensino, ou seja, preparação de aulas, a lecionação propriamente dita só começou em meados de Novembro na disciplina de Geografia, e em meados de Dezembro na disciplina de História.

Para que pudéssemos começar a prática pedagógica foi essencial, logo de início, trabalhar junto com as orientadoras planificações a longo, médio, e curto prazo. As planificações a curto prazo, aquelas que os estagiários desenvolveram para todas as aulas lecionadas, foram executadas segundo os modelos que tínhamos trabalhado em conjunto com a Doutora Ana Isabel Ribeiro, nas aulas de Didática da História<sup>5</sup>, e com a Doutora Claudete Moreira, nas aulas de Didática da Geografia<sup>6</sup>. O exercício de planificação é essencial para a preparação aprofundada dos conteúdos que vão ser transmitidos aos alunos, para estabelecer a aula segundo as metas curriculares do Ministério da Educação e para adaptar as estratégias a praticar à turma em causa. Como fontes de trabalho para a planificação utilizaram-se manuais escolares, revistas, jornais, bibliografia científica, vídeos didáticos, filmes, documentários, entre outros recursos.

O mínimo de aulas que cada professor estagiário deve lecionar, estipulado pelo Plano Anual Geral de Formação, situa-se entre catorze a dezasseis blocos de noventa minutos, divididos pelas duas áreas de formação. No meu caso, este mínimo foi ultrapassado em larga escala. Na disciplina de História lecionei um total de catorze blocos de noventa minutos e oito de quarenta e cinco minutos, sendo que, destes, dois blocos de noventa minutos e dois de

---

<sup>5</sup> A planificação a curto prazo da área disciplinar de Geografia encontra-se no anexo I

<sup>6</sup> A planificação a curto prazo da área disciplinar de História encontra-se no anexo II



quarenta e cinco minutos foram lecionados ao 7º Ano. Os restantes foram lecionados ao 8º Ano. De todas estas aulas, três de noventa minutos foram assistidas pela Doutora Ana Isabel Ribeiro, uma no 8º Ano e as restantes duas no 7º Ano.

Em relação à Geografia, embora não de uma forma tão numerosa, o número mínimo de aulas também foi ultrapassado. Esta disciplina tem uma carga horária mais baixa e as aulas eram sempre blocos de quarenta e cinco minutos – o que logo à partida diminuía a disponibilidade de tempos nesta disciplina – mas, de qualquer forma, lecionei dezanove aulas de quarenta e cinco minutos, o que representa mais de nove blocos de noventa minutos. Destas aulas, seis foram com o 7º Ano e treze com o 8º Ano. A doutora Adélia Marques esteve presente em duas aulas de quarenta e cinco minutos do 8º Ano, tal como aconteceu no 7º Ano.

Todas estas aulas somadas perfazem um total de catorze blocos de noventa minutos, e vinte e sete blocos de quarenta e cinco minutos. No geral todas correram bem, não havendo sequer um apontamento negativo que se destaque do banal, durante o estágio. Fora alguns momentos em que com rigor e autoridade foi necessário chamar a atenção aos alunos, momentos aos quais estes foram respondendo de forma cada vez mais disciplinada, as aulas decorreram dentro da normalidade. Os alunos participaram sempre de forma relativamente ordeira e pertinente, quer os do 8º Ano quer os do 7º Ano. A turma do 7º X foi a mais desafiante ao nível disciplinar e os resultados obtidos foram bastante satisfatórios.

A nível das estratégias montadas para as aulas de História irei destacar aquelas em que preparei pequenas encenações e aquelas em que criei um fio condutor preso a uma situação do quotidiano presente. As encenações foram sempre muito frutíferas na medida em que, ao colocarem “a teoria em prática”, através de exemplos concretos, facilitam a compreensão dos alunos e tornam a matéria mais interessante aos olhos da turma, pela simples razão de os alunos se aperceberem que aquilo que estão a aprender tem uma utilidade importantíssima. O relacionamento com o presente verificou-se também muito útil para despertar o interesse dos alunos. Várias vezes, durante a aplicação desta estratégia, os alunos citaram notícias que lhes tinham chegado pelos *media* ou pelas redes sociais.

Nas aulas de Geografia, das estratégias que apliquei, as que merecem mais destaque são as experiências práticas simplificadas e com recurso a analogias. Ao tornar os conteúdos mais palpáveis, este género de procedimento mostrou-se também bastante eficiente, como estratégia pedagógica.

Uma das atividades na qual o grupo de estágio mais trabalhou foi a criação e aplicação de instrumentos de avaliação, nomeadamente, testes. A partir de final do 1º período a criação e correção de testes para as diferentes turmas de 7º e 8º ano, principalmente a História mas

também a Geografia, ficou a cargo do grupo de estágio. Criaram-se testes, tanto para alunos com currículo normal como para alunos com necessidades educativas especiais, desenvolveram-se matrizes, definiram-se critérios de correção e, no final, atribuíram-se pontuações, que eram fiscalizadas pelas orientadoras das duas disciplinas, antes de serem transformadas em classificações. No início esta tarefa não foi fácil e, por isso, o primeiro teste que desenvolvemos foi sob orientação muito próxima. A partir daí o trabalho era distribuído por acordo dentro do grupo, muitas vezes tendo cada elemento de desenvolver mais de um teste, e as orientadoras apenas os fiscalizavam no final.

Para além dos testes, as fichas formativas ou de trabalho foram um recurso que também desenvolvi constantemente ao longo do estágio pedagógico, tanto para a disciplina de História, como para a de Geografia.

## **1.6 Atividades extralectivas**

Como já foi dito acima, um professor desenvolve em o ambiente escolar muito para além de aulas. Perante esta realidade, faz todo o sentido que um professor estagiário proceda da mesma forma, para que saia desta experiência com o máximo de preparação possível para o que o espera na prática profissional da docência. Por isto, o grupo de estágio participou em várias iniciativas para além das letivas que passo agora a elencar:

- Presença em reuniões intercalares do conselho de turma, como observadores;
- Execução da montagem e preparação da exposição, “Pedro Nunes e Sá de Miranda – dois rostos do Humanismo de Coimbra”, para o 8º Ano, no âmbito da disciplina de História<sup>7</sup>;
- Participação na montagem e preparação da exposição, “O Regicídio”, para as turmas do 2º Ciclo, no âmbito da disciplina de História e Geografia de Portugal;
- Participação na montagem e preparação da exposição, “Das Invasões Francesas Nasceu o Primeiro Jornal de Coimbra”, para o 8º Ano, no âmbito da disciplina de História;
- Participação como espectador no congresso internacional “Coimbra Cidade Aberta”, no Auditório da Reitoria da Universidade de Coimbra, no âmbito da disciplina de História;

---

<sup>7</sup> Guião da exposição presente no Anexo III

- Participação na montagem e preparação da exposição, do grupo de ciências sociais e humanas, para a comemoração do aniversário do Agrupamento de Escolas Coimbra Oeste, no âmbito das disciplinas de História e Geografia;
- Participação em ação de formação para a plataforma “PORDATA”, realizada na E. B. 2, 3 de Taveiro.
- Papel ativo na organização da visita de estudo a Conimbriga, Buracas do Casmilo e ao Complexo Monumental de Santiago da Guarda, no âmbito das disciplinas de História e Geografia.
- Papel ativo na organização da visita de estudo ao Lisbon Story Center e ao Palácio da Ajuda, no âmbito das disciplinas de Geografia e História.

### **1.7 Balanço do estágio**

Este estágio de prática pedagógica foi sem dúvida o maior desafio que enfrentei durante o meu percurso escolar, e um dos maiores a todos os níveis. Felizmente que na Escola Básica 2, 3 de Inês de Castro o ambiente que envolveu toda esta experiência foi verdadeiramente uma vantagem. A simpatia, a colaboração e a ajuda entre os vários agentes escolares foi sempre uma constante. Estabeleceram-se relações diferentes mas sempre profícuas com professores funcionários, orientadores a nível de escola, mas também com alunos, mesmo com aqueles aos quais não lecionávamos.

Em relação às turmas com as quais trabalhei devo dizer que aquela que me apresentou mais dificuldades foi o 7º X, como já tinha referido, mas também a turma que acabou por se mostrar mais desafiante e prazerosa de lecionar. Nesta turma lecionei apenas Geografia. Os alunos eram tremendamente indisciplinados, o que proporcionou testar estratégias para resolver questões que são constantes na carreira de um professor. No final essas estratégias tiveram um resultado bastante satisfatório, o que acabou por gerar um sentimento de recompensa, do esforço de trabalho investido. Os alunos desenvolveram um comportamento correto e melhoraram, no geral, os resultados obtidos nos métodos de avaliação.

Nas turmas do 8º Y e do 7º Y, que foram apenas trabalhadas a História, a experiência com os alunos também foi enriquecedora, no entanto, o desafio foi muito menor, visto que eram turmas que tinham um comportamento exemplar, e eram muito disciplinadas perante os professores cooperantes.

Se ambas as turmas tivessem o perfil do 7º Y e do 8º Y seria impossível aos estagiários experienciar o que se experienciou no 7º X, visto que os professores cooperantes devem assistir

diretamente a todas as aulas dos estagiários, sem exceção, e assim os alunos podem transmitir erradamente ao estagiário situação de respeito e controlo da turma.

Na verdade, tudo isto acontece porque este modelo de estágio não satisfaz como deveria as necessidades de formação de um professor estagiário. A maioria das dificuldades que encontrei neste estágio deram-se no 1º Período, tempo durante o qual desenvolvia atividade profissional enquanto ocorria o estágio. Fui, como se diz usualmente, trabalhador estudante.

Ao preencher a inscrição neste estágio, o estagiário está sujeito a ficar colocado nas escolas com as quais há protocolo estabelecido e que, por vezes, estão situadas a uma distância bastante considerável do núcleo universitário, onde fica normalmente a residência dos estudantes. Como o estágio acontece sem qualquer remuneração atribuída aos estagiários, muitas vezes estes têm que encontrar um trabalho para que consigam pagar deslocações, refeições – por vezes duas ou três por dia – materiais que por vezes investem no estágio, entre outras despesas.

Ou seja, este sistema acaba por impedir que o professor estagiário consiga tirar todo o proveito que deveria deste ano de prática docente em formação. Desta forma prejudicam-se os estagiários, que serão os futuros professores e, ao fazê-lo, está-se a prejudicar todo o sistema educativo português. O estagiário deveria ter condições de desenvolver o estágio experienciando o mais possível tudo aquilo que terá pela frente quando for professor, para assim sair preparado como ele, os alunos, e todo o sistema educativo merecem, e precisam.

De qualquer das formas não posso deixar de realçar experiências positivas que é possível retirar deste estágio como a interdisciplinaridade, a envolvimento efetiva em ambiente escolar, o companheirismo estimulado pelas adversidade que permite criar competências extraordinárias de trabalho em grupo, entre outras.

**Parte II | Contextualização histórico-geográfica  
das Políticas agrárias e florestais em Portugal  
Continental**

# 1. O contexto da Monarquia Constitucional

Após uma primeira metade de século onde a instabilidade constante foi um entrave ao desenvolvimento económico, a regeneração foi planeada como fundamental para o incremento da dinâmica económica capitalista no país. Durante todo o século XIX as épocas de crescimento económico foram épocas de tranquilidade política<sup>8</sup>. No início do século o estado das finanças públicas era preocupante, existiam valores avultados de ordenados em atraso aos funcionários públicos e o défice orçamental era proibitivo, ultrapassando 100% do PIB. Na economia a situação era similar. As exportações tinham vindo a diminuir drasticamente durante toda a primeira metade do século, e o produto do país era escasso comparativamente com as despesas do Estado<sup>9</sup>.

A Regeneração era no fundo resultado de uma convergência ideológica entre as ideias socialistas e os processos capitalistas, um facto notável por ser antagónico. Dessa fusão sobressaía uma política de melhoramentos materiais fomentada pelo estado que iria anular os problemas de circulação de bens no país e assim servir de alavanca à economia. O papel do governo seria apenas criar as infraestruturas e não tomar conta da produção, esse ramo ficaria ao encargo da iniciativa privada, que seria estimulada com o progresso material.

*“Acima do cavalo e da diligência está o tramway, acima deste a locomotiva, acima de tudo o progresso!”*

Fontes Pereira de Melo, 1865

O problema era que o arranque desta política estava nitidamente condicionado pela liquidez financeira do estado e seria preciso encontrar soluções para ultrapassar esta questão. Ora, se o objetivo era incrementar as estruturas necessárias ao crescimento do capitalismo, havia que usar as armas que o capitalismo proporcionava.

O paradigma regenerador para o país assentava no carácter reprodutivo que iriam assegurar as despesas em infraestruturas e na insuficiência dos capitais nacionais. As soluções encontradas por Fontes Pereira de Melo foram a elevação das receitas, o recurso ao crédito e a contração da despesa nos encargos de dívida, nomeadamente nos juros<sup>10</sup>.

---

<sup>8</sup> Matoso, José - História de Portugal, vols V e VI. Editorial Estampa, 1994.

<sup>9</sup> Idem.

<sup>10</sup> Esteves, Rui Pedro; O Crowding Out em Portugal 1879-1810: uma análise exploratória. Análise Social, Vol XXXIII, 1998

Felizmente para Fontes a economia começou a prosperar. A taxa de exportações aumentara em 9,6%, conforme é possível verificar na Tabela I, as remessas do Brasil aumentaram também, em 1853/1854 chegaram aos 54 000 contos, os preços subiram a um ritmo desejável e a produção e exportação de vinhos no Douro acompanhou o crescimento.

Tabela I. – Taxa e crescimento das exportações em Portugal e na Europa

Valor (em percentagem)		
Anos	Portugal	Europa
1850/1856	9,6	6,1
1856/1866	1,1	5,3
1866/1875	3,6	3,2
1875/1886	1,4	1,6

Fonte: Lains (2007)

Apesar desta fase mais bonançosa, plasmada nos dados da Tabela I, é possível verificar que, logo em 1856, a taxa de exportações do país abrandou significativamente. O problema foi que a taxa de importações graças a esta breve prosperidade económica continuou a aumentar, levando a um desequilíbrio da balança comercial<sup>11</sup>. De qualquer forma, a política económica do Fontismo nunca deixou de se basear no recurso ao crédito externo, aumento de impostos, na prática de uma política aduaneira próxima do liberalismo e no investimento em obras públicas estruturais.

Quanto à política económica portuguesa dizia Eça de Queiroz nos “Maias”:

*“ A única ocupação do ministério é esta – cobrar o imposto e fazer o empréstimo.”*

Na década de 70, mais precisamente em 1873, com o final da guerra do Paraguai, o défice passou de 15 000 contos para 3358 contos<sup>12</sup>. Ainda na primeira metade desta década o produto por habitante aumenta 30% e as receitas ordinárias do estado passaram de 16 672 contos para 25 199 contos<sup>13</sup>. Em 1876, dá-se uma rápida mas grave crise bancária que estagnou o crescimento galopante da banca que se vinha a verificar na década de 70<sup>14</sup>. Esta crise culminou na popularização dos títulos de dívida como aplicação financeira e na moratória sobre o

<sup>11</sup> Matoso, José, História de Portugal, vols V e VI. Editorial Estampa, 1994.

<sup>12</sup> Mónica, Maria Filomena, Fontes Pereira de Melo. Alêtheia, Lisboa, 2009

<sup>13</sup> Idem

<sup>14</sup> Costa, Leonor Freire; Lains, Pedro; Miranda, Susana Munch, História Económica de Portugal, Esfera dos Livros, Lisboa, 2011

pagamento das notas por parte dos bancos. Para resolver a questão Fontes teve que contrair mais um empréstimo, em nome do estado, para financiar o Banco de Portugal de maneira a que este desse liquidez à banca portuguesa<sup>15</sup>.

Em 1886, ano da morte de Fontes Pereira de Melo, dá-se uma nova crise no setor financeiro. Desta vez cabe aos progressistas, em especial a Mariano Carvalho, resolver a situação.

O estado ao monopolizar o tabaco para aproveitar o capital de Bournay, que pagaria dali para a frente 4500 contos de renda anual e emprestava 36 000 contos de reis ao estado, mostra qual a sua nova política, o Protecionismo, que adotaria de forma inequívoca daí em diante<sup>16</sup>.

### **1.1 Do liberalismo ao protecionismo**

Para adaptar o país ao modelo capitalista tiveram que ocorrer uma série de transformações que afetaram todos os setores produtivos, inclusivamente a agricultura, que, com os seus produtos inseridos num mercado liberal, à exceção de alguns cereais como o trigo, estava obrigada a modernizar-se rapidamente. O produto agrícola, entre 1850 e 1900, cresceu cerca de 1,5% ao ano (Tabela II) e a produtividade do trabalho apresentou sempre taxas entre os 0,6% e 0,8%<sup>17</sup>. Estas taxas foram elevadas, não porque a agricultura portuguesa estivesse em franco desenvolvimento, mas porque o patamar de partida era muito baixo – para que se alcançasse a produtividade Europeia estas taxas deveriam ter crescido o dobro<sup>18</sup>. Entre 1870 e 1900, a agricultura portuguesa cresceu 1,7% ao ano, mas, até ao início da década de 1880, este valor foi sempre uma recuperação para atingir valores já anteriormente atingidos.

Dos 35% do aumento do Produto Agrícola Bruto (PAB), à proporção, entre 16% a 22% ocorreram graças à expansão superficial, e 14% a 17% graças ao aumento do número de trabalhadores<sup>19</sup>. O fator capital terá representado apenas entre 4% a 8% do aumento. Muito pouco se compararmos com Inglaterra onde contribui 27,5%. O efetivo animal terá contribuído 25% para o aumento do PAB enquanto em Inglaterra terá contribuído perto de 75%<sup>20</sup>.

---

<sup>15</sup> Costa, Leonor Freire; Lains, Pedro; Miranda, Susana Munch, *História Económica de Portugal, Esfera dos Livros, Lisboa, 2011*

<sup>16</sup> Idem

<sup>17</sup> Lains, Pedro, “A evolução da agricultura e da indústria em Portugal (1850-1913) – uma interpretação quantitativa”, Banco de Portugal, Lisboa, 1990.

<sup>18</sup> Costa, Leonor Freire; Lains, Pedro; Miranda, Susana Munch – *História Económica de Portugal, Lisboa, Esfera dos Livros, 2011.*

<sup>19</sup> Idem

<sup>20</sup> Idem



Tabela II. - Taxa de Crescimento do Produto Agrícola (média anual em %)

Período	Cereais	Vinhos	Produtos animais	Total
1846/1852	0.92	3.05	0.16	1.44
1852/1870	0.14	-1.33	0.45	-1.44
1870/1885	-0.40	3.08	1.36	1.40
1885/1903	2.03	1.37	0.98	1.44
1846/1903	0.67	1.54	0.74	0.71

Fonte: Lains, Pedro, "A evolução da agricultura e da indústria em Portugal (1850-1913) – uma interpretação quantitativa", Banco de Portugal, Lisboa, 1990.

Também a produtividade agrícola cresceu muito aquém dos países europeus mais desenvolvidos. No final do século XIX em Portugal existiam cerca de 3,7 ha de exploração por trabalhador, enquanto em França existiam 5,4 ha e em Inglaterra 9,8 ha<sup>21</sup>.

Este crescimento extensivo favoreceu especialmente os cereais panificáveis como o trigo ou o milho. Calcula-se um aumento de 231 561 ha de superfície ocupada com cerealicultura entre 1847 e 1867<sup>22</sup>. A viticultura é outra atividade agrícola que entra em expansão, principalmente na década de 60 quando deixa de se concentrar no Douro e alastra a todo o território. Nesta década a produção aumenta 200% na região centro, 140% no norte litoral e 74% nas regiões de Lisboa e Santarém.<sup>23</sup>

Fazendo as contas, mesmo tendo sido a atividade que mais proporcionou crescimento económico ao país até ao final da década de noventa, a agricultura careceu de alterações estruturais necessárias à plena implementação no mercado capitalista. O salário agrícola aumentou, o setor libertou alguma mão-de-obra para outros setores produtivos mas, mesmo assim, nunca a disponibilidade de mão-de-obra ou de terrenos para cultivar escasseou o suficiente para tornar estrategicamente necessário o investimento volumoso de capitais no setor<sup>24</sup>. A partir de finais da década de 80 a política do Estado inverteu-se totalmente e o setor agrícola não foi exceção, passando-se então a aplicar medidas de carácter protecionista como a subida das taxas alfandegárias para proteger a produção nacional.

Existem dois ou três outros problemas estruturais que influenciaram muito a agricultura. A estrutura da propriedade no país, a cultura de exploração da propriedade dos latifundiários e o crédito agrícola em Portugal. Em 1889, quando já Oliveira Martins dizia que o crédito agrícola

<sup>21</sup> Costa, Leonor Freire; Lains, Pedro; Miranda, Susana Munch – História Económica de Portugal, Lisboa, Esfera dos Livros, 2011.

<sup>22</sup> Matoso, José - História de Portugal, vols V e VI. Editorial Estampa, 1994.

<sup>23</sup> Costa, Leonor Freire; Lains, Pedro; Miranda, Susana Munch – História Económica de Portugal, Lisboa, Esfera dos Livros, 2011.

<sup>24</sup> Idem

era uma necessidade e que deveria ser o estado a criar condições para a sua liquidez, é feito um estudo sobre a região de Lisboa e Santarém onde se conclui que a falta de crédito é o principal entrave ao desenvolvimento do setor. Na falta de crédito em condições favoráveis os produtores recorriam à usura, suportando dessa forma taxas entre 15% e 80%, acabando por ser frequentemente obrigados a usar hipotecas em contrapartida<sup>25</sup>. No próximo ponto analisaremos a estrutura da propriedade no país e as suas implicações na agricultura.

## **1.2 Alterações na propriedade agrícola: um problema surgido da solução**

Ao mesmo tempo que foi prioritário, o setor agrário foi aquele que mais resistência ofereceu à penetração do capitalismo produtivo, o processo foi por isso avançando aos poucos e lentamente. Após as grandes alterações da 1ª metade do século, como as desamortizações e abolição dos forais, tentam-se, entre 1851 e 1888, fazer reformas agrárias.

O primeiro a dedicar-se ao tema é Herculano, que propõe uma reforma agrária com base na enfiteuse, um velho contrato que de vantajoso teria pouco afinal, mas que no seu entender deveria até ser aplicado aos morgadios<sup>26</sup>. Só no final do século voltam a ser formuladas hipóteses de fundo para reformas agrárias, contudo, ao longo de todo o século XIX vão-se desenvolvendo esforços para modernizar a estrutura agrária portuguesa. Os morgadios são suprimidos em 1863, e, em 1867, o código civil em conjunto com a lei de 1869 vão declarar a desamortização dos baldios. Depois disto, e segundo inquérito, Trás-os-Montes, Alentejo e Algarve são as únicas províncias onde a superfície de incultos ultrapassa a produtiva<sup>27</sup>. A superfície social passa a ser de apenas 137 529 ha, e a proporção entre superfície inculta e superfície produtiva é de 4 138 000 ha para 4 642 000 ha respetivamente. A superfície produtiva é ocupada da seguinte forma (em % da superfície total): Cereais – 12.5%; Culturas diversas – 2.7 %; Prados – 0.4 %; Pastagens naturais – 16.3%; Pousio – 7.2%; Vinhas – 2.2 %; Arvoredo frutífero – 7.2 %; Matas – 2.9 %<sup>28</sup>.

Os incultos eram formados por 153 500 ha de cumeadas, encostas fragosas e areais, e 4 029 500 ha de baldios e charnecas. A soma das cumeadas, encostas fragosas e areais com a superfície social perfazia 291 020 ha, era esta a verdadeira superfície improdutiva do país. O

---

<sup>25</sup> Esteves, Rui Pedro – O Crowding Out em Portugal 1879-1910: uma Análise Exploratória, Porto, Análise Social, 1998.

<sup>26</sup> Pereira, Miriam Halpern – Livre-Câmbio e Desenvolvimento Económico, Lisboa, Sá da Costa Editora, 1983.

<sup>27</sup> Lopes, Óscar – Materiais Para a História da Questão Agrária em Portugal, Porto, Editorial Nova, 1974.

<sup>28</sup> Idem

que significa que existiam 4 029 500 ha de incultos possíveis de aproveitar para a agricultura. Na relação para 100 ha, Portugal era dos países com menos superfície de terras aráveis e hortas, apenas 22,57%, nos prados era o país europeu com a relação mais baixa, apenas 0,44%.

Esta continuidade da superfície inculta manteve-se certamente à custa da não formação de uma classe média pequeno burguesa no país que dispusesse de capitais para investir no setor agrícola. Os grandes proprietários, através da sua política de exploração da terra foram os principais responsáveis por esta situação. No sul e no sudoeste a vedação ocasionou não o crescimento das pequenas propriedades, mas a absorção destas pelas propriedades maiores<sup>29</sup>. Através de manobras de concorrência os grandes proprietários provocavam esta situação e, apesar de terem os seus terrenos vedados, obrigavam os pequenos proprietários a terem os seus abertos<sup>30</sup>. No final a vedação dos terrenos originou o empobrecimento dos camponeses e a sua proletarianização.

As condições de trabalho que os proprietários oferecem aos trabalhadores são tão precárias e nefastas que, em 1868 a pequena propriedade ainda é um modelo social que todos os camponeses desejam atingir. Este facto é palpável na análise à dimensão da propriedade registada nos inquéritos agrícolas da década de sessenta, que será feita de seguida. Os proprietários vão alimentar este desejo camponês através de contratos de arrendamento e de parceria, mais nefastos ainda que a enfiteuse para o camponês, mas mais lucrativos para o proprietário<sup>31</sup>. Só mais tarde a enfiteuse se volta a lentamente sobrepor ao arrendamento a curto prazo, mas esta não era a solução para a estrutura agrária.

Os distritos onde a divisão da propriedade é mais intensa são os do norte e centro litoral. No sul e interior a propriedade média tem dimensões consideráveis. A dimensão média da propriedade no país na década de 60 era de 1,55 ha e, também em média, 21,4% da população do país era proprietária<sup>32</sup>. As grandes propriedades encontravam-se no Alentejo, Lisboa, Santarém e Castelo Branco, onde a extensão poderia chegar a atingir os 10 000 ou 20 000 ha.

Mesmo nas exceções à regra, como o Minho, uma região a norte onde havia grandes propriedades, estas acabavam por se subdividir e ser exploradas por rendeiros. No distrito de Aveiro a divisão é tão grande que existem menos operários agrícolas que proprietários.<sup>33</sup>

Esta divisão excessiva, causada em parte pela extinção dos morgadios que dividia ainda mais a propriedade, mas também pela política dos proprietários que preferiam alugar a terra a

---

<sup>29</sup> Pereira, Miriam Halpern – Livre-Câmbio e Desenvolvimento Económico, Lisboa, Sá da Costa Editora, 1983.

<sup>30</sup> Idem

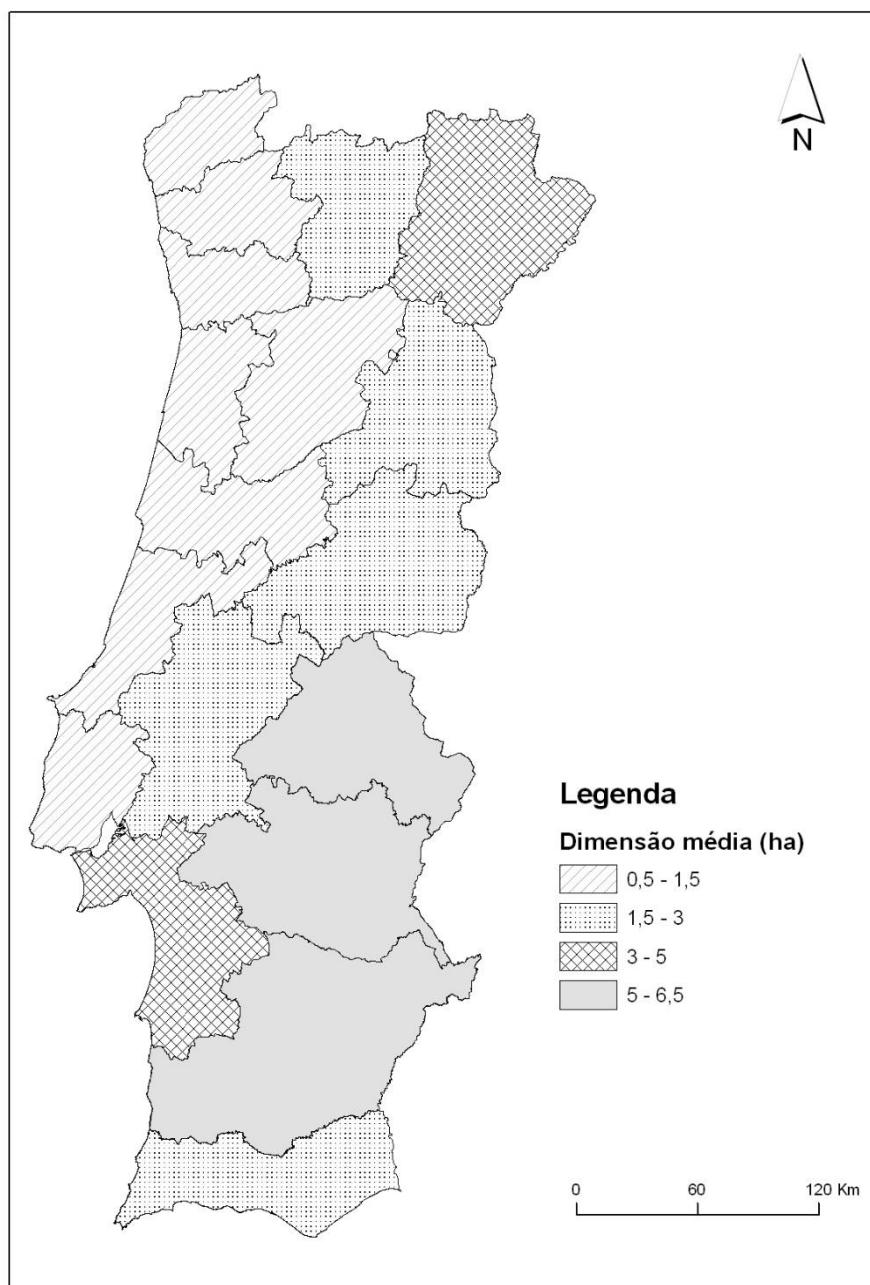
<sup>31</sup> Idem

<sup>32</sup> Lopes, Óscar – Materiais Para a História da Questão Agrária em Portugal, Porto, Editorial Nova, 1974.

<sup>33</sup> Idem

investir nela capitais, vai a partir da década de 70 ser um entrave à introdução de tecnologia agrícola em grande parte do país, a qual poderia modernizar e aumentar a produção no setor.

Mapa 1 – Dimensão média da propriedade em 1900



Fonte: Adaptado de “Lopes, Óscar – Materiais Para a História da Questão Agrária em Portugal, Porto, Editorial Nova, 1974”.

Para que se entenda bem a dimensão da preferência dos proprietários pelo aluguer em detrimento do investimento, há que enumerar alguns exemplos. Já em 1887, um quarto da população de Sesimbra é enfiteutica, acompanhada por quase toda a população de Almada, um

terço da população de Cascais e metade da população de Sintra. No Ribatejo encontram-se ainda um número de aforamentos significativo<sup>34</sup>. Mesmo a Subenfiteuse, proibida em 1867, continuava a praticar-se, vindo a desaparecer apenas no final do século. De qualquer forma este contrato era preferível ao aforamento, que acabava por ser mais prejudicial às classes pobres visto poder ser acordado em relação a qualquer propriedade, e ao arrendamento, que por ser a curto prazo tinha condições muito desfavoráveis ao arrendatário<sup>35</sup>.

No sul do país, apesar das dimensões permitirem que falemos em latifúndio, os proprietários preferiram sempre alugar também o seu terreno a investirem eles próprios na exploração. Para isso, mantinham a mão-de-obra disponível através de dependência da seguinte forma. Aproveitando-se da vontade cultural de possuir um pedaço de terra por parte dos camponeses subdividiam uma pequena porção da sua propriedade, mas em condições suficientemente desfavoráveis ao arrendatário que o obrigassem a ter que trabalhar à jorna para poder sobreviver. Desta forma conseguiram sempre dispor de mão-de-obra de baixo custo.

Em 1887, com o caminho a apontar para o protecionismo, Oliveira Martins lança a lei do fomento rural com a qual pretende reformar a agricultura portuguesa. Volta a enfiteuse, a procura de terrenos aumenta e o valor da pequena propriedade valoriza quatro vezes mais que o valor da grande propriedade. Estabelece-se a companhia do crédito Rural para financiar a atividade. Esta instituição de crédito queria reduzir o recurso à hipoteca por parte do pequeno proprietário, mas creditaria tanto ao lavrador quanto maior fosse a propriedade, favorecendo mais uma vez os grandes proprietários<sup>36</sup>.

Pretendiam, também, os reformistas dividir no sul e emparcelar no norte e centro. Para isso, ao aperceberem-se dos efeitos do final do morgadio tentaram dar a volta à situação compensando monetariamente as propriedades que ficassem nas mãos de um só herdeiro. Esta tentativa falha e os esforços neste sentido terminam quando os políticos se apercebem que a mentalidade atrasada das populações rurais não permite que esta estratégia funcione<sup>37</sup>.

A verdadeira alternativa era um plano do estado para a associação cooperativa entre a pequena propriedade, em vez da divisão da propriedade dos latifundiários do sul que continuariam a explorar os camponeses dada a dimensão das parcelas. Esta estratégia pode nunca ter sido usada graças ao receio de uma revolução socialista que pairava sob as elites. Por isto nunca se terá quebrado com as estruturas do antigo regime.

---

<sup>34</sup> Pereira, Miriam Halpern – Livre-Câmbio e Desenvolvimento Económico, Lisboa, Sá da Costa Editora, 1983.

<sup>35</sup> Lopes, Óscar – Materiais Para a História da Questão Agrária em Portugal, Porto, Editorial Nova, 1974.

<sup>36</sup> Idem

<sup>37</sup> Pereira, Miriam Halpern – Livre-Câmbio e Desenvolvimento Económico, Lisboa, Sá da Costa Editora, 1983.

## 2. Durante a I República

Em 1910, apenas 15,4% da população portuguesa vivia em núcleos com mais de 10 000 habitantes, e apenas Lisboa e Porto possuíam mais de 100 000. Na verdade, 85% da população portuguesa era rural, e mesmo nos centros urbanos, uma grande fatia da população dedicava-se à agricultura, elevando dessa forma o índice de ruralidade<sup>38</sup>. A taxa de analfabetismo manteve-se sempre acima dos 60%<sup>39</sup>.

Enormes contrastes povoavam a sociedade portuguesa, onde nos antípodas da subsistência forçada dos camponeses e das condições de vida duríssimas do operariado fabril, se encontrava a aristocracia fundiária, e os novos-ricos que tinham feito fortuna no comércio e na especulação<sup>40</sup>.

O século XX iniciou-se com uma retoma da taxa de crescimento populacional para cerca de 1%, contra os 0,7% do final do século XIX, mas logo na década seguinte o crescimento voltou a decrescer para 0,1%, marcado pelas vagas migratórias e pelas grandes epidemias. A década de vinte foi aquela em que o crescimento foi mais acentuado, atingindo valores de 1,3% (Tabela III). A elevada natalidade e mortalidade registadas dotavam o país de uma pirâmide de população jovem no primeiro triénio do século XX<sup>41</sup>.

Tabela III. - População total entre 1860 e 1930

Anos	População total	Taxa de crescimento
1861	3 693 362	1,2%
1890	5 049 729	0,7%
1900	5 423 132	1,0%
1911	5 960 056	0,1%
1920	6 032 991	1,3%
1930	6 825 883	1,3%

Fonte: A. H. de Oliveira Marques e Joel Serrão, "Nova História de Portugal, da Monarquia para a República, vol. XI, Presença, Lisboa, 1991.

<sup>38</sup> A. H. de Oliveira Marques e Joel Serrão, "Nova História de Portugal, da Monarquia para a República, vol. XI, Presença, Lisboa, 1991, p. 13

<sup>39</sup> Ferraz, José Manuel, O desenvolvimento socio-económico durante a Primeira República (1910-1926), (...) 1974

<sup>40</sup> Serra, João B., Portugal, 1910-1940: da República ao Estado Novo, Catálogo da Exposição Portugal-Frankfurt, 1997

<sup>41</sup> A. H. de Oliveira Marques e Joel Serrão, "Nova História de Portugal, da Monarquia para a República, vol. XI, Presença, Lisboa, 1991, p. 13

Desde os fins de 1890 os governos deixaram de se preocupar com gastar dinheiro e passaram a concentrar-se nas formas de o arranjar, forma pela qual compreenderam que a guerra não se fazia só com armas mas também com capitais. Em 1891, o estado gastava 40% das suas despesas com os juros de dívida e a falta de dinheiro tornou-se um dos principais fatores da política portuguesa na década corrente<sup>42</sup>.

Em 1892 debateu-se no parlamento o desenvolvimento das indústrias nacionais através de uma pauta alfandegária que encarecesse as importações, quando metade destas provinham de produtos difíceis de serem substituíveis: bacalhau, açúcar, café, chá, petróleo, tabaco e cereais.

Taxar a importação cerealífera, 15% das importações totais, foi uma boa fonte de rendimento para o Estado, que aliando essa vantagem à pressão da Real Associação Central da Agricultura Portuguesa, aplicou uma taxa móvel sobre a importação dos cereais que seria tão mais alta quanto mais baixo fosse o preço do cereal estrangeiro adquirido, fixando assim um preço mínimo no mercado interno. Mais ainda, as moageiras só teriam licença de importação concedida dependendo das compras realizadas na produção nacional. A produção de trigo no Alentejo acabou por crescer até à primeira década do século XX. Calcula-se que o peso do trigo no produto bruto agrícola tenha subido de 25% para 50%<sup>43</sup>

Tabela IV. - Evolução do volume de importações e exportações entre 1883 e 1913

Ano	Valor em milhares de contos de réis	
	Importações	Exportações
1883	31	23
1893	38	23
1903	59	31
1913	89	35

Fonte: Mitchell, pp. 559-561 cit in Mattoso, José p. 158

Mas a crise não foi permanente. Apesar de os anos de 1891 e 1892 terem sido bastante maus, a situação estabilizou até um novo choque depressivo em 1898. Seguiu-se uma rápida recuperação acompanhadas pelo aumento das importações (Tabela IV) e, em 1907, o país sentia-se novamente próspero, cabendo até a algumas indústrias (algodão, conservas, cortiça) desfrutar de uma verdadeira época dourada.

<sup>42</sup> Mattoso, José; Ramos, Rui, História de Portugal, "A Segunda Fundação (1890-1926)", Círculo de Leitores, 1994, p. 158

<sup>43</sup> Idem, p. 178

Na verdade, desde o século XIX que o *deficit* era uma constante em crescimento à medida que o país se ia desenvolvendo economicamente. Os próprios orçamentos de estado eram geralmente deficitários salvo raras exceções, como a de 1904-1905, na presidência de Hintze Ribeiro.<sup>44</sup>

Entre os principais objetivos e argumentos de campanha do partido republicano estava o equilíbrio orçamental, algo que se tentou arduamente após a instauração da República, mas que acabou por se mostrar uma tarefa difícil principalmente, porque, de acordo com o seu programa eleitoral, o novo regime não tencionava aumentar as contribuições e teria que aumentar as despesas para aplicar as reformas ambicionadas.

A maior responsabilidade no aumento do défice cabia à desvalorização da moeda. Esta, ao mesmo tempo que tinha este efeito escondia as reduções efetivas das despesas, falseando opiniões e iludindo o grande público. Do início da década de vinte em diante a situação melhorou e só se entraria em tempos de aumentos da despesa com o Salazarismo<sup>45</sup>.

A estrutura das receitas no final da monarquia assentava acima de tudo nos impostos diretos que representavam cerca de 32% do total amealhado. Destes 32%, metade era orçado através dos direitos à importação e 13% provinham do imposto de consumo e do real de água. Os impostos diretos representavam entre 20% a 21% das receitas, e os de selo e registo 9% a 10%. Os pequenos impostos restantes, todos agrupados representavam 37% das receitas.

Ao analisar a despesa, mesmo que de forma resumida, apercebemo-nos prontamente de dois grandes sumidouros de receita, que se sobrepunham a todos os outros. A guerra e a dívida pública. Na verdade, a I Grande Guerra desempenhou um importante papel na evolução da dívida, visto que o financiamento de guerra foi feito à custa de empréstimos externos e enormes volumes de emissão monetária, fazendo assim disparar a inflação<sup>46</sup>. Desde o início da república até à guerra a despesa ao encargo da dívida pública era quase metade do orçamento total do estado (46%). Posteriormente, devido à política de Afonso Costa, o seu valor foi sendo reduzido até em 1918-1919 não exceder já os 15,6%. O valor voltaria a subir no pós-guerra por força dos valores investidos pelo estado em despesas cívicas. Atingiu cerca de 27%, em 1921-1922. Nos anos seguintes voltou a oscilar mas sem nunca atingir os valores do início da república. No

---

<sup>44</sup> A. H. de Oliveira Marques e Joel Serrão, “Nova História de Portugal, da Monarquia para a República, vol. XI, Presença, Lisboa, 1991, p. 243

<sup>45</sup> Idem

<sup>46</sup> Martins, Nuno Ferraz; Duarte, António Portugal, A Primeira República e a Sustentabilidade das finanças públicas Portuguesas: uma análise histórico-económica, ISEG, Lisboa (...)



entanto, mesmo tendo deixado de ocupar o primeiro lugar na despesa do estado, nunca abandonou o segundo lugar no geral das despesas<sup>47</sup>.

As despesas militares, como é possível observar no quadro presente em anexo<sup>48</sup>, apresentaram valores altamente significativos durante a guerra – 65,9% do orçamento de estado em 1917-1918 – que viriam depois a ser reduzidos progressivamente mas sem nunca deixarem de ser uma importante maquia no orçamento total.

## **2.1 Entraves ao desenvolvimento da agricultura: a modernização e os incultos**

A qualificação de crise agrícola foi uma constante em todas as épocas da História de Portugal. O mau ano agrícola teria como características baixa produção de cereais, sobretudo trigo, de vinho, azeite e cortiça. No entanto, a conjugação de todos estes males raramente aconteceu. Atribui-se antes principal relevância às crises cerealíferas pela importância alimentar do pão.

A verdade é que, mais que os maus anos agrícolas, é a extensão do território nacional não sujeito a cultivo que mais impressiona. No início do século XX, apesar do crescimento da área agrícola (1 225 000 ha) e do aumento da área florestal (entre 1.3 e 1.7 milhões de hectares), a preocupação com as áreas incultas ou baldias continuava a ser avultada, estimando-se que ocupassem 3.5 milhões de hectares, tendo por base tanto a “Carta Agrícola” como a “Carta Agrícola e Florestal”<sup>49</sup>.

Foi graças a esta larga extensão de terrenos baldios que a questão agrícola em Portugal se encontrou, antes, durante e até um pouco depois da 1ª República, sobretudo ligada à estrutura da propriedade do país, provocando o esquecimento de outros aspetos importantes para resolver o problema agrário.

Os baldios foram o principal alvo da legislação portuguesa em matéria agrária durante a 1ª República. Vários projetos e propostas de lei foram apresentadas no intuito de alterar a situação, alguns visando até a expropriação de quem mantivesse as suas propriedades incultas, mas os interesses dos grandes proprietários acabaram sempre por se sobrepor.

Apesar de esta legislação não ter atingido os resultados desejados e de as fontes estatísticas na época serem um pouco incertas, alguns autores defendem que a superfície inculta

---

<sup>47</sup> A. H. de Oliveira Marques e Joel Serrão, “Nova História de Portugal, da Monarquia para a República, vol. XI, Presença, Lisboa, 1991, p. 243

<sup>48</sup> Anexo IV

<sup>49</sup> Nunes, Adélia, *Uso do Solo em Portugal Continental: aspetos gerais da sua evolução*. Cadernos de Geografia Nº 21/23 – 2002-2004, Coimbra, FLUC, p. 93

tenha diminuído, entre 1900 e 1930, de 3 842 880 ha para 3 583 600 ha, muito à custa do aumento populacional e do protecionismo que em finais do século XIX atingiu o setor dos cereais. Neste início de século a extensão da área agricultada começou de forma significativa, provocando um aumento, especialmente no Norte e Centro do país. As culturas que mais beneficiaram com este aumento foram as árvores de fruto e as silvícolas, tendo as culturas arvenses vindo mesmo a diminuir. Mais tarde, com a “Campanha do Trigo”, voltou a intensificar-se a colonização interna<sup>50</sup>.

Muitos autores apontam como uma das condicionantes principais à prosperidade da agricultura em Portugal a falta de formação de quadros superiores agrícolas. O Instituto Agronómico de Lisboa e a Escola de Agricultura de Coimbra não eram aproveitados pelo pequeno agricultor, que era quem dominava o território do país, nem pelas classes mais altas como o país precisava.

Também o equipamento técnico estava muito aquém das necessidades que o progresso da atividade exigia. A resistência conservadora, fruto da baixa formação individual de quem se empregava no setor, impedia e por vezes barrava mesmo a inovação que poderia aproximar Portugal dos países mais avançados. Apesar disso houve exceções a esta regra. Algumas destas exceções representam até quem se tenha apetrechado com as máquinas erradas para as áreas que detinham, mas alguns outros houve que souberam realmente modernizar-se.

A personalidade governativa que mais se destacou no fomento da mecanização agrícola em Portugal foi o Ministro do Trabalho Lima Basto, ao importar os primeiros tratores com motor de explosão, organizar os primeiros cursos para formação de condutores das respetivas máquinas e garantir apoio à importação de maquinaria para as explorações onde os proprietários a pudessem aplicar, mas não a pudessem adquirir por não terem meios.

Outras das inovações importantes, a aplicação de adubos químicos, já acontecia em Portugal desde tempos muito anteriores graças à escassez crónica de estrume, mas mesmo assim em baixa escala. Mais uma vez a sua aplicação viu-se prejudicada pela falta de formação técnica para o fazer e, como é possível observar na Tabela V, os efeitos da I Grande Guerra fizeram-se sentir, provocando o declínio acentuado das importações de adubo e um pequeno aumento das exportações. O valor das importações vinha aumentando progressivamente desde o início do século, atingindo as 629 893 toneladas entre 1910 e 1914 e, no intervalo de 1915 a 1919, acabou por regredir para valores inferiores aos do início do século, continuando a baixar até 1929.<sup>51</sup>

---

<sup>50</sup> A. H. de Oliveira Marques e Joel Serrão, “Nova História de Portugal, da Monarquia para a República, vol. XI, Presença, Lisboa, 1991, p. 73

<sup>51</sup> Idem, p. 82

Quanto às exportações é visível na tabela que o seu valor foi sempre bastante reduzido. A exceção aconteceu nos anos da guerra, quando atingiram um volume superior à soma do volume de todos os outros intervalos de tempo compreendidos na tabela.

Tabela V. - Volume de importação e exportação de adubos (toneladas)

Anos	Importação	Exportação
1900 – 1904	273 121	1 347
1905 – 1909	427 056	328
1910 – 1914	629 893	49 221
1915 – 1919	210 832	128 095
1920 – 1924	209 911	6 352
1925 – 1929	43 935	16 020

Fonte: A. H. de Oliveira Marques e Joel Serrão, “Nova História de Portugal, da Monarquia para a República, vol. XI, Presença, Lisboa, 1991, p. 82

Se o aproveitamento dos baldios foi o assunto no qual mais se tentou trabalhar durante as primeiras três décadas do século XX, no ramo da agricultura, o tema que ocupou o segundo lugar nos trabalhos foi a falta de irrigação adequada. Já na monarquia parlamentar se tinham feito estudos, planos e algumas obras importantes neste sentido, como barragens ou canais, mas o problema persistia.

Mais uma vez, também ao nível da hidráulica, foi Ezequiel Campos quem mais se bateu para tratar o assunto. Além dos sistemas de irrigação instalados era sua intenção construir uma indústria hidroelétrica para suprir a falta de carvão no país. Iniciaram-se importantes obras por todo o país, com destaque para a zona do Alentejo e do Ribatejo e para os campos anexos de alguns rios como o Vouga, o Sado ou o Mondego. A proposta de lei de Ezequiel Campos, em 1925, continha um capítulo inteiramente dedicado à hidráulica. Foram nesta altura lançadas as bases para a obra que se viria a desenvolver de forma mais intensa durante a Ditadura<sup>52</sup>.

Outra das condicionantes ao desenvolvimento agrícola prendia-se com o crédito rural. A escassez de capital, especialmente entre os pequenos e médios proprietários, era um dos grandes problemas da agricultura. Mais de metade dos capitais empregados pelos agricultores era proveniente de empréstimos e, por isso, não gastar constituía a preocupação constante do lavrador já que o sistema de crédito não abonava como devia a seu favor, dado as taxas de juro praticadas. Apontavam-se a intervenção do estado no crédito e o fomento do associativismo agrícola como pilares fundamentais à resolução do problema, já desde os tempos da monarquia,

---

<sup>52</sup> A. H. de Oliveira Marques e Joel Serrão, “Nova História de Portugal, da Monarquia para a República, vol. XI, Presença, Lisboa, 1991, p. 82

mas a resolução nunca chegara. O decreto de 1911 foi lançado nesse sentido, mas sentiu imensas dificuldades em ser eficiente dada a falta de espírito associativo, instrução geral e conhecimentos profissionais específicos, e o inconveniente que a iniciativa trazia para os agiotas que usaram os seus meios para tentar impedir a iniciativa.

Mesmo assim, as caixas multiplicaram-se e surgiu um sistema de crédito rural por todo o país, apesar de imperfeito. Em 1928 existiam já oficialmente 106 caixas de crédito mútuo, embora cerca de um terço não funcionasse de facto. O número de associados subiu de perto de 1000 em 1913, para 7500 no início da ditadura. Estas caixas estavam espalhadas por todo o país, mas a maior densidade encontrava-se no Sul do país<sup>53</sup>.

O crédito era aplicado principalmente na compra de adubos, compra de gado, cultura da vinha, despesas com cereais, pagamentos de jornas e compra de fungicidas.

## **2.2 Políticas de Produção**

As culturas arvenses e hortícolas demonstravam desde início do século XX uma expansão considerável. Desta área o trigo e o milho ocupavam a maior parte, com predominância do primeiro. Ao trigo cabia de área média de 300 000 a 400 000 ha de cultura e ao milho sempre um pouco mais. Seguiu-se o centeio, com perto de 200 000 ha, a cevada com uma extensão próxima dos 140 000 há, e a aveia a rondar os 100 000 ha. A cultura do arroz não ia além dos 8 000 ha no total. As culturas hortícolas, apesar de não ser possível individualizá-las, cobriam uma grande extensão, calculada em cerca de 1 300 000 ha, pelo menos tanto como as culturas arvenses somadas<sup>54</sup>.

Atentemos agora apenas na produtividade dos cereais. No que toca à produção de trigo, considerando a sua irregularidade conforme os anos, dá-se às médias muito pouca importância. No entanto, ao observar a Tabela VI, salta à vista um progresso na produção que quase dobrou entre 1917 e 1930. Este aumento deu-se também no milho e no centeio, embora com maior expressividade no caso do milho. O conjunto de leis protecionistas, apesar de provocar o encarecimento do pão a curto prazo, levou, a longo prazo, ao aumento da superfície cultivada no sul do país e a uma melhor distribuição da população nessas áreas.

---

<sup>53</sup> A. H. de Oliveira Marques e Joel Serrão, “Nova História de Portugal, da Monarquia para a República, vol. XI, Presença, Lisboa, 1991, p. 87

<sup>54</sup> Idem, 91

Tabela VI. - Produção cerealífera total em Portugal Continental (hl)

Trigo (hl)	1917	2 567 721,34
	1923	4 620 117, 00
	1930	4 739 559, 30
Milho (hl)	1917	3 017 703, 27
	1923	3 438 472,90
	1930	5 618 553,60
Centeio (hl)	1917	1 029 001,99
	1923	1 792 426,60
	1930	1 682 160,50

Fonte: A. H. de Oliveira Marques e Joel Serrão, “Nova História de Portugal, da Monarquia para a República, vol. XI, Presença, Lisboa, 1991, p. 87

A produtividade é que continuava a ser demasiado baixa, apesar da superfície cultivada ter vindo a aumentar. Portugal produzia, em 1916, 700 kg por hectare, a Dinamarca produzia 3020 kg, a Bélgica 2450 e a Holanda 2390<sup>55</sup>. O comportamento de paralisia produtiva, observável na Tabela VI, deu-se acompanhado de um aumento da população de forma constante, acabando o país por ter de recorrer à importação de trigo exótico de forma crescente.

A força de trabalho agrícola, que era de 62,4% em 1910, desceu apenas para cerca de 60% em 1925.<sup>56</sup>

O vinho, uma produção essencial para a economia do país, não fugiu à regra das oscilações produtivas conforme o ano de colheita, apesar de um aumento da área de produção anunciado por muitos autores, mas cuja estatística não confirma, dada a sua baixa fiabilidade no tempo anterior à República. Depois da filoxera a vinha ocupou outras áreas, nomeadamente charnecas e várzeas onde se constituíram verdadeiras empresas vitivinícolas, sobretudo nas regiões do Douro, Dão, Torres Vedras, Alenquer, Ribatejo, Mondego e distrito de Leiria. Portugal produzia em média 18,7 hl por hectare, uma média superior a Espanha (12hl) e a Itália (8hl), mas muito inferior a França (39hl)<sup>57</sup>.

Uma das questões relacionadas com os vinhos que mais importância teve no início do século XX foi a definição dos diversos tipos de vinho e a demarcação das suas zonas produtivas, uma necessidade urgente para assegurar mercado às exportações nacionais e permitir concorrer

<sup>55</sup> A. H. de Oliveira Marques e Joel Serrão, “Nova História de Portugal, da Monarquia para a República, vol. XI, Presença, Lisboa, 1991, p. 94

<sup>56</sup> Ferraz, José Manuel, O desenvolvimento socio-económico durante a Primeira República (1910-1926), (...) 1974

<sup>57</sup> A. H. de Oliveira Marques e Joel Serrão, “Nova História de Portugal, da Monarquia para a República, vol. XI, Presença, Lisboa, 1991, p. 105

contra os vinhos de outros países. Em 1908 demarcaram-se os vinhos generosos como: "Porto", "Madeira", "Carcavelos", e "Moscatel de Setúbal". Em 1921, começou-se a demarcar as zonas definidas como de vinhos de pasto.

A crise vinícola contemporânea da implantação da república, mesmo nefasta, acabou por provocar imensas alterações que foram essenciais a longo prazo como a autenticidade do Vinho do Porto, protegida por decreto de João Franco que impedia a entrada na barra do Douro de vinhos do Sul superiores a 14% de graduação<sup>58</sup>.

### **2.3 Regime Florestal, Florestação e Criação de Gado**

A atividade que em Portugal representava o mais importante capital no setor agrícola, nos inícios do século XX, era a criação de gado. Servia de força de tração nas terras, o estrume produzido ainda era a base da fertilização dos terrenos acima dos adubos químicos, e o leite continuava a ser essencial para o abastecimento alimentar. Nas regiões do interior e nas planícies alentejanas o gado ovino e suíno representava um fator essencial para a economia local.

Calculava-se que quase 2 000 000 de hectares de terreno eram ocupados por pastagens temporárias, permanentes ou naturais, sendo estas últimas as mais extensas com cerca de 1 000 000 de hectares de superfície.<sup>59</sup>

Também neste campo a estatística dos finais do século XIX e inícios do século XX se mostrava muito imprecisa. Contudo, os números disponíveis foram compilados na Tabela VII, claro está, de forma arredondada<sup>60</sup>. Apesar da diminuição ligeira ocorrida entre 1906 e 1918, provavelmente à custa da Grande Guerra, que terá diminuído o mercado exportador, a tendência em relação ao número total de cabeças de gado em Portugal, durante o período da República, é claramente o aumento. No espaço de 19 anos (1906-1925) o país registou, aproximadamente, mais 1 500 000 cabeças de gado no continente.

---

<sup>58</sup>A. H. de Oliveira Marques e Joel Serrão, "Nova História de Portugal, da Monarquia para a República, vol. XI, Presença, Lisboa, 1991, p. 106

<sup>59</sup> Idem

<sup>60</sup> Idem, 111

Tabela VII.- Total de cabeças de gado em Portugal Continental

Anos	Nº total de cabeças de gado
1906	6 000 000
1918	5 800 000
1920	7 000 000
1925	7 500 000

Fonte: Marques A. H. Oliveira; Serrão, Joel, Nova História de Portugal, Portugal da monarquia para a república, vol XI, Presença, Lisboa, 1991, p. 111

Foram diversas as tentativas de aumentar os efetivos pecuários, realizando-se ações de propaganda como concursos e exposições nos tempos da monarquia que haviam de continuar até ao início da guerra. Em 1909 e 1911, algumas portarias foram lançadas com o objetivo de organizar certames regionais todos os anos, mas as ações mostraram-se pouco populares.

No final do século XIX Portugal atinge a sua máxima desarborização e a viragem só se dá em 1886, com a criação dos Serviços Florestais. É a partir daí que se dá a viragem da política florestal para o interior serrano do país. A evolução foi gradual e em princípio do século XX a Carta Agrícola e Florestal do País ainda confirma grandes possibilidades de expansão da área florestal, com base na grande extensão de incultos<sup>61</sup>.

Em 1901 é criado o regime florestal, um instrumento jurídico que institui um conjunto de disposições destinadas não só à criação, exploração e conservação silvícola sob o ponto de vista económico, mas também ao revestimento florestal dos terrenos cuja arborização seja de interesse público e ambiental. Este regime constituiu um meio jurídico que permitiu a intervenção do estado nas florestas, especialmente em baldios, mas também alguns terrenos particulares, ao abrigo do interesse público<sup>62</sup>. Falaremos dele mais detalhadamente no ponto 3.5.

O tipo de floresta que cobria maior superfície era o pinhal, com cerca de 700 000 hectares de extensão, e foi esta cultura a principal responsável pelo aumento da superfície arborizada no final da década de vinte ao crescer para cerca de 1 150 000 hectares. Por outro lado houve um decréscimo significativo das manchas de montado de azinho, figueirais, amendoais, alfarrobais e principalmente carvalhais. Para além do pinheiro aumentaram a sua

<sup>61</sup> Germano, Maria Adelaide, Regime Florestal um Século de Existência. Direção Geral das Florestas, Lisboa, 2000, p. 10

<sup>62</sup> Idem, p.9

superfície os montados de sobre, os olivais e os soutos. No total a superfície arborizada aumentou para 26,2%<sup>63</sup>.

A instituição do regime florestal foi um fator importante nesta mudança pois veio aperfeiçoar os processos de exploração. No início da república estavam sujeitos ao regime 360 km<sup>2</sup> em regime pleno, mais 300km<sup>2</sup> em regime parcial e 1046 km<sup>2</sup> em regime simples de polícia. Vinte anos mais tarde já o regime pleno, em conjunto com o parcial, incluía 1177km<sup>2</sup> e a superfície sujeita a policiamento abarcava 2075 km<sup>2</sup>. As várias reformas executadas no ministério da agricultura, como a criação da Direção de Serviços Florestais e Aquícolas, foram passos importantes na medida que aumentaram o pessoal empregado, melhorando assim a supervisão e execução de políticas florestais<sup>64</sup>.

Apesar de ambiciosos os planos da I República foram difíceis de executar graças à situação económica do país sombreada pelo défice que, mesmo reduzindo-se a despesa, persistia graças à desvalorização da moeda. Pelo meio a guerra acabou também por representar uma adversidade e um sorvedouro de dinheiros públicos que poderiam ter sido aplicados em obras de fomento agrícola, como os planos de hidráulica ou de introdução de adubos e maquinarias, formulados, mas não executados com a eficácia necessária para reduzir a superfície inculta do país como se desejava. A legislação aplicada aos incultos, apesar de significativa, também nunca conseguiu ultrapassar os interesses instalados. Desta forma, durante este período, salvo raras exceções, o aumento da superfície agrícola deu-se principalmente à custa das medidas de proteção ao trigo e a outras culturas privilegiadas. A destacar há medidas como a delimitação de áreas geográficas para a produção de vinhos conceituados no país, a proteção efetuada ao Vinho do Porto e a continuidade da aplicação do regime florestal que foi sempre um crescendo durante a I República.

Neste capítulo não se abordou a estrutura da propriedade por não haver alterações significativas a registar entre este período e o período tratado no capítulo anterior. Como não há possibilidade de expor aqui tudo aquilo que se gostaria, graças à limitação de espaço, optou-se por seguir esta estratégia. No capítulo seguinte a temática da estrutura da propriedade será novamente abordada.

---

<sup>63</sup> Marques A. H. Oliveira; Serrão, Joel, Nova História de Portugal, Portugal da monarquia para a república, vol XI, Presença, Lisboa, 1991, p. 108

<sup>64</sup> Idem, p. 109



### 3. O Estado Novo

A política económica do Estado Novo ficou marcada por duas características essenciais: a vontade de atingir a autarcia (a nível agrário) e a consequente regulação excessiva de todo o sistema até demasiado tarde. Para isso o estado aplicaria, entre outras medidas, uma política de doutrina corporativa que abolia a concorrência e regulava os mercados através das corporações de cada setor. No entanto, esta regulação corporativa acabou por se desligar das corporações e ser completamente de iniciativa estatal<sup>65</sup>. O sistema Corporativo, que começou a ser construído nos primeiros anos da década de 30, cresceu como uma rede de organizações próximas do Estado fortemente hierarquizadas e controladas por este<sup>66</sup>.

Em 1935, o Estado Novo lança a Lei de Reconstituição Económica. Esta lei previa uma série de investimentos públicos durante o período de 15 anos situados entre 1936 e 1950, que acabaram por só serem postos em marcha no fim da guerra, tempo em que havia também uma política para reestruturar e reorganizar a indústria e a agricultura<sup>67</sup>. Das preocupações comuns às políticas de ambos os setores industriais e agrícola podemos destacar as seguintes: garantir os abastecimentos dos fatores produtivos; aumentar a produção; conter custos e tabelar preços de venda de bens virados para o consumo.

Em 1947 chega finalmente o tempo de pôr em prática uma política de desenvolvimento económico projetada nos primeiros vinte anos de regime, cuja intervenção será vetorizada através de planos de fomento.

O I Plano de Fomento, apesar de não ter como finalidade objetivos globais, continha “preocupações”, tais como o baixo rendimento individual médio, a baixa produtividade do trabalho e a dificuldade em absorver mão-de-obra potencial. Neste plano o investimento seria de 7,6 milhões de contos.

Em 1958 surge o II Plano de Fomento com objetivos muito na linha das preocupações do plano anterior, mas que ia mais além que o primeiro em termos estratégicos globais. O montante previsto investir neste plano rondava os 21 milhões de contos para a metrópole e 5 milhões de contos para as colónias. A estrutura sectorial dos gastos continuava a mostrar o fomento da indústria no intuito de atingir a autarcia.<sup>68</sup>

---

<sup>65</sup> Marques, A. H. Oliveira; Serrão, Joel; Rosas, Fernando, Nova História de Portugal, Portugal e o Estado Novo, vol. XII, Editorial Presença, 2010, p. 317

<sup>66</sup> Freire, Dulce; Ferreira, Nuno Estevão; Rodrigues, Ana Margarida, Corporativismo e Estado Novo – contributo para um roteiro das instituições corporativas (1933-1974), Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Laboratório Associado, 2014

<sup>67</sup> Idem, p. 312

<sup>68</sup> Idem

Nos anos 60 começa para o estado português um período ideologicamente difícil, onde tenta conciliar a integração na economia europeia com o nacionalismo económico. Nesse sentido, entre 1965 e 1967 é aplicado o plano intercalar, o derradeiro esforço de Portugal para conciliar a integração nos mercados internacionais com a construção de um mercado único nacional. Falha o mercado único nacional e a integração torna-se crescente. Crescente também é a aposta no setor industrial no qual, em breve, o estado iria reconhecer a inadaptação da política do condicionamento industrial (um mecanismo estatal de controlo da atividade) às realidades presentes e futuras, que exigiam modernização orientada para a competitividade internacional.

Depois de todos estes sinais de mudança de práticas, é verdadeiramente no período entre 1968 e 1973, os últimos cinco anos do regime, que se dá a viragem completa na política económica e social do país, visível no III Plano de Fomento<sup>69</sup>.

Tabela VIII. - O crescimento económico português: 1928 – 1973

Período	Taxas de crescimento médias anuais em percentagem (%)		
	PIB preços constantes	População (taxa de crescimento efetivo)	PIB <i>per capita</i> preços constantes
1928 – 1933	4,8	1,28	3,4
1934 – 1941	2,8	1,18	1,2
1942 – 1945	- 3,6	1,02	- 4,5
1947 – 1952	2,5	0,91	1,7
1953 – 1958	4,7	0,47	4,2
1959 – 1964	6,1	0,48	5,6
1965 – 1967	6,3	- 1,11	7,5
1968 – 1973	8,0	- 0,46	8,5
1928 – 1941	3,8	1,20	2,5
1947 – 1967	4,9	0,33	4,6
1947 – 1973	5,6	0,14	5,5

Fonte: Marques A. H. Oliveira; Serrão, Joel; Rosas, Fernando, Nova História de Portugal, Portugal e o Estado Novo, vol. XII, Editorial Presença, 2010, p. 335

Neste plano consideram-se o protecionismo pautal, o condicionamento industrial e o lento progresso da agricultura como os principais responsáveis pelo atraso português, principalmente ao nível do comércio externo. Reconhecendo às exportações e à iniciativa

<sup>69</sup> Marques A. H. Oliveira; Serrão, Joel; Rosas, Fernando, Nova História de Portugal, Portugal e o Estado Novo, vol. XII, Editorial Presença, 2010, p. 333

privada um papel importantíssimo na economia são tomadas várias medidas de apoio direto e indireto.

Depois de feita uma análise às políticas económicas avaliemos agora os resultados que estas surtiram, com apoio na Tabela VIII acima apresentada, para acompanhar o crescimento do produto.

No período entre guerras, de 1918 a 1941, o crescimento da economia portuguesa deu-se de forma moderada, muito graças ao sucesso das políticas de estabilização económica e monetária implementadas a partir de 1922, que culminaram com o equilíbrio orçamental em 1928-1929, e às medidas tomadas para responder à grande depressão dos anos trinta. A população foi sempre crescendo acima de 1%, e o PIB *per capita* foi acompanhando as reduções percentuais do PIB.

Chegou a II Guerra Mundial e a recessão veio com ela, fruto do bloqueio económico exercido. A população continuou a crescer acima de 1%. Após estes anos dão-se ritmos de crescimento francamente altos, mesmo em comparação com países já modernizados, mas o crescimento da população baixa progressivamente, chegando mesmo a atingir valores negativos na década de 60, graças à emigração. A integração da economia na ordem mundial em expansão e na realidade europeia foi um dos fatores decisivos para esta evolução, o que deixava nítido o erro associado à continuidade das políticas de autarcia. Mais ainda contribuiu para o crescimento a emigração<sup>70</sup> que, para além de intrinsecamente subir o produto *per capita*, fornecia gordas remessas ao país.

Da parte do estado foi o intervencionismo estrutural que mais contribuiu para o desenvolvimento e que permitiu superar alguns obstáculos e condicionalismos já tradicionais, nunca ultrapassados dada a baixa iniciativa empresarial privada. Tudo isto aconteceu apesar do condicionamento industrial aplicado pelo estado que, na verdade, remava contra a maré. Para além de diminuir a população total, a emigração, como é possível observar na Tabela IX, acabou também por levar a uma taxa de crescimento natural negativa na década de 70, provavelmente causada pela diminuição da população em idade fértil, que abandonava Portugal.

---

<sup>70</sup> Anexo V

Tabela IX. - O crescimento da população portuguesa

	População absoluta	Taxa de Crescimento Natural (%)
1930	6 825 883	1,3
1940	7 722 152	
1950	8 441 312	0,9
1960	8 851 289	0,4
1970	8 617 640	-0,1
1980	9 883 014	1,4

Fonte: Marques A. H. Oliveira; Serrão, Joel; Rosas, Fernando, Nova História de Portugal, Portugal e o Estado Novo, vol XII, Editorial Presença, 2010, p. 260

É de fulcral importância para uma análise criteriosa lembrar que Portugal era um país com um atraso muito significativo quando a ditadura foi instaurada, e que a ideia de que quanto mais atraso tem um país mais rápido e intenso é o seu desenvolvimento, em termos quantitativos, acaba até por ser corroborada por alguns dos aspetos anteriormente analisados e pelo intervencionismo estatal, fundamental para o crescimento.

Analisemos agora os aspetos estruturais do desenvolvimento da economia, nomeadamente a evolução do peso dos setores secundário e terciário no emprego, presentes na Tabela X, cujos valores, quando altos, são característicos do crescimento económico moderno.

Tabela X. - Evolução da composição setorial do emprego em Portugal, entre 1930 e 1980

Anos	Setor primário	Setor secundário	Setor terciário
1930	51	19	30
1940	52	21	27
1950	49	25	26
1960	43	29	28
1970	33	33	34
1980	19	39	42

Fonte: Censos da População.

Ao observar a tabela acima é notório o baixo desenvolvimento do setor agrícola quando nos apercebemos que a população empregada nessa atividade se mantém bastante alta para aquilo que seria suposto. Em 1960, 43% da população portuguesa ainda era empregada no setor primário, facto que denota, para além do atraso da atividade, a fraca secundarização e

terciarização ocorrida na sociedade. O setor industrial apenas após a II Guerra Mundial vai realmente ocupar a população portuguesa de forma crescente.

Relativamente ao comércio externo o seu peso no PIB mostra uma quebra tanto ao nível das importações como das exportações (mais atenuada) até à segunda guerra mundial, graças ao protecionismo exercido principalmente nos direitos aduaneiros, mas em toda a economia. Depois do conflito os valores das importações e das exportações vão subindo tendencialmente, mas sem uma alavancagem tal que permita fazer uma distinção notória entre os dois períodos, antes e depois da II Guerra Mundial<sup>71</sup>. Este facto deita um pouco por terra a teoria dicotómica de que Portugal até à década de 50 viveu em autarcia e após essa década mudou o paradigma, principalmente se levarmos em atenção a dimensão económica de Portugal, que nunca permitiria a autarcia como estratégia.

Atendendo agora por fim ao objetivo deste trabalho, avaliar a evolução da agricultura, podemos retirar uma primeira conclusão: a agricultura foi progressivamente subordinada à indústria embora possa ter sido afetada de forma favorável pelos planos de autarcia do Estado Novo. Tentarei nos próximos pontos esclarecer esta última consideração passando para isso a analisar a estrutura da propriedade como ponto de partida.

### **3.1 A propriedade e as formas de exploração**

Para compreender a agricultura durante a fase do Estado Novo começar-se-á por analisar as formas de exploração e a propriedade, dado estes aspetos serem um espelho da ideologia social dominante na atividade e do condicionamento estrutural a que a agricultura esteve sujeita, respetivamente.

Em 1952/54 a agricultura portuguesa era dominada por explorações familiares imperfeitas – explorações que não permitiam ao agregado familiar viver somente dos rendimentos por ela proporcionados (50%) – e por conta própria. Ou seja, explorações nas quais os trabalhadores tinham que trabalhar fora, dado que esta não lhes garantia rendimentos suficientes. Seguiam-se por ordem de grandeza, em termos de tipo, as explorações familiares perfeitas (32%) e as explorações patronais (17,7%), sendo que estas últimas tiveram sempre tendência a regredir, mostrando a concentração crescente desta atividade num pequeno número de indivíduos, tal como demonstra a tabela presente em anexo<sup>72</sup>, que caracteriza a população

---

<sup>71</sup> Marques A. H. Oliveira; Serrão, Joel; Rosas, Fernando, Nova História de Portugal, Portugal e o Estado Novo, vol XII, Editorial Presença, 2010, p. 344

<sup>72</sup> Anexo VI

ativa agrícola segundo a situação na profissão. Assim sendo, é lógico aquilo que demonstra a Tabela XI, onde a conta própria é a forma contratual que domina as explorações, com mais de o dobro das percentagens de arrendamento e parceria juntos. Das parcerias e arrendamentos surgiam algumas explorações patronais mas, na sua grande maioria, estes contratos de exploração eram dominados por explorações familiares imperfeitas que acabavam por gerar uma imponente massa de assalariados e trabalhadores por conta de outrem, como também está demonstrado no anexo acima citado.

Tabela XI. - Explorações agrícolas no continente segundo a forma de exploração em 1952-1954

	Nº	%
Conta própria	525 335	61,5
Mistos com CP	162 984	19,1
Arrendamento	165 249	19,4

Fonte: Marques A. H. Oliveira; Serrão, Joel; Rosas, Fernando, Nova História de Portugal, Portugal e o Estado Novo, vol. XII, Editorial Presença, 2010

Prestando agora atenção à Tabela XII, dedicada à interpretação da forma como se encontrava distribuída a superfície média das explorações por classes de área, percebe-se que a micropropriedade (menos de 1 ha) a nível nacional representava cerca de metade do número total de prédios rústicos, mas, quando analisada em relação à superfície ocupada, perdia toda a significância. O panorama quanto às pequenas propriedades (1-5 ha) já é totalmente diferente uma vez que, para além de representarem 38,4% do número de explorações, têm ainda um significado de 18,3% em relação à área global agricultada.

As pequenas/médias propriedades (5-20 ha) embora quantitativamente não tenham um peso determinante, já que representam apenas 9,5%, assumem um papel relativamente importante na ocupação efetiva da área agrícola, representando cerca de 18%. Contudo, apesar da interpretação da classe anterior ter tendência a levar o leitor para uma expectativa de crescimento na ocupação efetiva conforme crescesse o tamanho da propriedade, os valores da superfície ocupada pelas duas classes apresentadas entre os 20 e os 100 hectares vêm contrariar a ideia, dado que o valor somado das duas classes não chega aos 15%.

A grande propriedade (mais de 100 ha) acaba por ocupar a maior fatia da superfície agrícola do país, representando 44,6% da ocupação mas concentrando todo este valor apenas em 3546 prédios rústicos, ou seja, 0,4% do total de prédios. Esta realidade mostra-nos que a propriedade rural em Portugal estava concentrada num número muito reduzido de proprietários, ideia que é cimentada se ponderarmos que, provavelmente, os 3546 prédios correspondentes à grande propriedade não tinham cada um dono diferente. Fazendo um outro cálculo, que inclui

também alguma média propriedade constatamos que as 1% das propriedades nacionais concentravam 50% da superfície total<sup>73</sup>. No anexo VII é possível observar a distribuição da propriedade rural por distritos.

---

<sup>73</sup> Marques A. H. Oliveira; Serrão, Joel; Rosas, Fernando, Nova História de Portugal, Portugal e o Estado Novo, vol. XII, Editorial Presença, 2010, p. 285

Tabela XII. - Explorações e superfície, por classe de área, nos distritos de Portugal Continental em percentagens (%), no período 1952-54

Distritos	N	S (ha)	- 1 ha		1-5 ha		5-20 ha		20 a 50 ha		50-100 ha		+ 100 ha	
			Nº	Sup	Nº	Sup	Nº	Sup	Nº	Sup	Nº	Sup	Nº	Sup
<i>Aveiro</i>	60 780	104 059	52,1	4,1	43,0	61,0	4,8	23,8	—	0,9	—	0,2	—	—
<i>Beja</i>	19 182	880 694	11,2	0,1	28,2	1,7	33,7	7,9	15,4	11,7	5,7	9,3	6,9	69,2
<i>Braga</i>	48 068	98 058	48,5	9,7	43,1	52,7	8,2	34,1	—	2,3	—	1,0	—	0,2
<i>Bragança</i>	35 054	204 149	18,6	1,4	45,2	21,8	33,2	56,9	2,7	16,1	0,3	3,0	—	0,8
<i>Castelo Branco</i>	43 715	187 016	60,8	5,5	28,1	15,8	8,8	20,5	1,0	15,1	0,5	8,6	0,4	34,5
<i>Coimbra</i>	73 821	127 324	54,8	15,3	40,1	58,8	5,0	24,7	0,1	1,9	—	0,6	—	1,7
<i>Évora</i>	9 929	659 121	17,6	0,1	29,5	1,2	26,4	4,5	13,8	7,3	4,7	5,3	8,0	81,6
<i>Faro</i>	36 112	191 106	33,0	2,9	40,3	20,1	22,9	44,5	3,3	21,6	0,4	5,6	0,1	5,3
<i>Guarda</i>	52 356	189 264	40,8	4,8	40,0	28,4	17,4	47,7	1,6	15,8	0,1	2,5	—	0,8
<i>Leiria</i>	64 475	82 844	62,6	22,7	35,5	63,1	1,8	11,6	—	1,2	—	0,8	—	0,6
<i>Lisboa</i>	42 569	114 034	53,8	9,1	39,9	35,4	5,5	18,9	0,5	6,2	0,1	4,6	0,2	25,8
<i>Portalegre</i>	14 476	448 822	35,1	0,5	33,0	2,7	19,4	6,5	5,8	6,5	2,6	6,3	4,2	77,4
<i>Porto</i>	54 570	111 922	54,8	8,7	35,1	44,3	10,0	43,0	0,2	3,6	—	0,5	—	—
<i>Santarém</i>	60 494	214 730	57,4	8,2	35,0	23,4	5,9	16,3	1,0	9,5	0,4	7,7	0,3	35,9
<i>Setúbal</i>	12 263	228 759	29,6	0,8	42,6	5,8	18,6	10,5	4,9	9,1	1,9	7,9	2,4	65,9
<i>Viana do Castelo</i>	43 883	47 698	65,8	28,9	33,6	66,1	0,6	4,2	—	0,3	—	0,3	—	0,3
<i>Vila Real</i>	43 425	88 314	53,9	10,7	37,9	45,8	7,7	34,6	0,4	7,1	—	0,7	—	1,1
<i>Viseu</i>	85 990	133 593	53,3	16,4	43,7	65,1	2,9	15,9	0,1	2,0	—	0,3	—	0,2
<i>Total</i>	801 162	4 111 507	50	4,3	38,4	18,3	9,5	18,0	1,3	9,3	0,4	5,5	0,4	44,6

Fonte: Inquérito às explorações agrícolas, 1952-1954, Lisboa, INE, arrumação e cálculos em Eduardo Freitas, et al., op. cit., pp. 76-77, cit in Marques A. H. Oliveira; Serrão, Joel – Nova História de Portugal, Portugal e o Estado Novo, vol. XII. Coordenação Fernando Rosas, p.28



Regionalmente é possível apontar antagonismos inegáveis no tamanho médio das propriedades e no número de propriedades segundo a sua superfície, ficando patente que a pequena propriedade domina todo o Norte e Centro Norte do país, a média o Centro Sul e o distrito algarvio, e a grande propriedade todo o Alentejo.

Tabela XIII. - Explorações segundo o número de blocos que as compunham, em 1952-54 no continente

	<i>1 bloco</i>	<i>2-5 blocos</i>	<i>6 e mais blocos</i>
<i>Nº</i>	206 318	371 005	276 245
<i>%</i>	24,1	43,4	32,5

Fonte: Marques A. H. Oliveira; Serrão, Joel; Rosas, Fernando, Nova História de Portugal, Portugal e o Estado Novo, vol XII, Editorial Presença, 2010, p. 287

Um fator que também importa analisar é o número de blocos pelo qual é composto cada exploração visto ser uma influência para a rentabilidade, na medida em que as condições de uma exploração vão sempre influenciar a eficiência necessária à execução das culturas. A nível nacional é possível observar na Tabela XIII a fragmentação expressiva da propriedade e também neste aspeto, de grosso modo, o Norte e Centro do país estavam mais fragmentados que o Sul.

O quadro que podemos pintar do Portugal agrário, entre 1930 e 1960, tem como elemento principal a pequena propriedade, o que trás consigo toda uma série de implicações produtivas afastadas da superfície ótima para cultivo que, obviamente condicionaram a atividade. Deste facto advém, no meu entender, a divisão do país em três grupos agrários distintos: o grupo dos pequenos proprietários com explorações familiares imperfeitas (explorações cuja mão de obra era exclusivamente do núcleo familiar, mas que não forneciam o rendimento suficiente para a subsistência deste), para os quais a agricultura representava a única opção para a sobrevivência; o grupo dos médios proprietários onde se trabalhava principalmente em exploração familiar perfeita (explorações cuja mão de obra era exclusivamente do núcleo familiar, a tempo inteiro, e que lhe forneciam o suficiente para subsistir), e nalguns casos sob regimes de patronato, mas com pouca mão-de-obra contratada; e, por fim o grupo dos grandes proprietários cujas condições fundiárias de que dispunham permitiam desenhar a exploração em termos empresariais.

Para além da divisão e forma de exploração, factos como a manutenção clara do arrendamento e a proliferação da parceria certificam que a estrutura fundiária do país se manteve basicamente inalterada. As únicas explorações que se direccionaram para o caminho do progresso, ou seja para as necessidades dos mercados e para os benefícios que daí podiam

resultar, foram as grandes e médias propriedades ocupadas de setores tradicionalmente importantes local e nacionalmente, como o dos vinhos, da cortiça, do azeite ou da lã, que, quer seja com base no consumo interno ou na procura externa, se concentraram à volta de um interesse generalizado e foram ganhando peso político e económico bastante significativo<sup>74</sup>.

### 3.2 Os projetos de colonização interna

Na década de 30 ganhou força uma política de colonização interna inspirada no fascismo italiano que seria a resposta aos movimentos dos trabalhadores agrícolas no sul e das ideias bolchevistas, que poderiam até já estar relacionadas com esses movimentos. Num parecer da Câmara Corporativa lia-se acerca da colonização interna: “Conserva e aumenta uma população rural sadia, forte e garante fiel da nacionalidade; combate as consequências exageradas da industrialização, que tanto faz crescer o proletariado e o desemprego”<sup>75</sup>.

Entretanto os movimentos reivindicativos dos agricultores eram desmantelados de forma repressiva, tal como acontecia com o aparelho sindical legal. Era no Sul, especialmente no distrito de Évora e Portalegre, que as greves eram mais fortes e ofereciam mais resistência. Foi no Sul que em 1926 mais se aguentou o movimento grevista que tentava impedir a instauração da ditadura, e foi também no sul que o proletariado mais foi preso, espancado, torturado e assassinado.

Esta política é organizada com base na criação da Junta de Colonização Interna (1936) e numa série de leis diplomas e decretos aprovados, na década de 30 e 40. Para análise deste tema devem ser levados em conta as formas de colonização e o estatuto das terras onde se processaria essa colonização. Consideravam-se os seguintes tipos de terrenos: Baldios; Privados beneficiados pelo estado quanto ao sistema de rega; Propriedades do Estado; Futuras aquisições do Estado.

Note-se que nesta fase a terminologia usada já excluía incultos, dado que muitos desses terrenos teriam sido anteriormente tornados aráveis graças à introdução dos fosfatados e à expansão da cultura do trigo. Não era pois necessário a um terreno ter esta denominação para que o estado aí pudesse intervir, até porque, em 1937 a Lei nº 1949 permitia ao Estado passar

---

<sup>74</sup> Marques A. H. Oliveira; Serrão, Joel; Rosas, Fernando, Nova História de Portugal, Portugal e o Estado Novo, vol XII, Editorial Presença, 2010, p. 288

<sup>75</sup> Baptista, Fernando Oliveira, A Política Agrária do Estado Novo; Edições Afrontamento, Porto, 1993, p.19

para o seu domínio terrenos de propriedade privada. Apesar disso acabou por haver intervenção apenas em terras abandonadas deixando-se intacta a estrutura latifundiária existente<sup>76</sup>.

Indo ao encontro dos ideais fascistas, por se materializar como cavalo de combate ao melhor auxiliar da revolução comunista (segundo alguns a terra improdutiva acumulada), esta política, mais propriamente a promulgação da Lei nº 1949, encontrou resistência em setores dos grandes agrários e latifundiários.

Assim, o poder expropriativo previsto na Lei acabou por nunca ser usado e as obras de hidráulica realizadas nunca deram lugar a colonização interna de iniciativa estatal. A derrota do fascismo italiano e do nazismo alemão poderão ter sido um contributo para esta travagem nas intenções iniciais.

A colonização interna aconteceu em 18 000 hectares de terra baldia, uma pequena fatia se compararmos com as áreas onde o Estado Novo impôs a florestação ou com as grandes áreas de baldios das quais se apropriaram os grandes agrários, muitas vezes a coberto de expedientes legais. Este expediente legal não é exclusivo do Estado Novo, mas também, em parte, uma herança do liberalismo e da República. As formas propostas pela colonização interna para a desmobilização de trabalhadores e acesso à propriedade eram a instituição de casais agrícolas, segundo a Lei nº 1949, e a instituição de glebas, segundo a Lei nº 2014<sup>77</sup>.

Os aforamentos ou arrendamentos de longo prazo, pelo seu poder de fixação de mão-de-obra junto dos latifúndios, eram indicados como os ensaios de colonização interna existentes. Nos objetivos desta forma de colonização ficava bem explícito que era estritamente necessário que as glebas não permitissem a uma família sustentar-se apenas através do seu cultivo. A estratégia parecia passar por aumentar o capital dos grandes proprietários que continuavam a não fazer mais que alugar pequenas partes dos seus terrenos em múltiplas parcelas, de forma a retirar proveitosas somas das rendas e a ter sempre quem cultivasse as suas grandes propriedades. O lucro tinha tendência a aumentar de acordo com o crescimento do número de arrendatários. Esta estratégia já herdada do liberalismo, graças ao Estado Novo e aos seus planos de colonização chegou até aos anos 40 do século passado.

A lei de nº 1949, ao fixar o tamanho dos casais agrícolas numa área entre 1 e 5 ha fomentava indubitavelmente a exploração dos arrendatários, dado que o tamanho máximo da propriedade não permitia a uma família de agricultores subsistir sem vender a sua força de trabalho. A lei nº 2014, que atuava não só em terrenos da Junta Autónoma mas também em

---

<sup>76</sup> Idem, p. 22

<sup>77</sup> Baptista, Fernando Oliveira, A Política Agrária do Estado Novo; Edições Afrontamento, Porto, 1993, p. 25

baldios, apesar de não dar limites máximos às explorações, definia a propriedade a arrendar como constituída por “casa de habitação com dependências adequadas à exploração rural, e por terrenos de área suficiente para a manutenção de uma família média de agricultores<sup>78</sup>”, um pressuposto que, como já foi anteriormente dito, não se verificava.

Em 1946, dá-se o recuo total por parte do Estado quanto à intervenção colonizadora levada a cabo por si próprio nos terrenos não baldios, limitando-a ao mínimo indispensável. Dos 116 mil ha onde se previa intervenção apenas 15 mil eram privados e, desses 15 mil, metade já eram do Estado<sup>79</sup>.

Na Tabela XIV, é possível observar uma comparação entre o previsto no plano de 1946 e aquilo que foi efetivamente realizado. Ao nível dos hectares ocupados pelos planos de colonização, observamos que apenas nos terrenos do Estado a execução ultrapassou 50% do previsto, chegando mesmo a cumprir-se 72% do prometido. Nos terrenos baldios ocupou-se apenas 32 % do planeado e nos privados nada se fez. Somando tudo isto, chegamos apenas a 33% de ocupação efetiva do que estava previsto no plano.

Tabela XIV. - Contraste entre o plano de colonização interna e a sua concretização efetiva

Terrenos	Glebas + Casais Agrícolas – ha		
	Plano (1946)	Realizado (1965)	%
Baldios	54 304	17 326	32
Do Estado	7 127	5 141	72
Privados	7 431	0	0
Total	68 862	22 467	33

Fonte: Baptista, Fernando Oliveira, A Política Agrária do Estado Novo; Edições Afrontamento, Porto, 1993, p. 30

Para além dos dados interessa ainda dizer que dos 1532 casais agrícolas planeados apenas 471 (31%) foram construídos, e só 382 foram ocupados; das 26 448 glebas previstas apenas 7839 se concretizaram (30%). Tudo isto quando o plano de 1946 estabelecia cinco anos para o cumprimento integral do plano. Mesmo levando em conta colonizações anteriores a 1946, a ação do Estado Novo nesta área pode ser classificada de claramente diminuta em comparação com o planeado e em valores absolutos. O projeto de colonização objetivado para desarticular e desmobilizar a luta dos trabalhadores do Sul foi pouco significativo, ao contrário da repressão brutal que o fascismo operou diretamente para o mesmo fim, sobre as classes trabalhadoras.

<sup>78</sup> Baptista, Fernando Oliveira, A Política Agrária do Estado Novo; Edições Afrontamento, Porto, 1993, p. 29

<sup>79</sup> Idem, p.30

Por fim, faça-se referência a dois casos, o da Quinta da Torre (Palmela), e o de Foros de Fernão Ferro (Seixal), como os únicos em que o fascismo em Portugal recorreu à expropriação por utilidade pública. Deu-se em 1954, para resolver agudos conflitos sociais entre pequenos arrendatários e grandes proprietários<sup>80</sup>.

### 3.3 A Campanha do Trigo

Já em 1889, ainda sob o regime da monarquia parlamentar o Estado português havia adotado uma política protecionista para os cereais pautando as importações de trigo exótico de forma reforçada, o que levou ao escoamento do trigo nacional a preços assegurados, facto que precipitou a expansão da cultura deste cereal aos solos mais próprios<sup>81</sup>.

O protecionismo a este cereal prolongou-se durante o Estado Novo. Alcançada a estabilidade financeira havia que atingir o equilíbrio dos setores produtivos, incluindo o cerealífero. Capitalizando a importância do pão para a alimentação no país o estado vai lançar a divisa “O trigo é a fronteira que melhor nos defende<sup>82</sup>”, acabando por usar tal ideia até de forma propagandística como é possível observar na imagem seguinte. A campanha do trigo desempenhou em muitos aspetos um papel importante para a política e ideologia autárquica que a ditadura pretendia implantar no país.



Figura 1 - Cartazes com propaganda ideológica do Estado Novo, aplicada à agricultura.

Fonte: <http://conhecerahistoria12.blogspot.pt/>

<sup>80</sup>Baptista, Fernando Oliveira, A Política Agrária do Estado Novo; Edições Afrontamento, Porto, 1993, p.31

<sup>81</sup> Nunes, Adélia, Uso do Solo em Portugal Continental: aspetos gerais da sua evolução. Cadernos de Geografia Nº 21/23 – 2002-2004, Coimbra, FLUC, p. 100

<sup>82</sup> Marques A. H. Oliveira; Serrão, Joel; Rosas, Fernando, Nova História de Portugal, Portugal e o Estado Novo, vol XII, Editorial Presença, 2010, p. 314

Como fundamentos da política do trigo iniciada em 1929 podemos destacar medidas de estímulo à produção como um conjunto de diretrizes e linhas de apoio financeiro que, conjuntamente com os mecanismos associados à criação da Federação Nacional dos Produtores de Trigo em 1933, lançaram uma política do trigo que se estendeu até ao início de sessenta, inserida num vetor protecionista.

A Campanha do Trigo em Diário do Governo de 21 de Agosto de 1929 apontava como objetivos: “ Diretamente: Promover o aumento da produção de trigo até às necessidades do consumo, evitando assim a saída para o estrangeiro de importantes caudais de ouro; Indiretamente: Dignificar a indústria agrícola como a mais nobre e a mais importante de todas as indústrias e como primeiro fator de prosperidade económica da Nação”<sup>83</sup>.

Comecemos por destacar iniciativas de apoio técnico e tecnológico como:

- Empréstimo de material agrícola às explorações;
- Estabelecimento de campos experimentais;
- Promoção da escolha e separação de sementes;
- Instalação de celeiros centrais;
- Instrução para a utilização de adubos;
- Assistência técnica direta às explorações;

A par destas iniciativas importantes para o plano foram ainda lançados apoios financeiros, destacando-se como mais importantes o subsídio de arroteia e o crédito de campanha que constituíram as bases da política. O subsídio de arroteia ficou estabelecido, numa altura em que o preço do trigo na produção era de 1\$51/kg, em 100\$00/ha e tinha como destino os proprietários, rendeiros ou seareiros que arroteassem incultos ou terrenos ocupados por vinha, para aí cultivarem trigo, milho ou centeio. Este subsídio, entre 1929-30 e 1933-34 estendeu-se por 86 639 hectares quase exclusivamente localizados no Sul<sup>84</sup>.

O arroteamento, apesar de ter incidido principalmente sobre os seareiros resultou, quase imediatamente, na toma dos terrenos por parte do proprietário ou do arrendatário ficando para os seareiros os de pior qualidade. A fixação do preço do trigo manteve-se com a Campanha, não tendo o produto sofrido as oscilações de mercado como as restantes produções, e contribuindo assim esta medida para a expansão da cultura não só em incultos, mas também em terrenos ocupados por outras produções.

---

<sup>83</sup> Baptista, Fernando Oliveira, A Política Agrária do Estado Novo; Edições Afrontamento, Porto, 1993, p. 160

<sup>84</sup> Idem, p. 162

Até aos anos 60 podemos dividir a produção de trigo em três fases: até 1934; de 1934 a 1950; de 1950 a 1960. Na primeira fase a fertilidade acumulada e, alguns anos favoráveis a nível meteorológico como é possível observar na Tabela XV, mais a introdução de novas técnicas, levaram a uma crise de superprodução, sendo o rendimento das culturas excedentário em relação ao consumo do país, não tendo os produtores forma de o armazenar para anos seguintes.

Tabela XV. - Trigo – Superfície da cultura, produção, importação, exportação e condições meteorológicas

Anos	Superfície semeada em média anual (1000ha)	Produção em média anual (1000t)	Nº de anos meteorologicamente			Importação em média anual (1000t)	Exportação em média anual (1000t)
			Bons	Intermédios	Maus		
1925-29	437,6	280,4				191,5	0,1
1930-34	497,6	507,1	2	3		68,5	...
1935-39	496,2	440,0	1	3	1	25,5	22,2
1940-44	570,8	380,9		2	3	130,1	2,2
1945-49	674,0	386,2		1	4	225,5	3,7
1950-54	719,2	640,9		5		135,5	18,9
1955-59	813,0	658,9		3	2	55,3	8,3
1960-64	709,8	526,1				191,5	2,9
1965-69	545,4	552,5				280,5	0,9
1970-73	483,5	615,8				197,8	1,5

Fonte: Baptista, Fernando Oliveira, A Política Agrária do Estado Novo; Edições Afrontamento, Porto, 1993, p. 168

Também a expansão da cultura em termos de área foi notável neste período, como mais uma vez demonstra a Tabela XV, fixando-se em cerca de 60 000 novos hectares cultivados com trigo, mas este valor manteve-se depois estagnado até ao início dos anos 40. Já a produção começou a baixar a partir de 1935 e, apesar de novo e significativo aumento da área semeada, entre 1940 e 1949 (de 570,8 mil hectares para 674 mil hectares), a tendência manteve-se na diminuição da produção até 1944 registando-se depois uma subida entre 1945-49, mas residual.

Para esta redução na produção apontam-se habitualmente como razões a delapidação da fertilidade dos solos e a expansão da cultura a áreas menos favoráveis. A expansão da área nos anos 40 deu-se mais à custa da rentabilidade do trigo (dada a proteção oferecida), que levou esta cultura a ocupar terrenos de outras culturas, que por via do desbravamento de incultos<sup>85</sup>.

<sup>85</sup> Baptista, Fernando Oliveira, A Política Agrária do Estado Novo; Edições Afrontamento, Porto, 1993, p. 169

Na década de 50 a produção voltou a subir, bem como a área cultivada, o que culminou numa nova produção excedentária em alguns anos, mas que desta vez foi facilmente resolvida dada a capacidade que o país já tinha em termos de armazenamento, principalmente providenciada pela Federação Nacional de Produtores de Trigo. Neste período os autores lançam as responsabilidades do rendimento favorável às condições meteorológicas favoráveis, mas não desprezam o avanço tecnológico<sup>86</sup>.

Tudo isto se desenvolvia com um quadro económico-social em pano de fundo onde o seareiro era figura essencial e quase sempre prejudicada. Era o seareiro que amanhava as terras menos férteis e era também ele quem mais sofria com as más colheitas. Autores deixaram relatos apontando para “cabanas provisórias que surgem na planície onde os seareiros miseravelmente se abrigam”.

Mesmo tendo ocupado muitos trabalhadores como seareiros ou jornaleiros a “Campanha do Trigo”, principalmente por não distribuir riquezas, manteve a situação social no Sul do país muito delicada. O desemprego diminuía apenas sazonalmente fazendo com que, ciclicamente, grande parte da população vivesse desempregada e na pobreza. A gravidade da situação só atenuou com o êxodo dos anos sessenta.

O combate dos trabalhadores rurais do Sul por melhores condições de vida intensificou-se de forma constante entre os anos 40 até aos anos 60, sendo sempre reprimido pelo regime de forma feroz e violenta. O sistema combateu e desmantelou associações sindicais e tentou destruir organizações políticas de oposição ao regime corporativo que só se voltaram a organizar de forma clandestina nos anos 40. A luta dos trabalhadores tinha como bandeiras o horário de trabalho de oito horas, o aumento do salário e o emprego.

Nos anos 60 a produção de trigo foi afetada pela crise que atingiu a estrutura produtiva graças ao êxodo rural e à emigração verificadas nessa década, que retiraram os pilares da mão-de-obra barata e abundante ao sistema latifundiário alentejano. Também a expansão da cultura a terras menos próprias durante a década de 50 levou a que os efeitos de anos menos favoráveis se sentissem de forma mais intensa. Com toda esta situação beneficiaram os trabalhadores que ficaram nos campos ao verem potenciada a sua mão-de-obra pela escassez que agora se sentia.

A Campanha do Trigo foi a primeira grande iniciativa do Estado Novo e assentou num molde ideológico de autarcia que acabou por gerar mecanismo de controlo de populações e perpetuação do regime latifundiário no sul. Este regime passa a ser indesejado na década de 60, garantidos que estavam os interesses dos capitalistas industriais. Mas, enquanto durou foram

---

<sup>86</sup> Idem



canalizados para a cultura do trigo, fora os empréstimos concedidos diretamente pela Caixa Geral de Depósitos e pela Caixa de Crédito Agrícola Mútuo, cerca de 84% do total de subsídios e financiamento concedidos à lavoura, entre o período de 1935-1959.

### **3.4 O novo paradigma agrícola do Estado Novo**

Desde o fim da Segunda Guerra Mundial a agricultura passou a ser um setor subordinado no modelo de desenvolvimento, ainda que continuasse a ser um setor importante. Mais de 30% do PIB advinha dele, e a população agrícola representava mais de 40% do total de ativos de trabalho<sup>87</sup>.

Os anos 60 são a fronteira que marca um acentuado declínio da superfície agrícola até à atualidade. A expansão do trigo aos solos menos adaptados, impulsionada pelos lucros e apoios garantidos por estas culturas, acabou por materializar esta política num verdadeiro sorvedouro de dinheiros públicos. O estado teve de inverter a tendência a partir da década de 60, começando a dar primazia à produção florestal, principalmente aquela que mais rendia às indústrias<sup>88</sup>.

A partir de 1962, o Estado encarou o problema de forma séria mas, apenas em 1965 com a publicação do Decreto-Lei nº 46595, a orientação governamental sofre uma verdadeira viragem na linha mestra traçada para a estrutura da agricultura. O regime cerealífero foi abandonado e passou-se a considerar a agricultura como um todo. Era agora tempo de intensificar a produção nos terrenos próprios através da modernização tecnológica e de abandonar as áreas inapropriadas à cultura dos cereais, especialmente as de sequeiro, substituindo-as por culturas mais rentáveis.

---

<sup>87</sup> Graça, Laura Larcher, *Propriedade e Agricultura: Evolução do modelo dominante de sindicalismo agrário em Portugal*, Conselho Económico e Social, 1999, Lisboa

<sup>88</sup> Nunes, Adélia, *Uso do Solo em Portugal Continental: aspetos gerais da sua evolução*. Cadernos de Geografia Nº 21/23 – 2002-2004, Coimbra, FLUC, p. 99

Tabela XVI. - Plano de reestruturação da utilização dos solos

Cultura	Valores aproximados sobre a utilização dos solos (ha)		
	Atual	Futura	Diferença
Agrícola de Sequeiro	2 020 000	750 000	- 1 250 000
Regadio	60 000	230 000	+ 170 000
Florestal	200 000	2 230 000	+ 2 030 000

Fonte: Baptista, Fernando Oliveira, A Política Agrária do Estado Novo; Edições Afrontamento, Porto, 1993.

Pode verificar-se na Tabela XVI que a florestação era o destino indicado para os terrenos que seriam abandonados pela cultura cerealífera. A partir desta década o governo acelerou as medidas viradas para a arborização. Este assunto será tratado no ponto seguinte (3.5). Outras das preocupações deste novo rumo da agricultura eram a pecuária e a mecanização das explorações, apoiadas inclusivamente por políticas governamentais específicas de fomento.

Ou seja, abandonou-se o intervencionismo bem como qualquer obrigatoriedade de assentar o modelo agrário na estrutura “tipo familiar”. Agora interessava principalmente que a empresa aproveitasse os apoios do estado e se constituísse da melhor forma possível para se inserir no mercado e nas suas exigências. O problema estrutural era agora assunto apenas das pequenas explorações agrícolas que deveriam ser estimuladas a agrupar-se em associações de produtores ou cooperativas agrícolas de produção, comercialização ou industrialização, para que atingissem uma dimensão económica minimamente relevante.

Todas estas transformações levaram ao nascimento de uma burguesia capitalista nos campos do Sul do país e vieram mitigar as querelas entre industrialistas e latifundiários ao provocarem uma convergência de posições entre a burguesia agrária capitalista e os interesses ligados à finança e à grande indústria<sup>89</sup>.

Concluindo esta última fase resta dizer que o desenvolvimento do capitalismo agrário no Sul, embora não na medida desejada pelo governo, veio a reduzir bastante a área semeada e a aumentar a produção por hectare. Mais tarde esta fase viria a considerar-se como o nascimento do regresso dos incultos, por parte de muitos autores.

<sup>89</sup> Baptista, Fernando Oliveira, A Política Agrária do Estado Novo; Edições Afrontamento, Porto, 1993, p. 49

### 3.5 As Políticas Florestais

A preocupação com a conservação florestal em Portugal tem lugar na história desde o início da monarquia. O estabelecimento de coutadas reais, a publicação de um regimento em 1494, obrigando à plantação de um certo número de árvores e a “Lei das Árvores” de 1565, na qual o rei ordena que se plantem nos baldios dos concelhos árvores adaptadas ao solo, são bons exemplos disso. Já no século XIX dá-se a criação em 1888, das Administrações Florestais das serras do Gerês e da Estrela, cuja meta era de arborizar 90 mil hectares<sup>90</sup>.

Segundo estudos e dados oficiais do Estado, entre 1875 e 1910 o esforço na proteção e cultivo florestal resultou num crescimento, passando de 640 000ha em 1875 para 1 957 000 ha em 1902/1907, e mais de 2 400 000 ha em 1910. Este crescimento florestal, apesar de notoriamente exagerado, ter-se-á devido à implementação do Regime Florestal, em 1901<sup>91</sup>. O regime florestal constituiu, desde 1901, a mais importante reforma no progresso silvícola até hoje, obviamente com algumas mudanças setoriais, mas fiel ao propósito inicial. Por isso, convém tecer algumas explicações importantes ao seu funcionamento.

Neste plano foram criadas três categorias: o regime total, o parcial, que poderia ser obrigatório e facultativo, e o regime de simples polícia. O regime total diz respeito às matas nacionais que seguem um plano elaborado para bem da utilidade pública e aos terrenos incultos na posse do Estado cuja arborização obedece a um determinado plano. O parcial obrigatório é aplicado às propriedades das corporações administrativas e propriedades particulares cuja intervenção, a bem da arborização ou manutenção, seja de utilidade pública. O regime parcial facultativo está ligado à sujeição voluntária dos particulares, conforme as suas regras, e, finalmente, o simples de polícia pode ser requerido pelos particulares que assim ficavam sujeitos à obrigação de conservar os seus terrenos e de arborizar gradualmente os incultos, de acordo com prazos<sup>92</sup>.

A área abrangida pelo Regime Florestal registou um acréscimo de mais de um milhão de hectares entre 1930 e 1973, como é possível observar na Tabela XVII, e os aumentos ocorreram sobretudo na propriedade particular e na de corpos ou corporações administrativas.

---

<sup>90</sup> Nunes, Adélia, *Uso do Solo em Portugal Continental: aspetos gerais da sua evolução*. Cadernos de Geografia Nº 21/23 – 2002-2004, Coimbra, FLUC, p. 103

<sup>91</sup> Idem, p. 114

<sup>92</sup> Baptista, Fernando Oliveira, *A Política Agrária do Estado Novo*; Edições Afrontamento, 1993, p. 282

Tabela XVII.<sup>93</sup>

Anos	Área submetida ao Regime Florestal – 1000ha			
	Património do Estado (Regime total)	Propriedade de Corpos ou Corporações administrativas (Regime parcial)	Propriedade particular	Total
1931	57	76	267	400
1950	51	336	467 (1)	854
1960	53	452	620 (2)	1125
1973	50	503	866 (3)	1419

(1) Regime florestal parcial mas não de simples polícia = 89 mil ha;

Regime florestal parcial de simples polícia = 378 mil ha;

(2) Regime florestal parcial mas não de simples polícia = 89 mi ha;

Regime florestal parcial de simples polícia = 531 mil ha;

(3) Regime florestal parcial de simples polícia = 866 mil ha;

Os dados mostram o crescimento da área sujeita a regime florestal apenas na propriedade particular (aproximadamente 600 mil hectares) e na propriedade de corpos ou corporações administrativas (aproximadamente 400 mil hectares), enquanto no património do Estado houve na verdade uma quebra. Interessa também frisar que 90% da propriedade de corpos ou corporações administrativas em 1950, 1960 e 1973 se encontrava nos distritos a Norte do Mondego.

A propriedade privada sujeita ao regime é a grande propriedade, com uma média de 695 hectares em 1960, e situa-se preferencialmente a Sul do Tejo. O policiamento foi contínuo na propriedade de corpos ou corporações administrativas e na propriedade do Estado, e acabou por ser uma forma de repressão das reivindicações das massas que se opuseram à florestação dos baldios que utilizavam<sup>94</sup>.

Durante o Estado Novo executaram-se três iniciativas de grande importância para o povoamento florestal, foram elas o Plano de Povoamento Florestal de 1938, a iniciativa do Fundo de Fomento Florestal e o Regime Florestal, já iniciado em 1901.

Em 1938, o Estado Novo dá início ao Plano de Povoamento Florestal, visando a florestação de terrenos baldios e dunas. Previa-se para o caso das dunas arborizar 9860 hectares no período de 1939 a 1943 e, tendo sido arborizados cerca de 8 mil hectares até 1968. Na verdade, o verdadeiro objetivo central da Lei 1971 (lei do povoamento florestal de 1938) encontrava-se nos baldios. O estado entendia estes terrenos como principalmente adaptados ao

<sup>93</sup> Baptista, Fernando Oliveira, A Política Agrária do Estado Novo; Edições Afrontamento, 1993, p. 282

<sup>94</sup> Idem, p. 284

povoamento florestal e preocupou-se sobretudo com as áreas a Norte do Tejo, não só em termos de florestação simples mas também na criação de infraestruturas como caminhos, obras de correção torrencial e postos de vigia, entre outros. Previa-se a arborização de 420 mil hectares de baldios no período 1939-1968.

A principal espécie utilizada na reflorestação portuguesa foi o pinheiro bravo graças ao seu rápido crescimento e custo mínimo de sementeira, facto que tornou esta árvore no principal figurante do coberto florestal nacional. A afirmação anterior é corroborada pelos dados que mostram um crescimento da mancha de pinheiro bravo de 210 000 ha em 1875, para 1 234 000 ha em 1951-1956, segundo estatísticas oficiais, ou seja, esta espécie teve um crescimento espacial de cerca de 500%<sup>95</sup>.

O crescimento da arborização dos baldios não se deu ao ritmo previsto, tendo o ritmo real sido o seguinte (Tabela XVIII):

Tabela XVIII. - Comparação entre a arborização prevista pelo Plano de Povoamento Florestal e a área efetivamente arborizada

Ano	Área Prevista (1000ha)	Área Total (1000ha)
1943	20	15
1948	56	35
1953	114	73
1958	193	145
1968	420	271

Fonte: Baptista, Fernando Oliveira, A Política Agrária do Estado Novo; Edições Afrontamento, Porto, 1993, p. 288

Convém também lembrar que a arborização dos baldios provocou imensos distúrbios nas economias das populações de montanha que utilizavam os baldios como fonte de riqueza comunitária. Prejudicou o pastoreio, acentuou a emigração e fez surgir um número crescente de jornaleiros, já que muitos agricultores, sem poderem utilizar os baldios como pastagens, tiveram que vender o gado que exploravam na sua pequena economia familiar. Por outro lado, obrigadas a abandonar o antigo esquema familiar e a trabalhar para outrem como assalariados, estas populações vieram contribuir para o alargamento dos mercados, já que tiveram de recorrer a estes. Esta alteração foi povoada de manifestações populares e revoltas contra o povoamento florestal por parte das massas populares.

---

<sup>95</sup> Nunes, Adélia, Uso do Solo em Portugal Continental: aspetos gerais da sua evolução. Cadernos de Geografia Nº 21/23 – 2002-2004, Coimbra, FLUC, p. 115

Merece destaque o relacionamento desta linha orientadora com a indústria, nomeadamente com as celulosas, que foram ao mesmo tempo um agente beneficiado e um argumento para a continuação do plano, dado o crescimento que este lhes proporcionava. O argumento das celulosas foi fulcral para implementação da política florestal na propriedade privada, que passamos agora a analisar.

Resta citar o aproveitamento político feito deste plano florestal, sempre com base de fundo ideológico patriótica.

Apesar de a Lei do povoamento florestal de 1938 já admitir a intervenção estatal nas propriedades privadas inclusas nas zonas baldias, é em 1954, com a Lei nº 2069 de 1954, que se dá o verdadeiro passo significativo da política do estado na florestação da propriedade privada. A par de medidas de fomento, como assistência técnica e apoio com sementes, esta lei impunha a execução dos planos de arborização regionais (a unidade regional foi a bacia hidrográfica) pelos Serviços Florestais. Estes terrenos, em nome da utilidade pública, seriam submetidos pelo Regime Florestal. Os proprietários privados tinham de optar por uma destas soluções:

a) executar a seu cargo todos os trabalhos conforme os projetos definitivos elaborados pelos serviços florestais;

b) executar a seu cargo uma parte dos trabalhos, conforme os projetos definitivos elaborados pelos serviços florestais, ficando a outra parte a cargo destes serviços;

c) execução dos trabalhos na totalidade a cargo dos serviços florestais, com ocupação dos terrenos pelo tempo necessário à sua conclusão.

Segundo a opção por cada uma das soluções corresponderiam aos proprietários fundiários diferentes vantagens por parte do Estado, que não iremos aqui esmiuçar. O objetivo desta lei era a fixação e conservação do solo, muito provavelmente para corrigir os erros cometidos aquando da implementação da campanha do trigo. Existem mesmo textos onde se incentiva como mais rentável aos proprietários a florestação dos terrenos com solos pobres em vez de continuar com a cultura cerealífera.

Por outro lado, e como já foi referido, esta lei ia ao encontro das vantagens que se poderiam tirar da exportação de madeiras provenientes da florestação e da riqueza que essas mesmas madeiras poderiam vir a constituir para as indústrias, nomeadamente as celulosas. Esta alteração serviria já como uma antecipação social da política que se seguiria quando o estado abandona o regime cerealífero e coloca a indústria como primeira preocupação da lista.

Mas, mais uma vez a aplicação desta lei foi sucessivamente anunciada e tarde posta em prática. Em 1967 referia-se que a elaboração de planos regionais e a distribuição de sementes e

plantas era efetiva, mas que a florestação executada pelos serviços florestais não tinha sido posta em prática. Na verdade, a dimensão e estrutura dos serviços era desadequada a tão exigente tarefa. Apenas após este ano, com a crise cerealífera e a pressão da indústria crescentes o governo tomou medidas, promulgando até diplomas que considerava mais adequados que a Lei nº 2069<sup>96</sup>.

Após a crise latifundiária a saída para os proprietários com solos mais pobres foi a florestação desses mesmos solos, sempre que possível associada à pecuária em regime extensivo. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento das indústrias de celulose pressionava o Estado, e acaba por ser neste quadro que o governo vai relançar a política de florestação privada, através do Fundo de Fomento Florestal. Este fundo iniciou em 1945 mas foi logo reformulado em 1963 e 1964 para suportar uma florestação em grande escala – cerca de dois milhões de hectares previstos em 1963 pelo Secretário de Estado da Agricultura.

Do âmbito do fundo sobressaíam “a instalação e melhoramento de pastagens que se enquadrem em nítida ambiência florestal” e a arborização “com fins produtivos, dos solos de capacidade de uso florestal e agroflorestal do património particular”. Os apoios eram concedidos através de subvenções, que podiam ir até dez mil escudos e empréstimos com taxa de juro favorável, que podiam atingir no máximo a totalidade dos custos do trabalho e seriam amortizados sempre que houvesse produção, nos trinta anos seguintes à sua concessão.

Podiam beneficiar destes apoios as áreas previamente incluídas em Planos de Arborização da responsabilidade do Fundo e nos quais a execução dos trabalhos previstos fosse obrigatória, e os prédios ou propriedades não inferiores a 50 ha não incluídos nas áreas obrigatórias mas abrangidos por projetos de arborização<sup>97</sup>.

Os números relativos à atividade do Fundo de Fomento Florestal apontam, entre 1965 e 1974, para uma distribuição de sementes e plantas suficiente para arborizar 81,1 mil hectares, a instalação de 25 310 hectares de pastagens, entre as quais financiou 4247, e para uma arborização de 77 449 hectares, dos quais 25 244 foram financiados<sup>98</sup>. As pastagens, segundo alguns técnicos regionais, por má utilização por parte dos proprietários de gado quase se perderam na totalidade. Esta atuação do fundo ocorreu sobretudo nos campos do sul e em prédios rústicos não englobados por Planos de Arborização, que entre 1965 e 1974 apenas

---

<sup>96</sup> Baptista, Fernando Oliveira, A Política Agrária do Estado Novo; Edições Afrontamento, Porto, 1993, p. 293

<sup>97</sup> Idem, p. 295

<sup>98</sup> Idem, p. 296

executaram uma florestação equivalente a 5% daquilo que foi executado através do Fundo de Fomento Florestal<sup>99</sup>.

Este mecanismo, que favoreceu principalmente os grandes proprietários, canalizou 81% dos empréstimos concedidos no período 1965-1974 para os distritos de Castelo Branco, Évora, Portalegre, Beja e Faro. Da arborização instalada pelo fundo entre 1969 e 1974, 54% decorreu nos distritos de Beja, Évora, Faro e Portalegre, 24% nos distritos de Lisboa, Setúbal e Santarém<sup>100</sup>.

Este mecanismo foi obviamente inútil para o pequeno proprietário, que dada sua economia e débil situação financeira, não dispunha do tempo necessário para esperar pela produção florestal e daí retirar o seu sustento. Ao invés disso este proprietário precisava de um rendimento anual que lhe permitisse sobreviver.

Os ritmos de ação alcançados pelo Fundo de Florestação não foram os projetados, lucrando com isso a indústria da celulose que aproveitou a oportunidade para se lançar como agente arborizador, assegurando assim matéria-prima e controlo sobre o mercado das madeiras. Tudo isto aconteceu muito graças aos meios de que a celulose dispunha financeiramente, e que lhe permitiam, junto dos latifundiários, estar em vantagem em relação ao Fundo quanto a projetos de florestação. O poder das indústrias para a compra de terrenos ou o pagamento de rendas anuais (por vezes adiantadas) por períodos entre 29 e 40 anos foram sempre mais vantajosas para os proprietários que a atuação do Fundo de Fomento Florestal.

Ao nível ambiental esta opção foi desastrosa. Enquanto os projetos do Fundo de Florestação Florestal era ecologicamente mais cuidados, embora não o desejável, a arborização das celulosas dedicou-se exclusivamente à monocultura do eucalipto, que representou 93% da florestação efetuada, até 1974. Levando em conta que a florestação por parte das celulosas ocorreu entre 1966/67 e 1974, e arborizou 44 693 hectares, chegamos à conclusão que esta indústria apenas nesse período foi responsável pelo aparecimento de uma mancha de eucaliptal com cerca de 41 565 hectares. Destes terrenos ocupados por eucaliptal 58% eram arrendados e 42% pertenciam às próprias indústrias, e cerca de metade do total eram campo do Sul<sup>101</sup>.

Observemos agora qual o impacto da florestação nos campos do Sul. Começemos por considerar a quebra na área de cultura arvense de sequeiro, que foi de 271 mil hectares, entre 1955-59 e 1970-73. Sabendo que metade da área florestada instalada pelo Fundo se localizou nos campos do Sul, e que a arborização total foi de cerca de 38,7 mil hectares, prevê-se que

---

<sup>99</sup> Idem

<sup>100</sup> Baptista, Fernando Oliveira, A Política Agrária do Estado Novo; Edições Afrontamento, Porto, 1993, p. 298

<sup>101</sup> Idem



cerca de 19 mil hectares tenham sido arborizados pelo Fundo nos campos do Sul. Se a este valor adicionarmos metade da área arborizada pelas celulosas (que se localizou na mesma área geográfica que consideramos na linha anterior) – 22,4 mil hectares – e metade da área onde o fundo distribuiu sementes e plantas (também nos campos do sul) – 40,6 mil hectares – obtemos um total de 102 mil hectares, cerca de 40% dos 271 mil hectares abandonados pela cultura cerealífera. Esta exposição feita anteriormente mostra bem a importância da florestação como saída para a crise do latifúndio<sup>102</sup>.

Façamos a análise de uma estimativa quanto à evolução da superfície florestal em Portugal desde o início do século XX ao final da ditadura, considerando os dados presentes na Tabela XIX. Diga-se antes que segundo o autor<sup>103</sup> “estes apuramentos foram efetuados com metodologias e instrumentos técnicos diferentes pelo que qualquer comparação tem de efetuar-se com muita precaução e é, apenas, meramente indicativa” e “as estimativas referenciadas por «1972» e «1974» reúnem informação proveniente de apuramentos distritais com datas diversas: a de «1972» varia entre 1965 e 1971 e a de «1974» entre 1965 e 1974”.

Tabela XIX. - Evolução da superfície florestal em Portugal continental (1000ha)

	1902	1920	1929	1934	1939	1956	Informação disponível em:	
							«1972»	«1974»
Pinhais	430	900	1132	1139	1161	1407	1307	1335
Montados de sobreiro	366	500	560	741	690	758	641	655
Montados de azinho	417	400	380	380	360	610	526	536
Soutos	84	84	85	85	80	75	27	30
Carvalhais	47	108	108	108	103	94	—	66
Matas diversas	613	66	67	67	68	135	167	131
Eucaliptais						155	166	215
Superfície florestal total	1957	2058	2331	2520	2467	3234	2834	2968

Fonte: Baptista, Fernando Oliveira, A Política Agrária do Estado Novo; Edições Afrontamento, Porto, 1993, p. 298

Entre 1939 e 1974, o estado arborizou 364 mil hectares, dos quais 77 mil foram arborizados pelo Fundo de Fomento Florestal, onde o eucalipto já teve um peso considerável, muito embora longe do papel que teve na florestação feita pelas Celulosas. Os restantes 280 mil

<sup>102</sup> Baptista, Fernando Oliveira, A Política Agrária do Estado Novo; Edições Afrontamento, Porto, 1993, p. 298

<sup>103</sup> Idem

hectares foram arborizados pela execução do Plano de Povoamento Florestal que recorreu quase exclusivamente ao pinheiro bravo.

Fixemo-nos agora no período que mais interessa, o de 1939 a «1974» excluindo os dados de «1972» dada a proximidade com os de «1974». Entre 1939 e 1956 ocorre um acréscimo superior a 750 mil hectares, dos quais o terço que pertence ao aumento dos montados de azinho parece, segundo o autor<sup>104</sup>, “ merecer grandes reservas, dado que todas as informações recolhidas a este propósito não confirmaram um tão grande incremento desta cultura”. A evolução restante nos pinhais, montados de sobre e eucalipto (que nem era mencionado na data anterior), parecem já inserir-se na conjuntura de então, estando até talvez os pinhais e eucaliptais subvalorizados. De 1956 a «1980», continua a expansão galopante do eucalipto e registam-se diminuições de 14% nos montados de sobre, 12% nos de azinho, 60% nos soutos e 30% nos carvalhais. Já o pinhal apresenta uma quebra de 5%. Conclui-se através destes números que este período foi uma janela para o início da destruição das áreas de espécies autóctones e essências para o equilíbrio da nossa floresta, como o carvalho e o castanheiro, e para o incremento de outras que por interesses industriais cresceram mas trouxeram consigo o desequilíbrio das florestas nacionais, como o pinheiro-bravo e, principalmente, o eucalipto.

O pinheiro continua a crescer nos anos seguintes, mas o inventário florestal de 1995 já mostra uma diminuição muito significativa da área em 400 000 hectares<sup>105</sup>.

Em substituição desta árvore surge de forma crescente o eucalipto, que vê a sua área aumentar desde a segunda metade do século passado, de 100 000 hectares para 672 149 hectares em 1995<sup>106</sup>. As condições ecológicas favoráveis à adaptação do eucalipto em território nacional proporcionam à espécie um rápido crescimento, tornando-a assim atrativa às indústrias do papel que passaram a usá-la como principal matéria-prima no país.

Contudo, a monocultura do eucalipto trouxe graves consequências ambientais que colocam em causa a continuidade deste caminho. Os maiores receios dizem respeito sobretudo, aos impactes ambientais da plantação do eucalipto relacionados com a conservação da água e fertilidade dos solos.

Até 1995, o montado tem vindo a crescer, embora timidamente, registando-se a sua área nesse ano em 1 175 000 ha. O ligeiro avanço de espécies como castanheiros e carvalhos no final

---

<sup>104</sup> Baptista, Fernando Oliveira, A Política Agrária do Estado Novo; Edições Afrontamento, Porto, 1993, p. 298

<sup>105</sup> Nunes, Adélia, Uso do Solo em Portugal Continental: aspetos gerais da sua evolução. Cadernos de Geografia Nº 21/23 – 2002-2004, Coimbra, FLUC, p. 105

<sup>106</sup> Idem

do século XX deveu-se aos subsídios da U. E. para a plantação e à menor pressão humana que permitiu a sua regeneração<sup>107</sup>.

Na atualidade a floresta ocupa cerca de 35% num território onde a aptidão florestal se situa em cerca de 60% da superfície total. Destacam-se, hoje em dia, como agentes que interagem na paisagem florestal de forma decisiva o Estado e os particulares, entre os quais os grandes grupos económicos da área da pasta do papel, as organizações de produtores florestais e, infelizmente, os incêndios florestais que sistematicamente dizimam os espaços florestais nacionais<sup>108</sup>

---

<sup>107</sup> Idem

<sup>108</sup>Nunes, Adélia, *Uso do Solo em Portugal Continental: aspetos gerais da sua evolução*. Cadernos de Geografia Nº 21/23 – 2002-2004, Coimbra, FLUC, p. 108

## 4. Sob os desígnios da Europa

Nos anos 60 a superfície agrícola utilizada atingiu o seu auge no país, mas a relação da sociedade rural com a paisagem não demorou a alterar-se. Na primeira metade dos anos 70, a superfície semeada por ano no continente baixou 23% relativamente a 1960/64, e em 1985/88 esta diminuição já era de 45%. As áreas abandonadas repartiram-se entre as áreas incultas, a pecuária extensiva e a florestação<sup>109</sup>. O novo desígnio era agora a intensificação por oposição à extensificação do passado, um ideal que seria ainda mais fomentado com a adesão à PAC

Após o 25 de Abril, principalmente depois de ultrapassada toda a fase do PREC, Portugal entrou definitivamente no mundo da globalização e da integração internacional, já anunciada nos últimos anos do regime ditatorial. De forma progressiva o país foi-se integrando nas organizações internacionais e a nível europeu cedo se começou a preparar o país para a entrada na Comunidade Económica Europeia.

Um dos pressupostos essenciais para que os países fundadores aceitassem entradas de novos estados membro era a aplicação da Política Agrícola Comum nos territórios dessas nações. Assim aconteceu com Portugal, havendo então que cumprir, para além de outros parâmetros, o plano de preparação traçado para a entrada da agricultura na política comum Europeia.

A Política Agrícola Comum, estabelecida no artigo nº 3 do tratado de Roma, em 1957, surge da necessidade de ultrapassar insuficiências alimentares do pós-guerra coordenando uma política comum protecionista de modo a assegurar a segurança alimentar. Destacam-se também nesta política objetivos como estabilizar e uniformizar preços para consumidores e produtores, garantindo assim os rendimentos aos produtores e evitando situações de superprodução<sup>110</sup>.

Apesar da adesão oficial de Portugal à Comunidade Europeia só ter ocorrido em 1986, a negociação do “*dossier* agricultura” havia começado já no início da década de 80<sup>111</sup>. No final de 1983 tinham já sido alcançados dois vetores extremamente importantes para a integração da agricultura portuguesa na PAC: a proteção do nosso mercado interno, e uma ação comum de caráter estrutural, para poder preparar grande parte da agricultura nacional a prosseguir caminho dentro da PAC. Para essa preparação foram concedidos dez anos, o maior prazo de sempre dado

---

<sup>109</sup> Baptista, Fernando Oliveira – “O Espaço Rural, Declínio da Agricultura”; Celta Editora, Lisboa, 2010, p. 106

<sup>110</sup> Silva, Manuel Carlos – “A Agricultura Portuguesa, o Estado e a PAC Europeia”; Sociedade e Cultura 1, Cadernos do Noroeste, Volume 13 (1), 2000, 51-80

<sup>111</sup> Varela, José Augusto dos Santos – “A Agricultura Portuguesa na PAC”; Edições Almedina, Coimbra, 2007, p.

pela comunidade a um país candidato à adesão, mas mesmo assim um período curto dada a baixa modernização da agricultura portuguesa. A esse plano deu-se o nome de PEDAP (Plano Específico para o Desenvolvimento da Agricultura Portuguesa), cujos objetivos eram uma melhoria sensível das condições de produção e comercialização e uma melhoria no conjunto da situação estrutural do setor agrícola, a fim de permitir à agricultura portuguesa integrar-se no âmbito da PAC. Passemos agora a analisar a Política Agrícola Comum propriamente dita.

A PAC foi criada na década de 50, após a segunda guerra mundial, quando os países inicialmente constituintes da UE tinham uma extrema necessidade no abastecimento de produtos agrícolas a preços que fossem adequados a toda a população. A agricultura tinha nessa altura um peso muito importante na economia europeia, sendo por isso também um sector estratégico para o desenvolvimento em geral, que urgia desenvolver.

Assim, os primeiros objetivos da PAC, definidos no Tratado de Roma, passavam por:

- aumentar a produtividade na agricultura, desenvolvendo o progresso técnico e assegurando o desenvolvimento racional da produção agrícola, assim como a utilização ótima dos fatores de produção, nomeadamente da mão-de-obra;
- assegurar um nível de vida equitativo à população agrícola, através do aumento de rendimento individual dos que trabalham na agricultura;
- estabilizar os mercados;
- garantir a segurança dos abastecimentos;
- assegurar preços razoáveis aos consumidores.

Para que estes objetivos fossem cumpridos é criado o esquema das OCM (organização do mercado comum), um mecanismo de carácter protecionista que apresentava mecanismos como um regime de preços, intervenções e restituições à exportação, ajudas à produção e armazenagem, entre outros.

O financiamento da PAC é feito através do FEOGA (Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola), que se divide em duas secções: a secção Garantia, que tratava do financiamento dos mercados através de restituições à exportação, ajudas à armazenagem, entre outros; a secção Orientação, que existia em função de um financiamento sócio estrutural, intervindo para a modernização das explorações e para orientação quanto à transformação e comercialização de produtos, entre outros.

Desde cedo a PAC se tornou um *dossier* trabalhoso e preocupante da CEE. Em nome da solidariedade financeira, a PAC, nas décadas de 70 e 80 absorvia mais de 70% do orçamento

comunitário para garantir aos agricultores preços superiores aos do mercado mundial, ou seja, para os proteger das produções exóticas. Desde então, esta fatia orçamental tem vindo a reduzir-se<sup>112</sup>.

A implementação das garantias de preços funcionou como estímulo à produção, provocando mesmo, a partir dos anos 70, produções sedentárias. Confrontada a partir dos anos 80 com os crescentes *stocks* de excedentes agrícolas, para a agricultura europeia tornou-se essencial arranjar forma de garantir o escoamento desse produto, por isso, importou manter países com insuficiente produção e dependência alimentar, como é o caso de Portugal<sup>113</sup>. Desta forma, a aplicação desta política exigia financiamento, não para promover e reestruturar as explorações, mas para retirar estímulo à produção dos países periféricos do sul, canalizando assim fundos para manter a subsistência ou reforma antecipada dos produtores de pequenas explorações.

Também um autor<sup>114</sup> já acima citado quanto às políticas agrícolas do Estado Novo considerou que as orientações da PAC não foram favoráveis à agricultura portuguesa, dado que privilegiaram sempre as produções do Norte e Centro da Europa, em detrimento das produções mediterrânicas, assim como as explorações agrícolas tidas como mais competitivas a nível mundial. Todos os setores menos rentáveis acabaram por ver as suas áreas encaminhadas para a reflorestação e para sistemas extensivos, em defesa do ambiente.

Após a reforma de 1992, motivada a nível interno por excedentes de produção, preocupações ambientais e sobrecarga financeira, e a nível externo pela introdução dos produtos agrícolas nas regras neoliberais do comércio internacional, as medidas de suporte de preços diminuem e dá-se uma aproximação dos preços comunitários aos preços internacionais, reduzindo-se o protecionismo no mercado europeu. Surgem ajudas diretamente ligadas à produção e um pacote de medidas agroambientais de modo a estimular a manutenção dos ecossistemas e a conservar a biodiversidade<sup>115</sup>.

Em 1996, as políticas de preços e de mercados alteraram-se graças às modificações introduzidas, especialmente pela reforma de 1992, graças à criação do Mercado Único de 1993,

---

<sup>112</sup> Silva, Manuel Carlos – “A Agricultura Portuguesa, o Estado e a PAC Europeia”; Sociedade e Cultura 1, Cadernos do Noroeste, Volume 13 (1), 2000, 51-80

<sup>113</sup> Idem

<sup>114</sup> Baptista, Fernando Oliveira – “O Espaço Rural, Declínio da Agricultura”; Celta Editora, Lisboa, 2010, p.

<sup>115</sup> Almeida, José Pedro Frago; Alberto, Deolinda – “Evolução da Agricultura Portuguesa no Período 1989/2010. Análise de Indicadores Relevantes”. 17º Congresso da APDR, Bragança – Zamora, 2011

com a integração no sistema monetário europeu, com a implementação da união económica monetária e, de forma mais recente, com a introdução da moeda única.

Desde a altura em que Portugal aderiu à CEE, dado o atraso estrutural da agricultura, o país beneficiou da totalidade das medidas de políticas estruturais em vigor no âmbito da PAC e do Programa Específico de Desenvolvimento da Agricultura (PEDAR), ao mesmo tempo que foi beneficiando dos quadros comunitários lançados nos períodos 1989-93, 1994-99 e 2000-06. Assistiu-se a uma reorientação a nível da produção agrícola e a uma tentativa de ajustamento estrutural. Passamos agora a analisar alguns indicadores pertinentes para a compreensão destas dinâmicas.

Analisando a Tabela XX podemos concluir que desde o início da PAC a agricultura entrou numa estagnação, constante, que por vezes chega mesmo a manifestar recessão, como em 92 – 94. A produção vegetal no espaço de tempo analisado decresceu, e o único setor que aumentou de forma palpável a produção, embora de forma muito tímida, foi o da produção animal, animado pelo maior consumo de produtos animais no geral da sociedade, principalmente no que toca a leite e seus derivados, e aves. Os cereais, que no período anterior ao analisado, como já foi dito, sofreram um decréscimo considerável, encontravam-se em 2001 estagnados em relação à produção de 1986.

Tabela XX. - Médias móveis trienais e taxa de crescimento da produção final agrícola em Portugal (milhares de euros)

Ano/Rubrica	Produção Agrícola	Produção Vegetal	Cereais	Produção animal
86 – 88	5388	3280	483	2105
88 – 90	5450	3299	475	2148
90 – 92	5722	3584	464	2135
92 – 94	5226	3093	445	2132
94 – 96	5275	3096	487	2177
96 – 98	5295	2985	481	2307
98 – 00	5531	3085	498	2444
99 - 01	5688	3260	487	2426
Taxa de crescimento (%)	0,42	-0,05	0,1	1,1

Fonte: Santos, Maria José Palma L. – “ A evolução do setor agrícola português após a adesão à União Europeia”; Escola Superior Agrária – Instituto Politécnico de Castelo Branco.

A liberalização dos mercados trouxe não só a retirada de campo dos produtores tradicionais não competitivos, como também o controlo do mercado por empresas multinacionais. A reforma da PAC de 1992 e seguintes intervenções, incluindo a Agenda 2000, representam uma progressiva dependência dos agricultores de subsídios, um crescente desmantelamento de milhares de explorações familiares e a continuação da subordinação aos interesses das multinacionais e dos países sedentários.

A evolução interna ocorrida desde início da década de 80, ao permitir a liberalização contínua dos mercados de produtos agrícolas e provocar uma contenção de preços ao nível agropecuário trouxe progressivas dificuldades à agricultura portuguesa. Como repercussões da Agenda 2000 para a agricultura portuguesa são frequentemente apontados alguns riscos como a confiança cega na previsão da evolução positiva do PNB comunitário em 2,5, o cálculo das despesas feito a preços correntes e não constantes, o pressuposto da aproximação dos preços europeus aos mundiais e a transferência de despesas do FEOGA Orientação para o FEOGA Garantia.<sup>116</sup>

Um outro aspeto negativo da PAC, especialmente a partir da sua reforma de 1992, está relacionado com o agravamento dos desequilíbrios na distribuição de fundos agrícolas comunitários entre estados, regiões e produtores. No que toca aos estados membros, à exceção do período entre 1990 e 1992, a PAC tem-se desenhado em função dos interesses centrais europeus, cujas culturas dominantes arrecadam cerca de dois terços do orçamento, penalizando assim os países do sul, em particular, a pequena agricultura familiar. Por volta de 70% dos fundos da PAC são sorvidos por apenas cinco países com a seguinte distribuição: França – 24,4%; Alemanha – 15,5%; Itália – 10,8; Espanha – 10,3%; Reino Unido – 8,4%. Portugal recebe apenas 1,7% do orçamento comunitário quando aqui se encontram cerca de 2,8 da SAU comunitária e 6,5 do total de explorações da UE, ficando mesmo em relação a outros países mediterrâneos muito aquém dos valores recebidos. Para ser mais claro, refira-se que em termos de valores *per capita* Portugal recebe apenas 20% da média comunitária<sup>117</sup>.

Em relação aos países do Sul, nomeadamente Portugal, a PAC mais do que desadequada para a pequena agricultura do Norte e Centro do país, esqueceu as consequências económicas e sociais que traria para tais agriculturas. O abandono de produção e o despovoamento, o apoio à agricultura intensiva (exploração que se baseia na aplicação intensiva de trabalho, capital e tecnologia, no sentido de obter alta produtividade e maior rentabilidade do solo) sem

---

<sup>116</sup> Silva, Manuel Carlos – “A Agricultura Portuguesa, o Estado e a PAC Europeia”; Sociedade e Cultura 1, Cadernos do Noroeste, Volume 13 (1), 2000, 51-80, p. 72

<sup>117</sup> Idem



preocupações ambientais, e o prejuízo de agriculturas de subsistência biológica são apenas alguns exemplos. Para além disto, dada a existência de excedentes estruturais em produções do Centro e Norte da Europa, foram dados apoios aos agricultores com mais de 55 anos para pararem a produção ou abandonarem determinadas culturas, em troca de subsídios beneficiando principalmente os grandes proprietários. Para cada 100 hectares de terreno não cultivado, ou seja, abandonado ou livre para caça e coutadas, os proprietários recebiam cerca de 35 mil euros a fundo perdido. A este comportamento da União Europeia acresce a parcialidade do Estado Português na desigual distribuição de verbas, canalizando 80% das mesmas para apenas 20% dos agricultores<sup>118</sup>.

Este caminho tem levado Portugal ao aumento da dependência económica em termos alimentares, importando no ano 2000 cerca de 70% dos géneros, ou seja, o dobro das exportações, facto que contribui para agravar a balança comercial e a dívida externa. Ao nível do espaço ocupado observou-se um decréscimo em algumas produções fundamentais entre 1989 e 1994, nomeadamente 179 mil hectares a menos em cereais, 18 mil hectares a menos em olival, e 10 mil hectares a menos em vinha<sup>119</sup>. Em termos de condições de vida observou-se uma degradação das remunerações dos agricultores portugueses que desceram em média 14% ao ano desde 1992.

Com a Agenda 2000, como já foi referido, dá-se um retrocesso ao nível da ligação entre as ajudas e a produção efetiva, ao mesmo tempo que se reforça a componente agroambiental. A reforma intercalar de 2003 pretendeu estimular a conversão das explorações agrícolas conforme as necessidades do mercado, e simplificar a burocracia associada aos processos de candidatura a ajudas.

A PAC representa, em 2010, 34% do orçamento comunitário, quando na década de 90 o seu significado ascendia a 70% do orçamento global<sup>120</sup>. Para o futuro desenham-se três eixos fundamentais: competitividade dos sistemas de produção para segurança do abastecimento alimentar e soberania, gestão equilibrada e sustentada dos recursos naturais, e amenização e adaptação às alterações climáticas e equilíbrio territorial.<sup>121</sup>

Analisemos agora alguns aspetos mais específicos que, corroborando aquilo que acima já foi referido, acabam por ir um pouco mais além.

---

<sup>118</sup> Silva, Manuel Carlos – “A Agricultura Portuguesa, o Estado e a PAC Europeia”; Sociedade e Cultura 1, Cadernos do Noroeste, Volume 13 (1), 2000, 51-80, p. 73

<sup>119</sup> Idem, p.74

<sup>120</sup> Almeida, José Pedro Fragoso; Alberto, Deolinda – “Evolução da Agricultura Portuguesa no Período 1989/2010. Análise de Indicadores Relevantes”. 17º Congresso da APDR, Bragança – Zamora, 2011, p. 2

<sup>121</sup> Idem

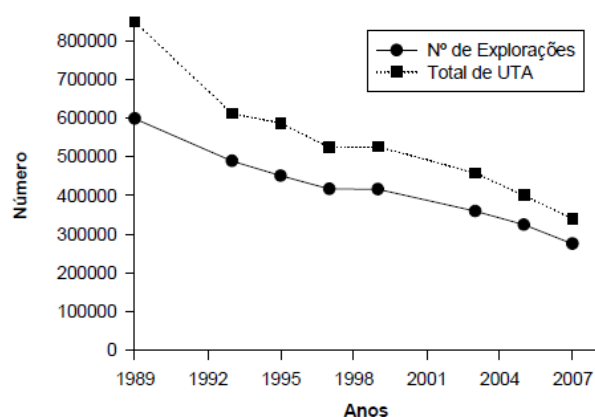


Figura 2 - Evolução conjunta do nº de explorações agrícolas e das unidades de trabalho aplicadas (UTA) ao setor, entre 1989 e 2007

Fonte: Almeida, José Pedro Fragoso; Alberto, Deolinda – “Evolução da Agricultura Portuguesa no Período 1989/2010. Análise de Indicadores Relevantes”. 17º Congresso da APDR, Bragança – Zamora, 2011

Entre 1989 e 2009, o número de explorações agrícolas em Portugal decresceu continuamente, perdendo em média 12 500 explorações por ano. Em 2009, existiam 304 mil explorações agrícolas, o que significa uma diminuição de 49% relativamente a 1989. Apenas na última década (1999 – 2009) deu-se um decréscimo de 27%.<sup>122</sup>

A mão-de-obra agrícola, representada no eixo identificado como total de UTA (unidade de trabalho em que 1 equivale a 240 dias de trabalho, 8 horas por dia), igualmente decresceu de forma continua no período em análise. O volume de trabalho agrícola encontrava-se em 1989 próximo das 850 mil UTA’s, enquanto em 2007 esse valor já era de menos de 400 mil UTA’s, correspondendo assim a uma diminuição de cerca de 53%.

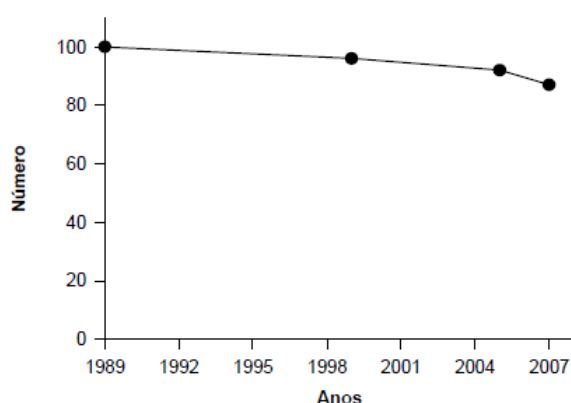


Figura 3 - Evolução da SAU entre 1989 e 2007

Fonte: Almeida, José Pedro Fragoso; Alberto, Deolinda – “Evolução da Agricultura Portuguesa no Período 1989/2010. Análise de Indicadores Relevantes”. 17º Congresso da APDR, Bragança – Zamora, 2011

<sup>122</sup> Almeida, José Pedro Fragoso; Alberto, Deolinda – “Evolução da Agricultura Portuguesa no Período 1989/2010. Análise de Indicadores Relevantes”. 17º Congresso da APDR, Bragança – Zamora, 2011

A Figura 3 permite verificar o decréscimo da Superfície Agrícola Útil (SAU), desde 1989 até 2007. Considerando 1989 como base a 100% de valor, a SAU diminuiu desde esse ano até 2007 em 18%<sup>123</sup>.

Na Tabela XXI é possível observar que em todas as regiões a área média da propriedade (ha) tem vindo a aumentar, embora com diferente expressão territorial. No geral, a área média por exploração aumentou de 6,4 ha em 1989, para 12,2 ha em 2007, ou seja, quase o dobro. Os maiores aumentos registaram-se nas regiões agrárias tradicionalmente associadas ao sistema latifundiário, ou seja, no Alentejo, onde a superfície média aumentou quase 30 hectares, e no Ribatejo e Oeste, onde a superfície média passou de 4,5 ha para 10,5 ha, entre 1989 e 2007 (mais do dobro). Embora estes dados possam levar a interpretações que entendam o sucesso de medidas de emparcelamento, parece-me que a verdadeira razão para esta evolução está relacionada com a diminuição do número de explorações agrícolas, ou seja, dadas as exigências de mercado a nível competitivo este fenómeno terá acontecido, sobretudo, às custas da extinção da pequena exploração. Segundo o recenseamento agrícola de 2009 esta tendência mantém-se com aumento da área média de exploração de 2,5 hectares<sup>124</sup>.

Tabela 1 - Evolução da área média da propriedade em hectares, por regiões agrárias, entre 1989 e 2007

Ano	Alentejo	Algarve	Beira interior	Beira litoral	Entre douro e minho	Ribatejo e oeste	Trás-os-montes	Portugal
1989	38,9	5,2	7,1	1,8	2,6	4,5	6,0	6,4
1999	53,3	5,4	8,6	2,1	3,2	7,2	6,5	8,9
2005	60,6	7,2	10,7	2,6	4,4	9,4	7,7	11,0
2007	66,1	8,4	11,6	2,9	4,8	10,5	8,4	12,2

Fonte: Almeida, José Pedro Fragoso; Alberto, Deolinda – “Evolução da Agricultura Portuguesa no Período 1989/2010. Análise de Indicadores Relevantes”. 17º Congresso da APDR, Bragança – Zamora, 2011

Analisando conjuntamente os indicadores acima expostos compreendemos que existiu um decréscimo muito significativo do número de explorações agrícolas associado a uma diminuição do volume de trabalho e da SAU, que não é compensado pelo aumento da área de explorações, sendo assim possível concluir que existe abandono da área agrícola utilizada.

<sup>123</sup>Almeida, José Pedro Fragoso; Alberto, Deolinda – “Evolução da Agricultura Portuguesa no Período 1989/2010. Análise de Indicadores Relevantes”. 17º Congresso da APDR, Bragança – Zamora, 2011

<sup>124</sup>Idem

A inversão desta situação é hoje muito difícil perante as tendências de liberalização da Organização Mundial do Comércio, que mostram cada vez mais a vulnerabilidade da agricultura portuguesa. Se associarmos este facto à fragilidade da pressão institucional do estado português junto dos países que verdadeiramente dominam a Europa, ao fraco peso eleitoral do voto rural, e à baixa capacidade reivindicativa dos agricultores portugueses resultante do seu baixo nível académico e do seu elevado índice de envelhecimento, concluímos que é muito difícil inverter este estado de coisas na agricultura portuguesa.

Esta apresenta várias fragilidades, por um lado tradicionais, por outro adveniente da Política Agrícola Comum. Os acordos de liberalização de preços entre a União Europeia e os Estados Unidos repercutiram-se negativamente em agriculturas vulneráveis como a portuguesa, que apesar de não ser responsável por excedentes agrícolas teve de aceitar a obrigatoriedade de reduzir terrenos e cotas de produção quando, na verdade, tem défices alimentares em vários ramos. A entrada dos produtos estrangeiros, sendo ou não comunitários, tem mostrado a debilidade estrutural em termos de competitividade, e no limite têm inviabilizado explorações agrícolas. A perda de rendimentos agrícolas reflete-se principalmente na significativa perda de população nas áreas rurais que se movimentam para as áreas urbanas. Desta forma, a PAC tem sido ineficiente na fixação populacional, não atingindo por isso a coesão territorial desejada e colocando ao desenvolvimento sustentável das zonas rurais um verdadeiro asfixiamento.

Os incultos que outrora eram o espelho do subdesenvolvimento nacional por constituírem áreas em pousio prolongado e extremamente potenciais à agricultura que não eram aproveitadas, resultam hoje de um conjunto de políticas agroambientais estipuladas pelo Estado português, e pela União Europeia que inclusivamente subsidiou algumas delas, que para além de alterarem a forma de exploração provocaram o abandono físico por parte dos agricultores.

O despovoamento no interior do país, o aumento de incultos e consequentes desequilíbrios ambientais, entre outras consequências, têm hoje como espelho mais mediático os incêndios florestais.

A título de exemplo apresenta-se alguma cartografia produzida para o concelho de Miranda do Corvo, para os períodos 90-98 e 2000-2008 no que toca às áreas ardidadas, e para os anos de 1990 e 2006 no que toca à ocupação do solo, onde fica bem patente o incremento que têm os incultos, nestes últimos anos, e a sua vulnerabilidade aos incêndios florestais. Ou seja, quero com isto dizer que as áreas incultas, ao propiciarem o desenvolvimento de incêndios,

acabam por se multiplicar como resultado do fenómeno que elas próprias potenciam. Este facto é visível se sobrepusermos os mapas apresentados em anexo<sup>125</sup> no mesmo período de tempo.

---

<sup>125</sup> Anexo VIII

## 5. Análise evolutiva conjunta

No quinto e último capítulo desta parte, em jeito de apresentação de resultados serão apresentados e interpretados alguns gráficos com base naquilo que foi acima exposto acerca da evolução das políticas agrícolas e florestais em Portugal Continental. Começemos por observar a evolução do coberto florestal em solo florestal analisando a evolução das principais espécies.

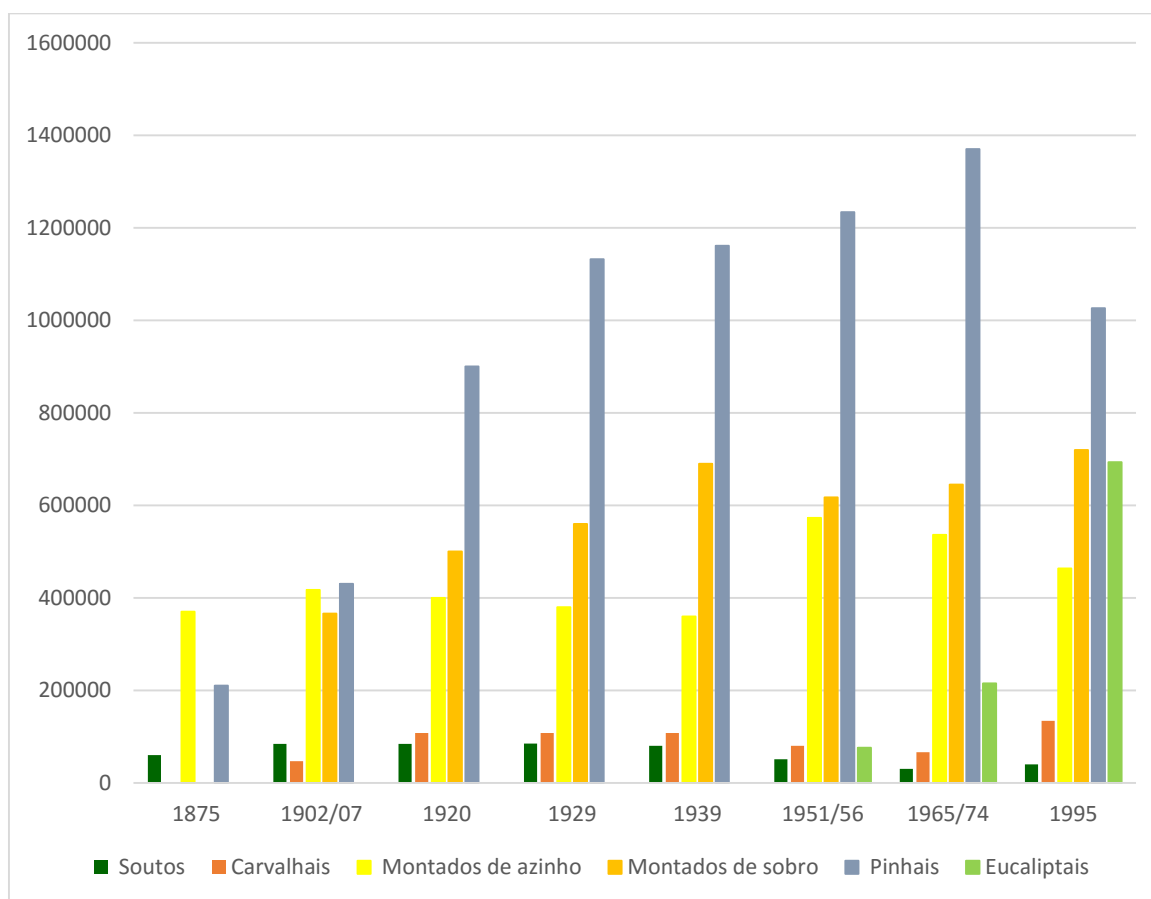


Figura 4 - Análise da evolução das áreas ocupadas pelas principais espécies florestais em Portugal Continental, entre 1875 e 1995, em hectares.

Fonte: Estimativas recolhidas de vários autores e dados do Inventário Florestal Nacional

Da Figura 4 ressaltam como dados mais notórios a evolução positiva dos pinhais até 1965/74, intervalo de tempo em que atingem a sua maior superfície, com mais de 1 200 000 hectares, e a sua queda abrupta para valores próximos dos 900 000 hectares na estatística de 1995. Por outro lado o eucaliptal, que surgia e já demonstrava algum crescimento no período 1951/56 e 1965/74, acaba por se aproximar do pinhal ao aumentar a sua superfície de forma exponencial até ao ano de 1995. A tendência daí em diante, segundo vários autores, é para a continuação da expansão da área ocupada por esta espécie. Nas restantes tipos de povoamentos

florestais dá-se uma manutenção relativa com ligeiras oscilações, merecendo destaque o aumento progressivo dos montados de sobro, que em 1995 ocupavam uma área um pouco superior ao eucaliptal.

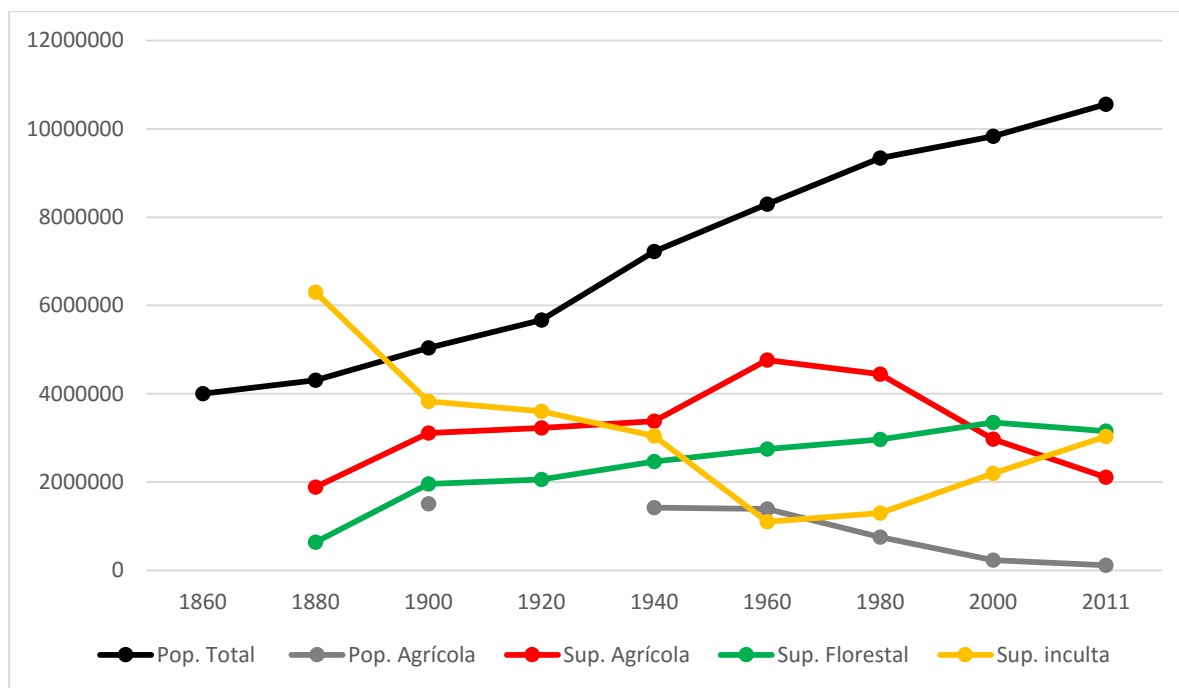


Figura 5 - Análise da evolução das categorias principais do uso do solo em Portugal Continental, entre 1860 e 2011, em ha para as classes de uso do solo e da população total e agrícola.

Fonte: Estimativas recolhidas de vários autores, dados do ICNF.

Finalmente, a Figura 5 acima ao mostrar a evolução do uso do solo no território continental português torna-se um ótimo resumo daquilo que foi exposto neste trabalho.

Podemos então verificar o aumento da superfície agrícola conforme aumenta a sua população até 1960, década na qual se dá o início da diminuição de trabalhadores nesse setor mas se aumenta a área agrícola, sinal de que a mecanização tomou o seu lugar. De 1980 em diante a população agrícola continua a diminuir, mas desta vez acompanhada da diminuição da superfície agrícola, um sinal claro do abandono dos campos.

A superfície florestal, que tinha vindo sempre a aumentar, começa a diminuir na primeira década do novo milénio, dando também desta forma o seu contributo à classe dos incultos.

Nos finais do século é possível observar o excesso de incultos que tanto ocupou os governos. Em 1960, como já havia sido dito, essa linha atinge um mínimo. Desde 1960 esta classe vai ocupar o espaço deixado pela área agrícola e mais recentemente, como foi acima dito, aproveitou também o contributo da diminuição do espaço florestal para se expandir.

Todas estas alterações nas últimas décadas aconteceram de forma muito intensa e repentina, refletindo a mudança proporcionada pela emigração, pelo êxodo rural e pela aplicação da PAC no território nacional. O aumento dos incultos, conjuntamente com a aplicação de sistemas de monocultura no espaço florestal, onde o eucalipto é a espécie “rainha”, e as estratégias estatais aparentemente influenciadas de forma intensa por interesses privados, em vez de atenuarem os problemas do espaço rural, na minha opinião gerados acima de tudo pelo despovoamento, acabam por contribuir para que a situação se agudize.



## **Parte III | Aplicações Didáticas**

# 1. Aplicação Didática de Geografia

O tema escolhido para a aplicação didática da investigação científica foi a agricultura em Portugal. Este tema insere-se nas Metas Curriculares para o 3º ciclo de ensino básico de Geografia no domínio, “As Atividades Económicas” e subdomínio, “A Agricultura”.

Após alguma ponderação acerca de qual a estratégia de ensino/aprendizagem com mais potencial para aplicar a este tema, optou-se por tentar criar um misto entre os contextos educativos formal e não formal, criando uma estratégia global, que agrupava pequenas estratégias – uma exposição fotográfica temática, a dinamização de um *blog*, e um curto momento em sala de aula com recurso ao Power Point. O *blog* representou o contexto não formal, a exposição foi um misto entre contexto formal e não formal, porque apesar de estar fora do contexto de sala foi adaptada a uma aula. O momento em sala representou o contexto formal.

A exposição temática pode-se designar também por fotográfica, pois foi este o elemento exposto. Este género de exposição constitui, frequentemente uma estratégia de ensino na disciplina de Geografia, visto o potencial que pode ser explorado na fotografia. A fotografia revela pormenores complexos na construção da paisagem<sup>126</sup> e a paisagem fotografada retrata toda uma dinâmica territorial de passado presente e futuro. Quando trabalhada ao lado de conhecimentos geográficos este recurso proporciona pontos de análise cruciais, acabando por, através de uma impressão duradoura, possibilitar ao educando a formulação de esquemas que o ajudam a distinguir a essência das paisagens<sup>127</sup>. O aluno entra no processo científico como observador, e ao professor cabe incentivar a correta observação dos elementos na fotografia, provocando a discussão deste recurso sob um referencial teórico geográfico. Esta prática “Geofotográfica” estimula a aprendizagem do aluno e, tendo em conta o seu potencial de representação de espaços e o seu fácil manuseamento, a fotografia representa, certamente, uma ferramenta eficaz para a transmissão de conhecimento geográfico.

Em sala de aula a fotografia é um recurso frequentemente utilizado em geografia, mas a estratégia aqui passou por utilizá-la num contexto de exposição, dadas as vantagens que daí podem ser aproveitadas. A exposição temática, como mecanismo menos formal, apresenta características que podem ativar a motivação e curiosidade, acabando por representar um

---

<sup>126</sup> Azevedo, Rodrigo Medeiros de, A fotografia como recurso didático para a Geografia no ensino fundamental, Universidade de Brasília, Brasília, 2012, p. 9

<sup>127</sup> Idem, p.8

instrumento emotivo de atração à ciência<sup>128</sup>, para além disso, a contribuição para a diminuição da distância entre as escolas e os cidadãos, é outra das vantagens que podem ser retiradas desta estratégia<sup>129</sup>. Como motivações habituais para organizar uma exposição temática destacam-se<sup>130</sup>:

- Ligação ao currículo escolar;
- Exposição dos alunos a novas experiências;
- Proporcionar experiências de aprendizagem;
- Promover o interesse e motivação dos alunos;
- Oferecer mudança de rotina;
- Conceder recompensa aos estudantes.

A certo ponto da exposição, introduziu-se outro elemento de representação do espaço geográfico, para além da fotografia, com o objetivo de habilitar mais ainda o aluno a participar na interlocução e comunicação em Geografia. Visto que a grande vantagem da exposição é observar representações, que podem acontecer através de plantas, croquis, mapas, globos, fotografias, imagens de satélite e até gráficos e maquetes<sup>131</sup>, decidiu-se introduzir numa das estações a Cartografia. Assim, para além de observar e interpretar fotografias, os alunos trabalharam também a análise cartográfica, potenciando a compreensão da sua simbologia.

Esta estratégia de ensino/aprendizagem teve como público-alvo o 8º Ano de escolaridade, onde é lecionado o subdomínio “A Agricultura”, e o planeamento da exposição obedeceu a aspetos como as Metas Curriculares, as planificações a longo e médio prazo da disciplina de Geografia e o ritmo de aprendizagem dos alunos. Acima de tudo pretendeu-se trabalhar nos alunos a aquisição de conhecimentos, a comunicação, o raciocínio, e as atitudes.

As Metas Curriculares para o 3º ciclo do ensino básico de Geografia trabalhadas foram:

- Referir os fatores físicos e humanos que condicionam a atividade agrícola;
- Explicar a influência de cada um dos fatores que condicionam a atividade agrícola;

---

<sup>128</sup> Oliva, José Maria; Matos Jesús; Acevedo, José António, Contribución de las exposiciones científicas escolares al desarrollo profesional docente de los profesores participantes, Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias, Vol 7, nº1, 2008, p. 179

<sup>129</sup> Sousa, Marta Augusta da Silva; Henriques, Maria Helena; Sá, Artur Abreu, As exposições escolares como recursos educativos: um estudo de caso centrado nas variações da biodiversidade ao longo do tempo geológico, Bol. R. Soc. Esp. Hit. Nat. Secc. Aula, Museos y Colecciones, 1, 2014

<sup>130</sup> Delicado, Ana; Gago Maria do Mar; Cortez, Alcina, A visita a uma exposição científica vista pelos/as professores/as – elementos para uma análise, Educação, Sociedade & Culturas, nº 40, 2013

<sup>131</sup> Francischett, Mafalda Nesi, A cartografia no ensino-aprendizagem da Geografia (...) p. 7

- Distinguir: policultura de monocultura, rendimento de produtividade e agricultura extensiva de agricultura intensiva;
- Distinguir agricultura tradicional/subsistência de agricultura moderna/mercado, exemplificando com diferentes tipos;
- Relacionar o rendimento e a produtividade agrícola com o grau de desenvolvimento científico e tecnológico;
- Justificar as diferentes percentagens de população ativa agrícola em países com diferentes graus de desenvolvimento;
- Explicar os fatores físicos e humanos que condicionam a agricultura em Portugal;
- Discutir as potencialidades do espaço agrícola em Portugal;
- Caracterizar os principais tipos de agricultura praticados em Portugal;

Para que as exposições sejam realmente compreendidas e frutíferas estas têm que ser adequadamente planificadas, e convém abarcarem alguma interdisciplinaridade para que o recurso seja aproveitado no seu todo. Foi necessário construir placards e cartazes, compreender o espaço físico onde a exposição poderia ser montada e, por fim, selecionar as fotos e montar os placards e os cartazes junto com os *posters* fotográficos.

Foram estabelecidas quatro estações diferentes, todas elas com conteúdos específicos, e para que os alunos pudessem passar à estação seguinte teriam que responder a uma pergunta de escolha múltipla, acerca da estação onde se encontravam. Para isso estabeleceu-se um simples jogo com cartões. O aluno escolhia a hipótese que lhe parecia acertada e o professor lia o cartão correspondente à escolha – caso o aluno acertasse a turma passava à estação seguinte. Passo a mostrar mais detalhadamente o formato da exposição em slides representativos dos cartazes montados.

## Estação 1



Nesta estação, situada logo no átrio do pavilhão B, exploraram-se os fatores físicos e humanos que influenciam a agricultura. Começou-se, através do diálogo vertical, por questionar os alunos acerca dos fatores físicos e fizeram-se analogias com as fotos expostas, para ajudar os alunos a concluírem as respostas certas. No fator clima foram explorados todos os seus elementos, acabando por se relembrar matéria já lecionada no 7º Ano de escolaridade. No final, também através de diálogo vertical, discutiram-se os fatores humanos que os alunos conseguiram identificar com mais alguma facilidade. A pergunta final desta estação era: Qual destes fatores não influencia a agricultura? As opções eram: a) Clima; b) Densidade da população; c) Relevo; d) Cuidados de saúde; e) Avanços tecnológicos.

## Estação 2



A estação 2, localizada perto da horta da escola, foi caracterizar a agricultura tradicional e a associá-la à agricultura portuguesa antes da PAC. Começou-se por questionar os alunos sobre a que período da História de Portugal associavam esta realidade agrícola. De seguida levou-se os alunos a estabelecerem as características técnicas deste género de agricultura a nível produtivo, a nível de exploração e ao nível da necessidade de mão-de-obra. Toda esta exploração foi feita através do diálogo vertical, horizontal, e da exploração das imagens que representam precisamente aquilo que era aqui lecionado. A cada imagem o professor encaminhava subtilmente os alunos à associação com a agricultura de subsistência e á fase em que esta dominou o país. Neste ponto foram também importantes algumas curiosidades do quotidiano dos alunos, transformadas em analogias pelo professor, que permitiram retirar conclusões acerca da matéria, como por exemplo casos em que os alunos contactavam diretamente com a atividade agrícola, através da família. A pergunta final desta estação era:

Que características associas à agricultura portuguesa antes da PAC? As opções eram: a) monocultura; b) tração animal; c) baixa mão-de-obra; d) controlo de qualidade.

### Estação 3



Na estação 3, instalada na zona mais plana e aberta da escola, os campos desportivos, o propósito foi levar os alunos a compreender os contributos que a PAC, através da aplicação da ciência e do desenvolvimento tecnológico, trouxe para a agricultura. Começou-se por explorar o contributo da ciência, lembrando aos alunos uma realidade bem próxima deles que contribuiu para a formação de quadros superiores para o setor, a escola superior agrária, representada até numa foto. Citaram-se depois os exemplos mais importantes e notórios da introdução da ciência na agricultura, como as estufas, os adubos, a clonagem vegetal, a seleção de sementes e os sulfatos. Através do diálogo vertical e da análise das imagens, pretendeu-se que os alunos fossem capazes de caracterizar a evolução do rendimento, da produtividade agrícola, do grau de desenvolvimento científico e tecnológico e da necessidade de mão-de-obra do setor, proporcionada pela PAC. A estação localizou-se em sítio plano, para levar os alunos a compreender que a planície e a dimensão da propriedade apresentam melhores condições à instalação da tecnologia na agricultura. Introduziram-se os conceitos de latifúndio e minifúndio. Por isso, foi-lhes questionado o que entendiam que a PAC teria tentado aplicar à agricultura portuguesa, dado que o tamanho das parcelas, quando esta política entrou em vigor, era demasiado reduzido. A pergunta final nesta estação era: O que aconteceu à necessidade de mão-

de-obra agrícola em Portugal depois da aplicação da PAC. As hipóteses eram: a) Manteve-se; b) Diminuiu; c) Aumentou ligeiramente; d) Aumentou significativamente;

## Estação 4

Esta estação foi reservada para o estudo e caracterização das condições agrícolas em Portugal. Nela estava exposta uma carta hipsométrica e hidrográfica do país. Através da análise da carta, e com base nos conteúdos lecionados na estação 1, procurou-se que os alunos conseguissem descrever um panorama geral da influência do relevo e da rede hidrográfica na agricultura portuguesa. Relacionaram-se os conceitos de latifúndio e minifúndio com as regiões do país. De seguida, através do diálogo vertical e relembrando conteúdos do 7º ano, elencaram-se as culturas agrícolas mais importantes em Portugal. Posteriormente voltou-se ao tema da PAC e exploraram-se as principais consequências da política, positivas e negativas, nomeadamente o aumento da produtividade, a melhoria da formação técnica, a redução da Superfície Agrícola Utilizada, o desemprego crescente na população agrícola, o aumento de incultos graças ao abandono de terrenos outrora cultivados. Toda esta informação levou os alunos a concluírem que a PAC pretendeu instaurar uma agricultura de mercado no nosso país, mas que a agricultura portuguesa tinha grande dificuldade em competir com os mercados internacionais. A pergunta final desta estação foi: Quais são as principais produções agrícolas em Portugal? As respostas possíveis eram: a) Cereais, fruta e cana-de-açúcar; b) Vinho, cereais e plantas tintureiras; c) Azeite, vinho e cereais; d) Fruta, plantas tintureiras e cana-de-açúcar; e) Planta do chá, azeite e café.

Durante toda a aula, quer na exposição quer na sala, os alunos retiraram apontamentos do que lhes ia sendo lecionado e como trabalho complementar à aula, os alunos levaram uma ficha de trabalho para resolver em casa. Ainda acerca desta aula, foi estabelecida aos alunos uma outra tarefa. No início de cada aula a turma foi dividida em quatro grupos, a cada grupo foi atribuída uma estação da exposição, e a cada um desses grupos coube realizar um pequeno trabalho resumo, acerca dos conteúdos da estação que lhes foi indicada. Depois de realizado o trabalho coube aos alunos enviá-lo ao professor, para que este o publicasse num *blog* online, do qual todos sabiam previamente o endereço.

Esta estratégia foi escolhida, não só para complementar a aula e solidificar conteúdos, mas também para aproveitar todas as vantagens que um *blog* pode ter como recurso de ensino/aprendizagem.

Em termos de tecnologias as escolas estão apetrechadas com equipamentos que permitem aplicar o *blog* no ensino e, dado o interesse dos jovens pelas tecnologias, os professores devem dar-lhes a importância devida. Os blogues podem ser criados por alunos, professores ou disciplinas num todo, em diversos níveis de ensino e diversas estratégias pedagógicas<sup>132</sup>.

No *blog* os textos estão disponíveis para professores e colegas que os podem ler, comentar e avaliar<sup>133</sup>, ou até sugerir ligações pertinentes na web. Estes podem ser usados no ensino de uma forma alheia à escola, ou seja, usados como recurso de estudo pelos alunos, devendo para isso ser devidamente analisados antes pelo professor, ou de uma forma construtivista, ou seja, construídos em contexto escola, pelos alunos que têm aqui um papel ativo, sob orientação do professor.<sup>134</sup>

Esta última estratégia conduz os alunos à pesquisa, à seleção, à análise, à síntese e ao desenvolvimento de valores éticos, ligados aos cuidados a ter com a publicação de materiais *on-line*<sup>135</sup>. O processo de ensino/aprendizagem é favorecido dentro de uma metodologia construtivista, dotando os alunos de um meio pessoal onde desenvolvem o próprio conhecimento<sup>136</sup>. Desta forma o aluno tende a ganhar autonomia, potenciar a apresentação de trabalhos, trabalhar a reflexão, a tomada de decisões e a organização. Esta linha evita a passividade por parte do aluno<sup>137</sup>, e leva à construção individual dentro do seu contexto social e através dos seus próprios meios.

Por todas estas razões enumeradas decidimos criar o *blog*, cujo endereço é *inesdecastrogeografia.blospot.com*, utilizei para a sua criação o *eblogger*. Os alunos reagiram bem à estratégia, e enviaram para o *mail* do professor os trabalhos que, depois de analisados, foram publicados. Caso esta estratégia tivesse sido aplicada mais cedo, em relação ao ano letivo, a correção dos trabalhos não teria sido feita pelo professor, mas sim através de discussão no próprio *blog*. De seguida apresento uma das publicações no *blog*, as outras seguem em anexos. Também em anexo envio a ficha de trabalho<sup>138</sup>

---

<sup>132</sup> Sousa, Ana Judite; Silva, Bento Duarte, Blogues em contexto de sala de aula e implicações no ensino, no currículo e na avaliação, Actas do IX colóquio sobre questões curriculares, 2010, p. 4356

<sup>133</sup> Carvalho, Ana Amélia A., Manuel de Ferramentas da Web 2.0 para professores, Ministério da Educação, 2008, p. 10

<sup>134</sup> Gomes, Maria João; Lopes, António Marcelino, Blogues escolares: quando, como e porquê? Universidade do Minho, 2007, p.122

<sup>135</sup> Idem, p.123

<sup>136</sup> Dias, Carina Maria Ramos, Blogues Escolares no Ensino Básico: análise do tipo de mensagens e das linguagens utilizadas, Universidade do Minho, 2011, p.49

<sup>137</sup> Sousa, Ana Judite; Silva, Bento Duarte, Blogues em contexto de sala de aula e implicações no ensino, no currículo e na avaliação, Actas do IX colóquio sobre questões curriculares, 2010, p. 4346

<sup>138</sup> Ficha presente no anexo IX



**Diferença entre agricultura tradicional e agricultura moderna - 8<sup>o</sup>C**

Agricultura → ----- ----- Ao nível de/da/do ↓	Tradicional/ Subsistência	Moderna/ Mercado
Métodos de trabalho	Utilização da mão de obra e animais	Utilização de máquinas
Região	Regiões pouco desenvolvidas	Regiões muito desenvolvidas
Técnicas	Primitivas	Modernas (máquinas)
População	Maior população agrícola	Menor população agrícola
Cultivo	Policultura	Monocultura
Terrenos (tamanho)	Pequenos (Minifundio)	Grandes (Latifundio)
Uso da agricultura	Para alimentar	Para vender
Produção	Pouca produção	Grande produção

Trabalho realizado por: Matilde, Miguel, Alexandra e Margarida - 8<sup>o</sup>C

## 2. Aplicação Didática de História

É objetivo da História dar uma perspetiva global da evolução da humanidade, mostrando a pluralidade de quotidiano, valores e sensibilidades em épocas distintas e lugares distintos, para que os alunos compreendam o mundo presente<sup>139</sup>. A História pretende também opor-se à aculturação dos *mass media*, explicando a formação das identidades nacionais e as influências entre países e religiões, e todos os docentes devem ter estes pressupostos bem presentes<sup>140</sup>. Para que isto ocorra de forma eficiente os programas de História recomendam a adoção de estratégias, atividades e recursos diversos ao nível didático, para que a disciplina proporcione o desenvolvimento de capacidades de análise, síntese, pesquisa, debate, espírito crítico, e criatividade<sup>141</sup>.

Existem no ensino da História alguns equívocos a ultrapassar como, afirmações de que os recursos utilizados estão desligados da aprendizagem, que depende sim dos conteúdos e suposições a defenderem que a compreensão nem sempre é melhor que a memorização<sup>142</sup>. É verdade que existem vetores como o perfil do professor no contexto educativo, o ambiente

<sup>139</sup> Ribeiro, Gabriel Mithá, O Ensino da História, FFMS, 2012

<sup>140</sup> Moreira, Joaquim Mendes, Ensinar História, Hoje, Revista da Faculdade de Letras do Porto, III série, vol. 2, 2001

<sup>141</sup> Herrero Fabregat, C.; Herrero Fabregat, M.; Como preparar uma aula de História, Edições Asa, 1991

<sup>142</sup> Moreira, Joaquim Mendes, Ensinar História, Hoje, Revista da Faculdade de Letras do Porto, III série, vol. 2, 2001

escolar e os equipamentos escolares, que acabam sempre por condicionar as aprendizagens. Mas, é inegável a importância da adoção de estratégias e métodos criativos, que tragam os alunos para fora da “rotina” e os estimulem de forma eficaz, tal como é aconselhado no programa da disciplina.

O professor deve, para além de ensinar, incentivar à produção de trabalhos escritos ou apresentações orais e à construção de esquema cognitivos, optando não só pela exposição mas principalmente pelo método da descoberta guiada<sup>143</sup>. Para que este pressuposto aconteça o docente deve planificar a sua estratégia com base em objetivos claros, promover a metodologia ativa, utilizar recursos didáticos diversos para dinamizar as aprendizagens, fornecer aos alunos uma referência temporal, recorrer a *fait divers* para estimular a curiosidade e estimular o espírito de pesquisa, entre outros<sup>144</sup>.

Em todo este processo a escolha dos recursos e estratégias de ensino a aplicar é essencial. Os alunos têm tendência a sentirem-se mais estimulados por documentos, materiais gráficos, fotos, ou seja, fontes históricas que lhes permitam estar em contacto com testemunhos históricos do passado, que lhes proporcionem vivências de épocas históricas e do seu quotidiano.

Nesta linha de raciocínio, após a escolha do tema deste trabalho, e dada a época recente que nele foi tratada, optei por recorrer a uma exposição gráfica, visto que seria possível encontrar fotos, *cartoons* e vestígios materiais, ainda na sociedade atual, para expor. Assim aconteceu. Os objetivos desta estratégia foram colocar os alunos em contacto com testemunhos do passado, estimular a formação de identidade nacional pelo contato visual com evidências históricas, proporcionar vivências, dinamizar a aprendizagem com recurso ao visionamento de imagens históricas e relativas a acontecimentos, fornecer referências temporais e estimular a produção de trabalhos escritos.

Consequentemente, a exposição foi munida de vários gráficos e tabelas, evolutivos da economia, e de imagens com *cartoons*, fotos e desenhos.

A exposição dividiu-se me 6 estações:

1ª Estação – Estação alusiva a Portugal antes da Regeneração, bem como às atividades económicas e aos desenvolvimentos acontecidos durante o Fontismo. Esta estação continha imagens de Costa Cabral, dos protagonistas da Regeneração, nomeadamente de Saldanha e de

---

<sup>143</sup> Herrero Fabregat, C.; Herrero Fabregat, M.; Como preparar uma aula de História, Edições Asa, 1991

<sup>144</sup> Idem

Alexandre Herculano, e da Mala-Posta por ser o transporte mais importante. Posteriormente, eram também apresentados quadros evolutivos da economia e figuras com as mais importantes inovações tecnológicas introduzidas nesta fase da História.

2ª Estação – Estação alusiva à agricultura durante a 2ª metade do século XIX. Esta estação apresentava um quadro estatístico para análise em conjunto com os alunos, bem como um gráfico da evolução da dívida pública e algumas imagens de Fontes Pereira de Melo, incluindo um *cartoon*.

3ª Estação – Estação alusiva à República, nomeadamente à evolução da dívida e do analfabetismo durante esta fase. Nesta estação foram apresentados gráficos com a evolução da dívida e do analfabetismo, e uma tabela com a evolução da produção dos cereais.

4ª Estação – Estação alusiva ao Estado Novo e à “Campanha do Trigo”. Esta estação contém imagens de propaganda do Estado Novo para a implementação da “Campanha do Trigo” e um gráfico da evolução da produção do cereal.

5ª Estação – Estação alusiva à Agricultura depois da integração na PAC. Esta estação terá imagens da agricultura moderna, um gráfico com a evolução do nº de explorações em Portugal continental e uma tabela com a evolução da produção agrícola portuguesa.

Esta estratégia foi aplicada às turmas do 8º Ano. Todas as turmas deste nível apresentavam um perfil adaptado para este género de estratégia. Não existiam ocorrências de indisciplina registada; os alunos tinham no geral uma capacidade de concentração satisfatória, mesmo em situações mais fora do quotidiano; a maturidade dos alunos era suficiente para que não encarassem a exposição e os seus conteúdos como um momento apenas lúdico; todas as turmas tinham desenvolvido capacidades para trabalharem de acordo com a estratégia definida.

Apesar de alguns conteúdos não estarem relacionados com o ano letivo das turmas, esta estratégia foi aplicada no sentido de fomentar nos alunos capacidades de análise evolutiva temporal em termos globais. Assim, acabaram também por ser já tratados alguns conteúdos do 9º Ano de escolaridade, gerando desta forma uma base de conhecimentos que trará vantagens para os alunos no próximo ano letivo. A razão pela qual se explorou um pouco mais o Fontismo que outros períodos históricos, durante a exposição, está relacionada com o facto de esse ser um conteúdo programático do 8º ano.

Segundo as Metas Curriculares do programa da disciplina de História para o 3º Ciclo do Ensino Básico, os conteúdos desta aula em exposição inseriram-se nos temas: “A civilização industrial do século XIX”, na unidade “Mundo industrializado e países de difícil industrialização” e ponto 2 “Conhecer e compreender os sucessos e bloqueios do processo português de industrialização”; “A Europa e o Mundo no limiar do século XX”, na unidade

“Portugal: da 1ª República à ditadura militar”, ponto 2, “Conhecer e compreender as realizações e dificuldades da 1ª República (1910-1914)” e ponto 3, “Conhecer e compreender o derrube da 1ª República e a sua substituição por um regime ditatorial (1914-1926)”; “Da Grande Depressão à 2ª Guerra Mundial”, na unidade “ Crise e democracia na década de 30” e no ponto 5 “ Conhecer e compreender as respostas dos regimes demoliberaes à «Crise de 1929» e à Grande Depressão da década de 30”; “O após Guerra Fria e a Globalização”, na unidade “Estabilidade e instabilidade num mundo unipolar” e ponto 3 “Conhecer os efeitos da integração portuguesa nas Comunidades Europeias/União Europeia”.

Os indicadores de aprendizagem presentes nas metas e trabalhados nesta aula foram:

- Referir os obstáculos à modernização portuguesa na primeira metade do século XIX;
- Relacionar a estabilidade política obtida em meados do século XIX com as tentativas de modernização económica durante a Regeneração;
- Relacionar as prioridades do Fontismo com o aumento da dívida pública e com a dependência financeira face ao estrangeiro;
- Avaliar os resultados da Regeneração ao nível económico, demográfico e social;
- Avaliar o alcance das primeiras realizações da 1ª República ao nível da legislação social, da laicização do Estado, das medidas educativas e financeiras;
- Explicar o descontentamento criado por medidas da 1ª República em largos setores da população portuguesa;
- Relacionar as fragilidades do capitalismo liberal e o fracasso das primeiras medidas de combate à crise com a adoção de estratégias de intervenção do Estado na economia;
- Reconhecer a importância dos fundos comunitários na modernização das infraestruturas do país;
- Identificar as principais transformações ocorridas na economia portuguesa com a adesão às Comunidades Europeias/União Europeia, nomeadamente o impacto nos setores económicos mais tradicionais;

Para além destes foram trabalhados outros mais específicos, são eles:

- Relacionar o atraso da agricultura em Portugal com o formato da propriedade rural no país;
- Compreender algumas consequências negativas do abandono da agricultura em Portugal.

De seguida apresentam-se maquetes aproximadas das estações expostas no átrio do pavilhão A da escola. Todas elas estavam convenientemente legendadas.

## Estação 1



Antes de explorar as imagens os alunos leram o ponto 1 do guião, onde tinham parte da explicação para o início da regeneração. Neste cartaz três imagens eram meramente representativas de figuras históricas, por isso a imagem alusiva à mala-posta foi a mais explorada. Pretendeu-se, através da exploração do texto com recurso ao diálogo vertical, levar os alunos a compreenderem o atraso que Portugal vivia. Esse facto foi reforçado através da interpretação do serviço de mala-posta, em contraste com a ferrovia, já existente na Europa mais avançada. Logo aqui foi introduzido o nome de Fontes Pereira de Melo, bem como a sua primeira função governativa.

Era também objetivo deste ponto que os alunos compreendessem a importância da estabilidade política, após a Regeneração, como chave para o investimento público e criação de condições para o avanço da economia.

Crescimento do setor bancário								
	1851	1856	1863	1865	1870	1874	1875	1892
Nº de Bancos	2	3	4	12	14	26	51	44

Fonte: Castro (1971) cit in Esteves (1998)

Taxa e crescimento das exportações em Portugal e na Europa			
Valor (em percentagem)			
Anos	Portugal	Europa	
1850/1856	9,6	6,1	
1856/1866	1,1	5,3	
1866/1875	3,6	3,2	
1875/1886	1,4	1,6	

Fonte: Lains (2007)

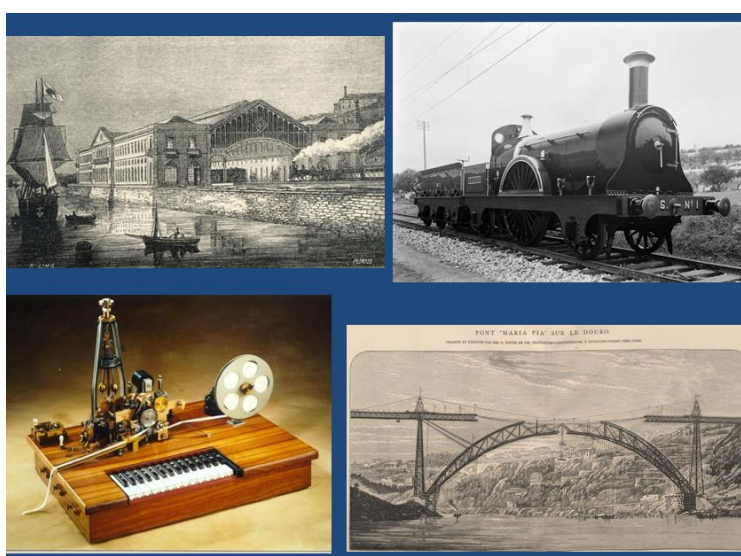
  

Composição do PIB por atividades económicas				
Em Milhares de Contos	Em Percentagem			
	PIB	Agricultura	Indústria	Serviços
9340	45,4	13,1	41,5	
9821	36,8	18,2	45	
10 958	37,6	17,1	45,3	
11 498	36,4	18,9	44,7	
13 727	41,5	21,7	36,8	

Fonte: Lains (2007)

Depois o trabalho do professor incidiu especialmente no auxílio à análise de quadros relacionados com a evolução da economia durante o fontismo, de forma simplificada. Os alunos, após a leitura e análise do último parágrafo do ponto 1 do guião, comprovaram a informação cedida através dos dados presentes nos quadros. Pretendeu-se que os alunos, ao explorar os quadros, concluíssem que a política fontista teve um impacte positivo na economia portuguesa, nomeadamente, ao nível do crescimento das exportações, da indústria, e da banca.

Por fim, foram analisadas imagens que continham algumas das mais importantes inovações tecnológicas introduzidas em Portugal durante o Fontismo. Nesta estação optou-se por dar mais importância ao comboio dada a relevância que este elemento teve durante esta fase da História de Portugal.



## Estação 2



A estação 2 foi dedicada à evolução da agricultura durante a Regeneração e à conclusão do impacto da política fontista nas finanças do país. A partir daqui os alunos são informados que a aula incidirá agora sobre a agricultura. Com a leitura e exploração do ponto 2 do guião, pretendeu-se que os alunos relacionassem o atraso da agricultura em Portugal, com o formato da propriedade rural no país. Foi também intenção que os alunos compreendessem, através da análise de uma tabela, que o Produto Agrícola Bruto até havia crescido, mas não ao ritmo desejado.

Período	Cereais	Vinhos	Produtos animais	Total
1846/1852	0.92	3.05	0.16	1.44
1852/1870	0.14	-1.33	0.45	-1.44
1870/1885	-0.40	3.08	1.36	1.40
1885/1903	2.03	1.37	0.98	1.44
1846/1903	0.67	1.54	0.74	0.71

Após a análise do pequeno texto foram exploradas as imagens e introduzidos os conceitos de minifúndio e latifúndio, ao mesmo tempo que se relacionaram estas duas morfologias, com o potencial que elas proporcionam para a introdução de maquinaria agrícola.



Por fim os alunos analisaram em conjunto com o professor a evolução da dívida pública em Portugal durante o Fontismo. Através da análise do *cartoon* de Fontes Pereira de Melo, os alunos foram levados a concluir que a forma de financiar todas as obras realizadas durante a regeneração foi a contração de empréstimos, o que acabava por justificar a evolução da dívida no gráfico antes analisado.

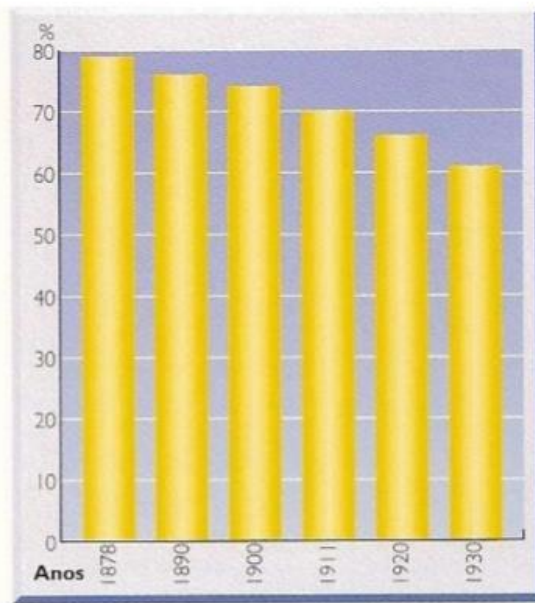
### Estação 3

Esta estação foi dedicada à evolução da agricultura durante a I República, bem como a uma análise sucinta da evolução do país durante este regime. Nesta estação os alunos começaram por ler o primeiro parágrafo do ponto 3 do guião, a fim de compreenderem aquilo que a população esperava da I República.

Posteriormente, analisou-se um gráfico acerca da evolução da dívida durante o regime republicano e um outro sobre a evolução da taxa de analfabetismo, no intuito de levar os alunos a compreenderem que os resultados das políticas do regime não foram aquelas que o país exigia.







Evolução da taxa de analfabetismo (1878 - 1930)

Foi depois analisada uma tabela sobre a evolução da produção de cereais em Portugal, cabendo ao professor realçar aos alunos a importância que estes produtos detinham no setor agrícola e na alimentação das populações. Para que os alunos não ficassem com a ideia de que a evolução tinha sido completamente satisfatória, passou-se à leitura e análise do último parágrafo do ponto 3 do guião, através de diálogo vertical.

Trigo (hl)	1917	2 567 721,34
	1923	4 620 117,00
	1930	4 739 559,30
Milho (hl)	1917	3 017 703,27
	1923	3 438 472,90
	1930	5 618 553,60
Centeio (hl)	1917	1 029 001,99
	1923	1 792 426,60
	1930	1 682 160,50

## Estação 4

Nesta estação pretendeu-se que os alunos ficassem com uma ideia da política intervencionista do Estado Novo na economia, explorando a “Campanha do Trigo”. Começou-se por ler e analisar os primeiros dois parágrafos do ponto 4 do guião como introdução à instauração do Estado Novo, à sua política económica, aos objetivos da campanha do trigo e aos mecanismos usados para a implementar. De seguida analisou-se uma imagem propagandística aplicada pelo regime à “Campanha do Trigo”, para elucidar os alunos acerca dos mecanismos usados pelo estado para influenciar as populações.



De seguida analisou-se uma tabela com dados sobre a produção de trigo e a superfície ocupada por esta cultura, para que os alunos compreendessem os resultados da política agrícola do Estado Novo.

Anos	Média anual da superfície de trigo semeada em (1000ha)	Média anual da produção de trigo (1000t)
1925-29	437,6	280,4
1930-34	497,6	507,1
1935-39	496,2	440,0
1940-44	570,8	380,9
1945-49	674,0	386,2
1950-54	719,2	640,9
1955-59	813,0	658,9
1960-64	709,8	526,1
1965-69	545,4	552,5
1970-73	483,5	615,8

Passou-se depois à análise e leitura do último parágrafo do ponto 4 do guião com o objetivo de que os alunos compreendessem as razões para a diminuição abrupta da produção de trigo e da superfície ocupada por este cereal, verificada a partir da década de 60.

Por fim, analisou-se uma imagem de uma colheita manual de trigo, para fazer a ponte entre a agricultura que maioritariamente existia durante o regime salazarista e as modernizações que vão ser analisadas na estação seguinte.



## Estação 5

Esta estação é dedicada à agricultura portuguesa, depois da aplicação da Política Agrícola Comum no país. Começou-se por, mais uma vez, ler e explorar o primeiro parágrafo do ponto 5 do guião como estratégia de introdução dos alunos à nova estação e ao novo tema. No final desta leitura os alunos estariam preparados para analisar os primeiros elementos gráficos.

Passou-se por isso a analisar imagens relacionadas com a modernização agrícola, dizendo-se aos alunos que iríamos agora observar e analisar aquilo que a PAC trouxe à agricultura portuguesa. Depois desta análise, os alunos estavam prontos para concluir que a PAC ajudou a modernizar a agricultura no país.



Leu-se e analisou-se o segundo parágrafo do ponto 5, para que os alunos compreendessem quais as consequências desta modernização, e assim começassem a sensibilizar-se para as consequências mais a jusante desta política.

Seguidamente, foi feita análise à produção da agricultura portuguesa depois de todas estas inovações. Incitando os alunos a pensarem que a produção aumentaria imenso com estas inovações, tentou-se provocar um efeito surpresa na turma ao analisar a tabela que mostra uma quase estagnação da produtividade, desde 1986. Após analisar esta tabela questionaram-se os alunos acerca de qual o destino dos terrenos agrícolas, já que a produtividade tinha aumentado, mas a produção tinha ficado quase estagnada desde então. Pretendeu-se assim que os alunos se apercebessem previamente, através de questões introduzidas com recurso ao diálogo vertical, daquilo que passaram depois a ler no último parágrafo do guião.

Ano/Rubrica	Produção Agrícola (em milhares de euros)
86 - 88	5388
88 - 90	5450
90 - 92	5722
92 - 94	5226
94 - 96	5275
96 - 98	5295
98 - 00	5531
99 - 01	5688
Taxa de crescimento (%)	0,42

Após a exploração da exposição todos os alunos fizeram uma ficha de trabalho com quatro perguntas. Dessas perguntas cada aluno escolheu uma e, encarando a pergunta como um ponto de partida, desenvolveu uma pequena redação/dissertação acerca da situação/problema.

Esta estratégia cativou o público-alvo, todas as turmas e alunos a aceitaram bem e a trabalharam como era suposto. Os pressupostos da sua aplicação foram assim cumpridos e a exposição foi oferecida a toda a comunidade escolar para ser utilizada por quem dela quisesse desfrutar. O material de apoio (guião), se solicitado, seria imediatamente cedido.

Em anexos segue a ficha e o guião realizados para esta aula<sup>145</sup>.

---

<sup>145</sup> Anexo X

## Considerações Finais

Concluído que está este trabalho restam-me apenas tecer algumas considerações finais. Antes de mais gostaria de reafirmar o prazer que me deu este ano de estágio, como atrás já tinha referido.

Quanto ao tema científico escolhido há que sublinhar também o gosto que me deu tratar este assunto pelos motivos já citados no capítulo da introdução. Considero, indubitavelmente, que a realização de todo o trabalho necessário reforçou em mim bastantes competências profissionais e mesmo sociais, dada a particularidade de o tema estar intrinsecamente ligado a épocas riquíssimas no que toca às dinâmicas da sociedade. Infelizmente, como o tema estava principalmente relacionado com a agricultura, e o número de páginas tinha limitações, não foi oportuno desenvolver esse aspeto com toda a relevância que ele merece. Houve que fazer escolhas para que se tornasse viável tratar a temática em tão pouco espaço, e esta foi uma delas.

Para além do espaço para dissertação surgem também alguns condicionalismos relacionados com a escassez da variável tempo. Ao contrário da maioria dos casos em que se produz uma tese de mestrado, um formando do Mestrado em Ensino de História e Geografia não dispõe de um ano inteiro para pesquisa bibliográfica, investigação, recolha e tratamento de dados, entre outras tarefas importantes. O estágio ocupa quase na totalidade o tempo durante o ano letivo caso se queira cumpri-lo com o afincamento que o formando e os alunos merecem, e realizar outras tarefas torna-se um esforço para o qual parece faltar sempre a disponibilidade desejada.

Ou seja, pelo interesse que nutro pelo tema e pela importância que este tem e merece que lhe seja dada, não duvido que caso o período e o espaço para o trabalhar fosse mais prolongado muitos outros aspetos para além do que foi tratado, e do campo social que já citei, seriam aqui incluídos e expostos de forma detalhada. Aliás, mesmo os pontos abordados seriam desenvolvidos de forma mais extensa e pormenorizada.

Apesar disto não deixo de me sentir satisfeito com aquilo que aqui apresento, considerando que cumpro aquilo a que me tinha proposto e que tinha estipulado como meta pessoal tratar, dentro do possível.

# **Bibliografia**

## **Livros e Artigos**

**Almeida**, José Pedro Fragoso; Alberto, Deolinda; “Evolução da Agricultura Portuguesa no Período 1989/2010. Análise de Indicadores Relevantes”. 17º Congresso da APDR, Bragança – Zamora, 2011

**Azevedo**, Rodrigo Medeiros de; A fotografia como recurso didático para a Geografia no ensino fundamental, Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

**Baptista**, Fernando Oliveira; “O Espaço Rural, Declínio da Agricultura”; Celta Editora, Lisboa, 2010.

**Baptista**, Fernando Oliveira; A Política Agrária do Estado Novo; Edições Afrontamento, Porto, 1993.

**Carvalho**, Ana Amélia A. ; Manual de Ferramentas da Web 2.0 para professores, Ministério da Educação, 2008.

**Costa**, Leonor Freire; Lains, Pedro; Miranda, Susana Munch, História Económica de Portugal, Esfera dos Livros, Lisboa, 2011.

**Delicado**, Ana; Gago Maria do Mar; Cortez, Alcina; A visita a uma exposição científica vista pelos/as professores/as – elementos para uma análise, Educação, Sociedade & Culturas, nº 40, 2013.

**Dias**, Carina Maria Ramos; Blogues Escolares no Ensino Básico: análise do tipo de mensagens e das linguagens utilizadas, Universidade do Minho, 2011.

**Esteves**, Rui Pedro; O Crowding Out em Portugal 1879-1810: uma análise exploratória. Análise Social, Vol. XXXIII, 1998.

**Ferraz**, José Manuel – O desenvolvimento socio-económico durante a Primeira República (1910-1926), (...), 1974

**Francischett**, Mafalda Nesi; A cartografia no ensino-aprendizagem da Geografia (...)



**Freire**, Dulce; Ferreira, Nuno Estevão; Rodrigues, Ana Margarida, *Corporativismo e Estado Novo – contributo para um roteiro das instituições corporativas (1933-1974)*, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Laboratório Associado, 2014.

**Graça**, Laura Larcher; *Propriedade e Agricultura: Evolução do modelo dominante de sindicalismo agrário em Portugal*, Conselho Económico e Social, 1999, Lisboa.

**Germano**, Maria Adelaide; *Regime Florestal um Século de Existência*. Direção Geral das Florestas, Lisboa, 2000.

**Gomes**, Maria João; Lopes, António Marcelino; *Blogues escolares: quando, como e porquê?* Universidade do Minho, 2007.

**Herrero Fabregat**, C; Herrero Fabregat, M.; *Como preparar uma aula de História*, Edições Asa, 1991.

**Lains**, Pedro; “A evolução da agricultura e da indústria em Portugal (1850-1913) – uma interpretação quantitativa”, Banco de Portugal, Lisboa, 1990.

**Lopes**, Óscar; *Materiais Para a História da Questão Agrária em Portugal*, Editorial Nova, Porto, 1974.

**Marques A. H. Oliveira e Joel Serrão**, “Nova História de Portugal, da Monarquia para a República, vol. XI, Presença, Lisboa, 1991.

**Marques A. H. Oliveira; Serrão, Joel; Rosas, Fernando**; *Nova História de Portugal, Portugal e o Estado Novo, vol. XII, Editorial Presença, 2010.*

**Martins**, Nuno Ferraz; Duarte, António Portugal, *A Primeira República e a Sustentabilidade das finanças públicas Portuguesas: uma análise histórico-económica*, ISEG, Lisboa (...)

**Matoso**, José; *História de Portugal, vols V e VI*. Editorial Estampa, 1994.

**Matoso**, José; Ramos, Rui; *História de Portugal, “A Segunda Fundação (1890-1926)”*, Círculo de Leitores, 1994.

**Mónica**, Maria Filomena; *Fontes Pereira de Melo*. Alêtheia, Lisboa, 2009

**Moreira**, Joaquim Mendes; Ensinar História, Hoje, Revista da Faculdade de Letras do Porto, III série, vol. 2, 2001.

**Nunes**, Adélia; Uso do Solo em Portugal Continental: aspetos gerais da sua evolução. Cadernos de Geografia Nº 21/23 – 2002-2004, Coimbra, FLUC.

**Oliva**, José Maria; Matos Jesús; Acevedo, José António; Contribución de las exposiciones científicas escolares al desarrollo profesional docente de los profesores participantes, Revista Eletrónica de Enseñanza de las Ciências, Vol 7, nº1, 2008.

**Pereira**, Miriam Halpern; Livre-Câmbio e Desenvolvimento Económico, Lisboa, Sá da Costa Editora, 1983.

**Ribeiro**, Gabriel Mithá; O Ensino da História, FFMS, 2012.

**Rosas**, Fernando; Brito, J. M. Brandão de; Dicionário de História do Estado Novo, Bertrand, Lisboa, 1996

**Santos**, Maria José Palma L; “ A evolução do setor agrícola português após a adesão à União Europeia”; Escola Superior Agrária – Instituto Politécnico de Castelo Branco.

**Serra**, João B., Portugal, 1910-1940: da República ao Estado Novo, Catálogo da Exposição Portugal-Frankfurt, 1997

**Silva**, Manuel Carlos; “A Agricultura Portuguesa, o Estado e a PAC Europeia”; Sociedade e Cultura 1, Cadernos do Noroeste, Volume 13 (1), 2000, 51-80

**Sousa**, Ana Judite; Silva, Bento Duarte; Blogues em contexto de sala de aula e implicações no ensino, no currículo e na avaliação, Atas do IX colóquio sobre questões curriculares, 2010.

**Sousa**, Marta Augusta da Silva; Henriques, Maria Helena; Sá, Artur Abreu; As exposições escolares como recursos educativos: um estudo de caso centrado nas variações da biodiversidade ao longo do tempo geológico, Bol. R. Soc. Esp. Hit. Nat. Secc. Aula, Museos y Colecciones, 1, 2014.

**Varela**, José Augusto dos Santos; “A Agricultura Portuguesa na PAC”; Edições Almedina, Coimbra, 2007.

### **Sites on-line visitados**

- www.ine.pt (acesso em Julho de 2015)
- www.infopédia.pt (acesso em Janeiro de 2015)
- www.dgterritorio.pt (acesso Junho de 2015)
- www.icnf.pt (acesso Julho de 2015)

### **Fontes de Imagem**

- Imagem de capa: <http://www.sinal.tv/noticia/estudo-europeu-revela-graves-deficiencias-da-agricultura-portuguesa--1433199600>

## **Anexos**

## Anexo I

Planificação a curto prazo de Geografia, com guião de experiências práticas e ficha de acompanhamento.

**Escola: EB 2,3 Inês de Castro**

**Ano: 7º**

**Turma: B**

**Tempos: 1**

**Professor: João Pedro Fontes Branco**

**Unidade: O Clima**

**Conteúdo Programático: Precipitação na superfície terrestre**

**Sumário:**

A precipitação na superfície terrestre.

**Questões Chave:**

O que é a precipitação?

De que forma a água chega à atmosfera?

O que é a evaporação?

O que é o ponto de saturação?

Que fator faz oscilar o ponto de saturação?

O que ocorre quando é atingido o ponto de saturação?

O que é a condensação?

O que é a sublimação?

Que indicadores se estudam para saber se a atmosfera está próxima do seu ponto de saturação?

O que é a humidade absoluta?

O que é a humidade relativa?

O que se forma na atmosfera quando esta atinge o seu ponto de saturação?

**Descritores**

**Conceitos (\*pré-requisitos)**

Definir condensação. Definir sublimação. Definir evaporação. Definir precipitação. Distinguir humidade absoluta de humidade relativa. Definir humidade absoluta. Definir humidade relativa. Associar as nuvens a fenómenos de condensação em altitude. Definir ponto de saturação. Compreender o papel da temperatura na oscilação do ponto de saturação.	Temperatura* Vapor de água* Precipitação Evaporação Ponto de Saturação Condensação Humidade absoluta Humidade relativa Sublimação
--	---

### Estratégias de Ensino/Aprendizagem

-Início de aula com breve feedback de assuntos anteriores.

-Introdução aos alunos do conceito precipitação por oposição ao que já estudaram, através de diálogo vertical.

- De seguida manter-se-á o diálogo vertical com os alunos, perguntando-lhes o que entendem por precipitação. Após retirar as ideias tácitas será dada uma definição simplista de precipitação aos alunos.

- Após a definição de precipitação, e já com o termo água introduzido na aula, será perguntado aos alunos quais os três estados em que podemos encontrar água no planeta. Após estes responderem serão colados três cartazes no quadro, com os três estados da água, para que esta informação esteja, durante toda a aula, disponível para os alunos.

- De seguida, através de questões feitas por diálogo vertical, será mostrado aos alunos de que forma a água chega à atmosfera, e dar-se-á a definição de evaporação. Para elucidar este ponto efetuar-se-á a primeira experiência prática da aula.

- Depois deste ponto, através do diálogo vertical, os alunos serão levados a concluir que a atmosfera não tem capacidade para reter todo o vapor de água que lhe é fornecido. Passar-se-á a introduzir o conceito de ponto de saturação, e será dada aos alunos parte da definição.

- Para isto será feita nova experiência prática na aula detalhada no guião.

- Após a experiência pretende-se que os alunos compreendam que a temperatura é o fator que faz oscilar o ponto de saturação. Desta forma já podem completar a definição de ponto de saturação.

- Voltando ao diálogo vertical, os alunos serão induzidos a perceber que, para sabermos se a atmosfera está próxima, ou não, do ponto de saturação, é necessário medir a temperatura, e o vapor de água presente na atmosfera.

- Serão introduzidos aos alunos os conceitos de humidade absoluta e relativa.

- Para que compreendam a diferença entre estes conceitos será efetuada uma pequena demonstração prática, explicitada também no guião.

- Após esta demonstração prática acompanhada de explicação, pretende-se que os alunos percebam a diferença entre os dois conceitos, e que se apercebam que quando a humidade relativa atinge os 100% a água passa ao estado líquido por condensação.

- Seguidamente a esta conclusão será introduzido aos alunos o conceito de sublimação, como hipótese alternativa à condensação. Para isso os alunos observarão um vídeo representativo do fenómeno.

- Por fim, levar-se-ão os alunos, através do diálogo vertical e horizontal, a concluir que a condensação ou a sublimação do vapor de água na atmosfera provoca o aparecimento de nuvens. Desta forma será também introduzido um dos temas da próxima aula.

- Resta dizer que toda a aula será auxiliada de uma “ficha de acompanhamento”, onde os alunos farão os seus registos da aula, de forma orientada previamente.

### **Recursos**

Projeter multimédia;  
Microsoft Power Point;  
Quadro branco;  
Manual adotado;  
Internet (pequeno vídeo online);  
Material para experiência descrita em guião anexo;  
Cartazes A4;  
Ficha de acompanhamento de aula.

### **Avaliação**

Avaliação diagnóstica oral.

### **Bibliografia/Sites**

- LOURENÇO, Luciano – “Cadernos de Trabalhos Práticos de Geografia Física, 1ª Parte”. Faculdade de Letras, Coimbra, 1988.
- CUADRAT, J. M.; PITA, M. F. – “Climatología (2ª ed.)”. Cátedra, Madrid, 2000.
- RIBEIRO, Isabel; CARRAPA, Eduarda – “GeoSítios”. Areal Editores. (Manual Adotado)

### **Reflexão Crítica**



# Guião de experiência prática na aula

Material necessário:

- Uma chaleira;
- Água;
- Dois vidros;
- Arroz;
- Dois frascos;

1º Ferver água numa chaleira para demonstrar a **evaporação**, passagem da água a **vapor de água**. Citar que este vapor vai começar um movimento de ascensão na atmosfera, dado o baixo peso das partículas, e que aí fica em suspensão. Este vapor de água em suspensão vai designar-se perante os alunos de **humidade atmosférica**.

2º Referir aos alunos que a atmosfera, não consegue conter o vapor de água infinitamente, tem algo a que chamamos o **ponto de saturação**. Após esta citação será dado aos alunos parte da definição de **ponto de saturação**, sem introduzir a variável temperatura.

3º Para demonstrar isto colocar um vidro por cima do vapor da chaleira para mostrar a **condensação**.

4º Posteriormente observar-se-á o fenómeno de condensação com um vidro frio, e um vidro à temperatura ambiente. Esta demonstração levará os alunos a concluir que é a **temperatura** que faz oscilar o **ponto de saturação**.

5º De seguida introduzir-se-ão aos alunos os conceitos de **humidade absoluta** e **humidade relativa**.

Para isso usar-se-ão dois frascos, uma maior e outro mais pequeno. Far-se-á a analogia do frasco grande com o vidro quente, e do frasco pequeno com o vidro frio, e do tamanho dos copos com o ponto de saturação, agora que os alunos já compreendem que a temperatura determina a quantidade de vapor de água que o ar retém até ficar saturado. Colocar-se-á uma certa, e igual, quantidade de arroz, que representará o vapor de água, dentro dos dois copos. Assim eles irão perceber que apesar de a quantidade de arroz ser igual (**humidade absoluta**), os dois frascos estão a distâncias diferentes do seu ponto de saturação (**humidade relativa**).

# Ficha de trabalho: A precipitação na superfície terrestre

## 1. Precipitação

---

2. A água pode encontrar-se em três estados: Estado \_\_\_\_\_; Estado \_\_\_\_\_; Estado \_\_\_\_\_.

3. Para que a água chegue à atmosfera é necessário que ocorra \_\_\_\_\_.

## 4. O Ponto de saturação é:

---

\_\_\_\_\_, a uma determinada \_\_\_\_\_.

Desta forma

Se o ar estiver mais quente...

... \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
—

Se o ar estiver mais frio...

... \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
—

Quando este é ultrapassado ocorre \_\_\_\_\_ ou \_\_\_\_\_.

5. A condensação é a passagem da água do estado \_\_\_\_\_ ao estado \_\_\_\_\_. Quando a água se encontra no estado gasoso chamamos-lhe \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

6. Para percebermos se atmosfera está próxima do seu **ponto de saturação** calculam-se dois indicadores muito importantes.

## **Humidade Absoluta**

### **Humidade Absoluta**

Peso total do vapor de água por unidade de volume de ar. Mede-se em  $\text{g/m}^3$  (grama por metro cúbico)

Ou seja...

---

---

---

---

---

---

---

## **Humidade Relativa**

### **Humidade Relativa**

Quantidade de vapor de água presente no ar em relação ao máximo que este poderia conter, à mesma temperatura. Mede-se em percentagem.

---

---

---

---

---

---

---

- Quando o valor da **humidade relativa** é de 100%, a atmosfera atinge o seu ponto de \_\_\_\_\_ e ocorre a \_\_\_\_\_. A água passa do estado gasoso ao estado \_\_\_\_\_.

7. A **Sublimação** é a passagem de água do estado \_\_\_\_\_ (vapor de água), ao estado \_\_\_\_\_, e vice-versa, sem passar pelo estado \_\_\_\_\_.

## Anexo II

Planificação a curto prazo de História, juntamente com ficha de acompanhamento de aula e guião de vídeo.

Escola: Eb 2,3 Inês de Castro	<b>Tema: A formação da Cristandade ocidental e a expansão Islâmica.</b>	<b>Aula nº:</b>	<b>Sumário: O aparecimento e expansão da religião Islâmica. A civilização muçulmana, e suas interações com o mundo cristão.</b>
<b>Professor: João Pedro Fontes Branco</b>	<b>Unidade: O mundo Muçulmano em expansão.</b>		
<b>Turma: C Ano: 8º Data: 15/05/15</b>	<b>Subunidade: A génese e expansão do Islamismo; As interações entre o mundo Muçulmano e o mundo Cristão;</b>		

Indicadores de Aprendizagem	Conteúdos	Estratégias	Recursos	Avaliação
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Localizar no tempo e no espaço o aparecimento da religião islâmica.</li> <li>- Referir os princípios do Islamismo.</li> <li>- Comparar os princípios fundamentais do Islamismo e do Cristianismo.</li> <li>- Apontar as razões que levaram à conquista militar, por parte dos muçulmanos, de novos territórios.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- O aparecimento da religião islâmica.</li> <li>- A expansão territorial dos muçulmanos.</li> <li>- A civilização muçulmana.</li> <li>- O relacionamento entre cristãos e muçulmanos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Durante toda a aula os alunos estarão em busca de razões, nos valores de base e história inicial da religião islâmica, que sustentem os conflitos atuais.</li> <li>- Recapitulação da matéria relacionada com a evangelização dos povos bárbaros e com as invasões muçulmanas na Europa.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Projetor multimédia.</li> <li>- Quadro branco.</li> <li>- Power Point.</li> <li>- Cartoons.</li> <li>- Manual adotado.</li> <li>- Imagens várias.</li> <li>- Clip de vídeo;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Avaliação diagnóstica oral.</li> </ul>

<ul style="list-style-type: none"> <li>- Caracterizar o Império Muçulmano, do século VII ao IX, em termos territoriais e económicos.</li> <li>- Identificar as principais características da cultura muçulmana, sublinhando as suas ligações ao mundo clássico, à China, à Pérsia e à Índia.</li> <li>- Distinguir a mensagem de tolerância, defendida pela maioria dos muçulmanos, do radicalismo islâmico, praticado por uma minoria.</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>- Projeção de fotos atuais, representativas de atentados levados a cabo por extremistas islâmicos contra estados ocidentais, para problematização da natureza da cultura e civilização Islâmicas.</li> <li>- Visualização de um clip de vídeo online, com cerca de 11 minutos de duração, acerca da formação da religião Islâmica, acompanhado de guião para preenchimento simplificado.</li> <li>- Leitura e exploração de texto do manual adotado, acerca dos princípios da religião islâmica.</li> <li>- Recapitulação, em quadro síntese comparativo, dos valores essenciais da religião Islâmica em relação aos do Cristianismo.</li> <li>- Leitura e exploração do texto 1 da ficha formativa, acerca dos deveres fundamentais muçulmanos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- “O Fio da História”, Manual Escolar, Texto Editores, 2014.</li> <li>- Ahmed, Akbar S. – “O Islão: uma pequena introdução ao mundo islâmico”, Bertrand, Lisboa, 2002.</li> <li>-Lopes, Margarida Santos – “Dicionário do Islão: palavras, figuras e histórias”, Editorial Notícias, Lisboa, 2002.</li> </ul>	
--	--	--	--	--

		<ul style="list-style-type: none"><li>- Análise de mapa do império muçulmano para introdução do estudo do império.</li><li>- Exploração em power point, e através de diálogo vertical, das razões para a expansão do império muçulmano.</li><li>- Introdução às bases de desenvolvimento do império muçulmano, através de diálogo vertical com feedback de matéria sobre os romanos, e exploração de imagens alusivas ao comércio.</li><li>- Exploração de mapa projetado com as rotas comerciais do império para justificar o poderio comercial muçulmano.</li><li>- Problematização, através de diálogo vertical, do desenvolvimento cultural proporcionado pelos territórios sob o domínio muçulmano, essencial à formação de uma civilização.</li></ul>		
--	--	---	--	--

		<ul style="list-style-type: none"><li>- Introdução e representação dos avanços científicos, através da exploração de imagens.</li><li>- Problematização, através de diálogo vertical, da forma encontrada pelos muçulmanos para desenvolver os contributos culturais provenientes de todo o império.</li><li>- Exploração de imagens para compreender a forma como as comunidades cristãs e muçulmanas interagiram, em tempo de paz e guerra alternadamente.</li><li>- Análise de cartoon para explorar as situações de conflito atuais.</li><li>- Análise parcial de artigo de jornal para representar situação de cooperação para a paz, entre cristãos e muçulmanos</li><li>-Projeção e análise de imagens representativas de climas de tolerância e compreensão entre muçulmanos e cristãos no presente.</li></ul>		
--	--	--	--	--



		- Toda a matéria da aula será registada numa ficha.		
<b>Indicadores de Aprendizagem</b>	<b>Conteúdos</b>	<b>Estratégias</b>	<b>Recursos</b>	<b>Avaliação</b>

## Ficha de registo da aula

Comparação		
Islamismo		Cristianismo
	Nº de deuses	
	Deus	
	Profeta	
	Dia sagrado	
	Templo	
	Livro sagrado	
	Deveres	Os 10 mandamentos e os 7 sacramentos.

### Texto 1

Além do reconhecimento de Alá como o único deus verdadeiro, os muçulmanos ainda devem obedecer a outros importantes pontos que sustentam o islamismo. Todos os muçulmanos devem orar cinco vezes ao dia, com a face voltada em direção a Meca, e devem realizar a peregrinação até à cidade sagrada pelo menos uma vez na sua vida. Durante o mês do Ramadão não podem ocorrer relações sexuais e, entre o amanhecer e o anoitecer, há que ser mantido o jejum. A prática da caridade, através da cedência de parte dos seus rendimentos aos pobres, é também um ponto obrigatório da religião muçulmana.

1. Os valores e as crenças do Islamismo e do Cristianismo têm muitas\_\_\_\_\_.

### 2. Organização administrativa do império.

a) Líder político e religioso absoluto em todo o império - \_\_\_\_\_.

b) Governador de uma região do império - \_\_\_\_\_.

c) Governador de uma província ou praça - \_\_\_\_\_.

### 3. Razões da expansão muçulmana.

- Espalhar a \_\_\_\_\_ de Alá;
- Acumular \_\_\_\_\_ (terras férteis, metais preciosos, novos mercados);
- Os Muçulmanos eram um povo \_\_\_\_\_, e aproveitaram a \_\_\_\_\_ dos antigos territórios que tinham pertencido ao império \_\_\_\_\_ do ocidente.

### 4. Formas de expansão e desenvolvimento do império.

a) Organização \_\_\_\_\_.

b) Um \_\_\_\_\_ forte e bem \_\_\_\_\_.

c) O desenvolvimento \_\_\_\_\_ também foi fulcral para o império Muçulmano. Para isso criaram uma economia próspera, assente em dois princípios:

Economia \_\_\_\_\_ Economia \_\_\_\_\_

Os produtos comercializados vinham de vários pontos do seu \_\_\_\_\_. De África vinha principalmente \_\_\_\_\_ e \_\_\_\_\_, da China vinha \_\_\_\_\_ e \_\_\_\_\_, e da Índia \_\_\_\_\_ e pedras preciosas. Este comércio era efetuado por via \_\_\_\_\_ e \_\_\_\_\_, através de rotas comerciais estabelecidas.

### 5. Civilização Muçulmana

Através do contacto com outros povos os Muçulmanos desenvolveram não só a economia, mas também as \_\_\_\_\_ e as \_\_\_\_\_, aumentando assim o seu nível \_\_\_\_\_, e construindo uma verdadeira \_\_\_\_\_.

## 6. Desenvolvimentos científicos, técnicos e artísticos.

### Ciências

- \_\_\_\_\_;
- Medicina;
- \_\_\_\_\_;
- Filosofia;
- História;
- Geografia;

### Artes

- \_\_\_\_\_;
- \_\_\_\_\_;
- Artes decorativas;

### Saberes Técnicos

- Técnicas agrícolas;
- \_\_\_\_\_;
- \_\_\_\_\_;
- Bússola.

a) Na agricultura melhoraram os sistemas de \_\_\_\_\_ com a introdução da levada, da \_\_\_\_\_ e da picota.

b) Na matemática foram responsáveis pelo sistema \_\_\_\_\_. Desenvolveram também a álgebra.

c) Da sua literatura chegaram até aos nossos tempos inúmeros contos, como “Aladino” e “Ali Babá e os 40 Ladrões”, integrantes da obra “\_\_\_\_\_”.

### 6.1

Para desenvolver as ciências e as artes os Muçulmanos criaram \_\_\_\_\_ nas principais cidades do império.

## 7. Relacionamento entre Cristãos e Muçulmanos.

Durante a ocupação da Península Ibérica, estes dois povos, apesar de alguns momentos de conflitos, viveram muito tempo em \_\_\_\_\_ e \_\_\_\_\_ religiosa. Para isso muito contribui o espírito \_\_\_\_\_ defendido e praticado pela grande maioria dos Muçulmanos.

## Guião do vídeo: As Grandes Civilizações – O Islão

**Para introduzirmos o tema da aula de hoje vamos assistir a um pequeno vídeo. Durante a sua visualização deves estar muito atento, pois só assim conseguirás ouvir a informação que te vai ajudar a preencher esta ficha.**

1. A religião islâmica, ou o islão, nasceu na península \_\_\_\_\_, através da palavra do profeta \_\_\_\_\_. Este afirmou existir um só deus, ao qual chamou \_\_\_\_\_. A religião islâmica, por ter apenas um deus, é considerada uma religião\_\_\_\_\_.

2. Na cidade onde Maomé nasceu, \_\_\_\_\_, muitas pessoas começaram a seguir a sua palavra, facto que levou à fúria dos antigos líderes espirituais. Graças a isto Maomé foi perseguido e em \_\_\_\_\_ fugiu para \_\_\_\_\_. A esta peregrinação os deu-se o nome de\_\_\_\_\_.

3. A todos aqueles que começaram a seguir a palavra escrita no \_\_\_\_\_, divulgada pelo profeta Maomé, deu-se o nome de \_\_\_\_\_, que significa crentes. Depois de reunir um grande exército Maomé regressou a Meca e conquistou esta cidade em \_\_\_\_\_. Este foi o primeiro passo que Maomé deu em direção ao seu objetivo, espalhar a fé em Alá por toda a terra. Meca passou a ser para os muçulmanos uma cidade\_\_\_\_\_.

4. Em 632, quando Maomé morreu, o Islamismo já unia todas as cidades e vilas da península \_\_\_\_\_, e, em menos de 100 anos, o povo muçulmano formou um império que ia desde a \_\_\_\_\_ até à Índia.

5. Para prestar culto a Alá, e formar verdadeiros centros religiosos, os muçulmanos construíram grandes templos, as \_\_\_\_\_. Estes edifícios foram erguidos por todo o império, inclusivamente na Europa. A batalha que travou a expansão do império muçulmano, no continente europeu, aconteceu no ano de\_\_\_\_\_, e ficou conhecida por Batalha de \_\_\_\_\_. No entanto, os muçulmanos permaneceram na península ibérica durante muitos anos.

## Anexo III

# Guião da exposição Pedro Nunes, Sá de Miranda e a expansão europeia

### 1- 1º Poster

Destacar os seguintes elementos no mapa medieval da cidade de Coimbra:

- Aqueduto- Abastecimento de Água.
- Ponte- Edificação romana mandada reconstruir por D. Afonso Henriques. Lembrar que nesse tempo o rio Mondego era navegável.
- Convento de São Francisco.
- gg- Mosteiro de Santa Clara nos seus primórdios, fundado por D. Mor Dias.
- Aqueduto, construção para abastecimento de água, ainda presente na paisagem urbana da cidade.
- R- Portagem, local onde se pagava a portagem (taxa) para entrar com produtos comerciais na cidade e aí poder vendê-los.
- H- Porta da Almedina (vestígio muçulmano).
- S- Igreja de Santa Cruz com Claustro. Lembrar que aí funcionava Escola Conventual, e que os terrenos anexos à catedral se prolongavam até ao atual Jardim da Sereia.
- X- Pátio da Inquisição.
- P- Praça do Comércio.

### 2- Pedro Nunes

Biografia:

A destacar:

- Local de nascimento;
- Onde estudou (em Salamanca Artes, Matemática, e Medicina onde concluiu Bacharelato; Alcala de Henares onde estudou Teologia; Universidade de Lisboa, onde se formou em Filosofia Moral, Lógica e Metafísica, e se doutorou em Medicina).

- Explicar que no seu regresso a Portugal é nomeado Cosmógrafo do Rei, passando mais tarde a ser o primeiro Cosmógrafo-mor do Reino (1547).
- Por fim dizer que lecionou na Universidade, em Lisboa e Coimbra, a disciplina de Matemática. Nesta fase explica-se aos alunos a problemática da deambulação da Universidade entre Coimbra e Lisboa, e faz-se também referência à sua fundação.

Passa-se a citar e explicar os contributos importantes, cientificamente, de Pedro Nunes:

- Como cosmógrafo teve um papel fulcral na expansão Portuguesa ao desenvolver e criar conhecimentos essenciais à navegação em alto mar.
- Defendeu que as rotas marítimas deveriam ser desenhadas em espiral (Navegação á Bolina).
- Criação do Nónio- pequena régua que permitia executar medições no astrolábio com uma precisão mais apurada.

No final abordar a ascendência judia do cientista:

- Foi cristão-novo, e talvez por isso se tenha absterido de comentar abertamente a teoria heliocêntrica, por suposto medo das represálias trazidas pela Inquisição.

### 3- Sá de Miranda

Biografia:

- Citar que era natural de Coimbra;
- Referir onde estudou- Escola de Santa Cruz, estudos gerais; Universidade de Lisboa, Direito.

### 4- 2º Poster com ilustração panorâmica da cidade de Coimbra seiscentista

Neste ponto será feita uma comparação entre esta ilustração e a do 1º poster, e serão realçadas as diferenças paisagísticas:

- Realçar o facto de esta pintura ser dotada de perspetiva, e associar isso à matéria do renascimento

- Tratar um pouco a Ponte do Ó, dizer que foi D. Manuel o seu construtor, e explicar que o espaço amplo a meio da ponte é planeado para ajudar a descongestionar o trânsito de veículos com mercadorias.

- Abordar as mudanças no Mosteiro de Santa Clara, e mostrar a responsabilidade de Isabel de Aragão quanto a essas obras.

**5-** Análise de livros infantojuvenis alusivos à expansão europeia.

- Fazer referência ao Astrolábio, à sua importância e evolução;

- Mostrar exemplar da Carta de Pero Vaz de Caminha sobre o achamento do Brasil;

- Ilustração dos impactos culturais e científicos da chegada ao Brasil;

- Mostrar fotografia da Custódia de Belém, feita com o ouro que Vasco da Gama trouxe na sua segunda viagem à Índia, como tributo concedido ao Rei pelo Régulo de Quiloa (governante da atual Tanzânia, que assim mostrava a sua vassalagem à coroa Portuguesa);

- Falar das descobertas do período Henriquino na costa africana.

- Mostrar as novas plantas e animais exóticos conhecidos no império português, e destacar a importância destes ao nível dos avanços científicos, nomeadamente na botânica e biologia;

**6-** Realização de um jogo didático, acerca dos novos produtos comercializados durante o auge do Império Português, no qual os alunos terão que identificar num planisfério, qual a origem dos produtos expostos.



## Anexo IV

### Despesas públicas (%)

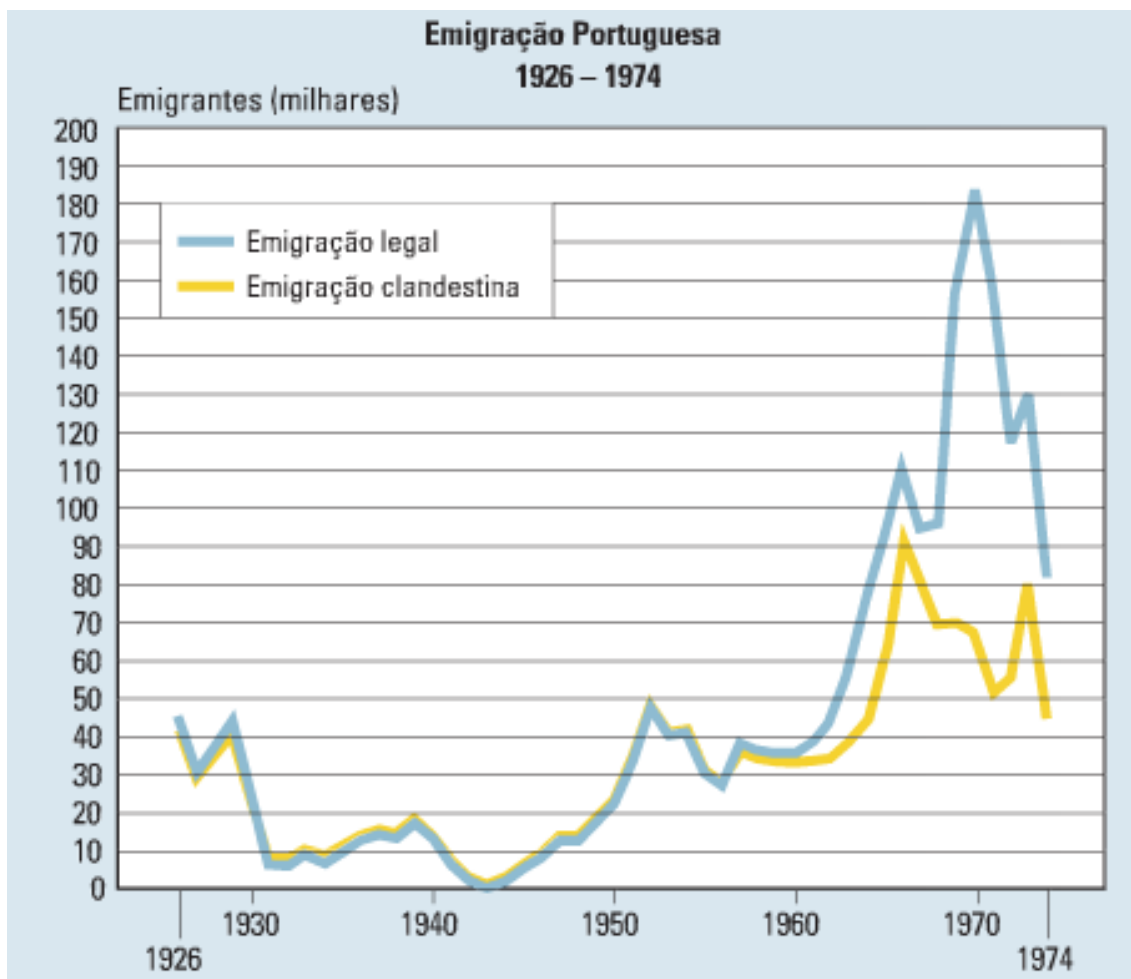
Anos	Dívida pública	Despesas militares	Fomento	Agricultura	Interior	Instrução	Finanças	Colónias	Outros
1908 - 1909	41,7	21,0	14,7	—	8,0	—	7,6	1,6	5,4
1911 - 1912	46,1	22,0	7,0	—	8,7	—	7,2	3,3	5,7
1914 - 1915	29,8	42,9	4,7	—	4,9	3,9	5,1	4,1	4,6
1917 - 1918	16,4	65,9	2,7	0,07	3,6	2,1	2,7	2,2	4,3
1920 - 1921	18,5	28,0	7,9	14,8	9,4	7,0	6,0	1,2	7,2
1923 - 1924	22,7	28,8	7,3	1,7	8,6	10,3	10,3	1,5	8,8
1926 - 1927	21,9	29,4	9,2	1,2	11,6	9,8	11,6	0,9	4,4
1929 - 1930	25,7	25,8	9,2	1,8	9,3	8,7	8,1	1,0	10,4

\* Somatório dos gastos com o Ministério da Guerra, Ministério da Marinha e despesas de guerra

Fonte: Marques A. H. Oliveira; Serrão, Joel – Nova História de Portugal, Portugal da monarquia para a república, vol XI. Editorial Presença, 2007, p. 253

## Anexo V

Evolução da emigração portuguesa entre 1926 e 1974



Fonte: in *Dicionário de História do Estado Novo*, dir. de F. Rosas e J. Brandão de Brito, art. Emigração. Bertrand Editora, 1996.

## Anexo VI

População ativa agrícola segundo a situação na profissão, no continente, nos anos de 1930 e 1940.

<i>Situação</i>		<i>1930</i>	<i>1940</i>	<i>1950</i>	<i>1960</i>
<i>Patrões</i>	<i>Nº</i>	377 884	231 456	136 541	76 270
	<i>%</i>	22,2	17,6	9,7	5,9
<i>Isolados</i>	<i>Nº</i>	—	187 215	268 742	275 168
	<i>%</i>	—	14,2	19,1	21,2
<i>Trabalhadores por conta de outrem</i>	<i>Nº</i>	769 423	563 446	842 019	770447
	<i>%</i>	45,3	42,7	59,7	59,4
<i>Trabalhadores não remunerados</i>	<i>Nº</i>	552 076	157 871	162 149	174 584
	<i>%</i>	32,5	11,9	11,5	13,5
<i>Outros</i>	<i>Nº</i>	—	178 751	—	814
	<i>%</i>	—	13,6	—	0,1
<i>Total</i>	<i>Nº</i>	1 699 383	1 318 739	1 409 451	1 297 283
	<i>%</i>	100	100	100	100

Fonte: Marques A. H. Oliveira; Serrão, Joel; Rosas, Fernando; Nova História de Portugal, Portugal e o Estado Novo, vol. XII, Editorial Presença, 2010, p. 269, 270.

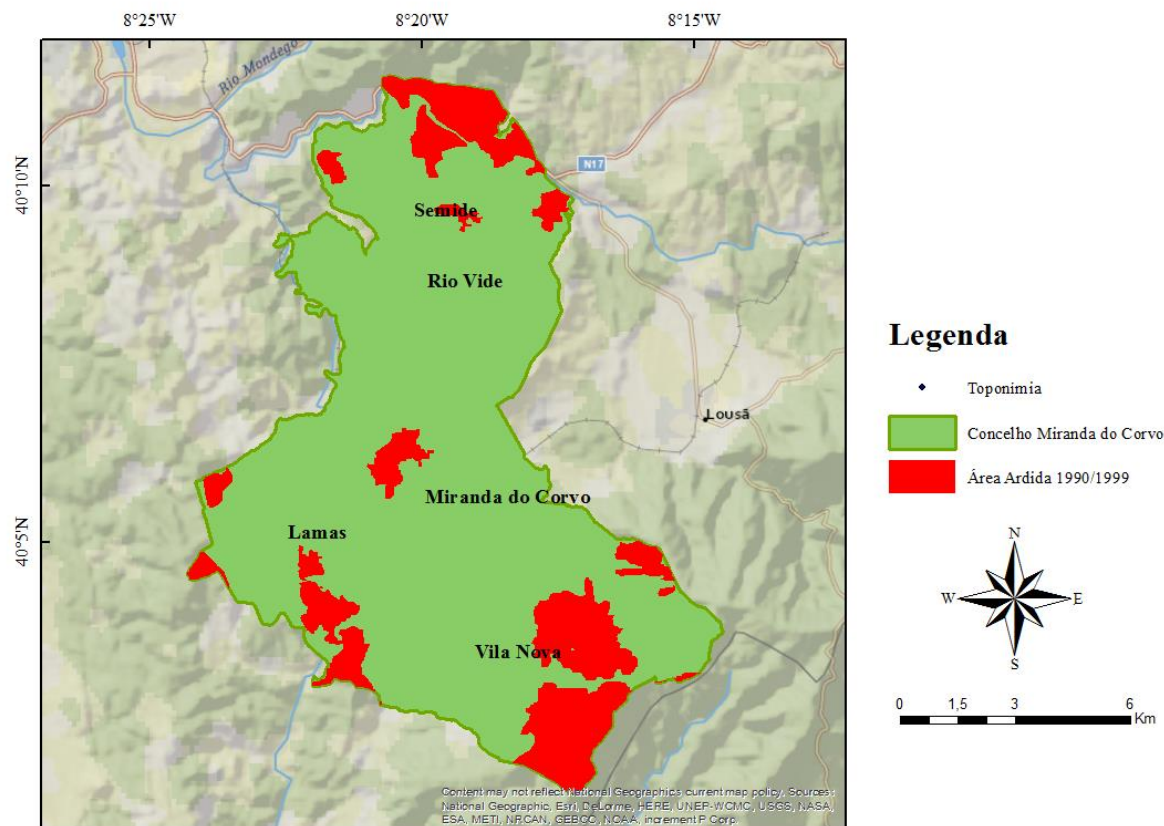
## Anexo VII

### Distribuição da propriedade rural por distritos

<i>Distritos</i>	<i>Número de parcelas</i>	<i>Número de proprietários</i>
<i>Aveiro</i>	953 597	102 728
<i>Beja</i>	85 408	26 078
<i>Braga</i>	576 920	68 935
<i>Bragança</i>	1 203 249	62 271
<i>Castelo Branco</i>	586 668	60 068
<i>Coimbra</i>	1 257 791	118 749
<i>Évora</i>	40 430	14 061
<i>Faro</i>	281372	65 954
<i>Guarda</i>	698 792	87 197
<i>Leiria</i>	910 185	96 543
<i>Lisboa</i>	206 885	55 063
<i>Portalegre</i>	67 469	21 595
<i>Porto</i>	435 543	55 810
<i>Santarém</i>	463 035	84 345
<i>Setúbal</i>	26 056	15 814
<i>Viana do Castelo</i>	776 042	76 042
<i>Vila Real</i>	837 927	71 956
<i>Viseu</i>	1 631 095	132 366
<i>Total</i>	8 768 354	1 215 575

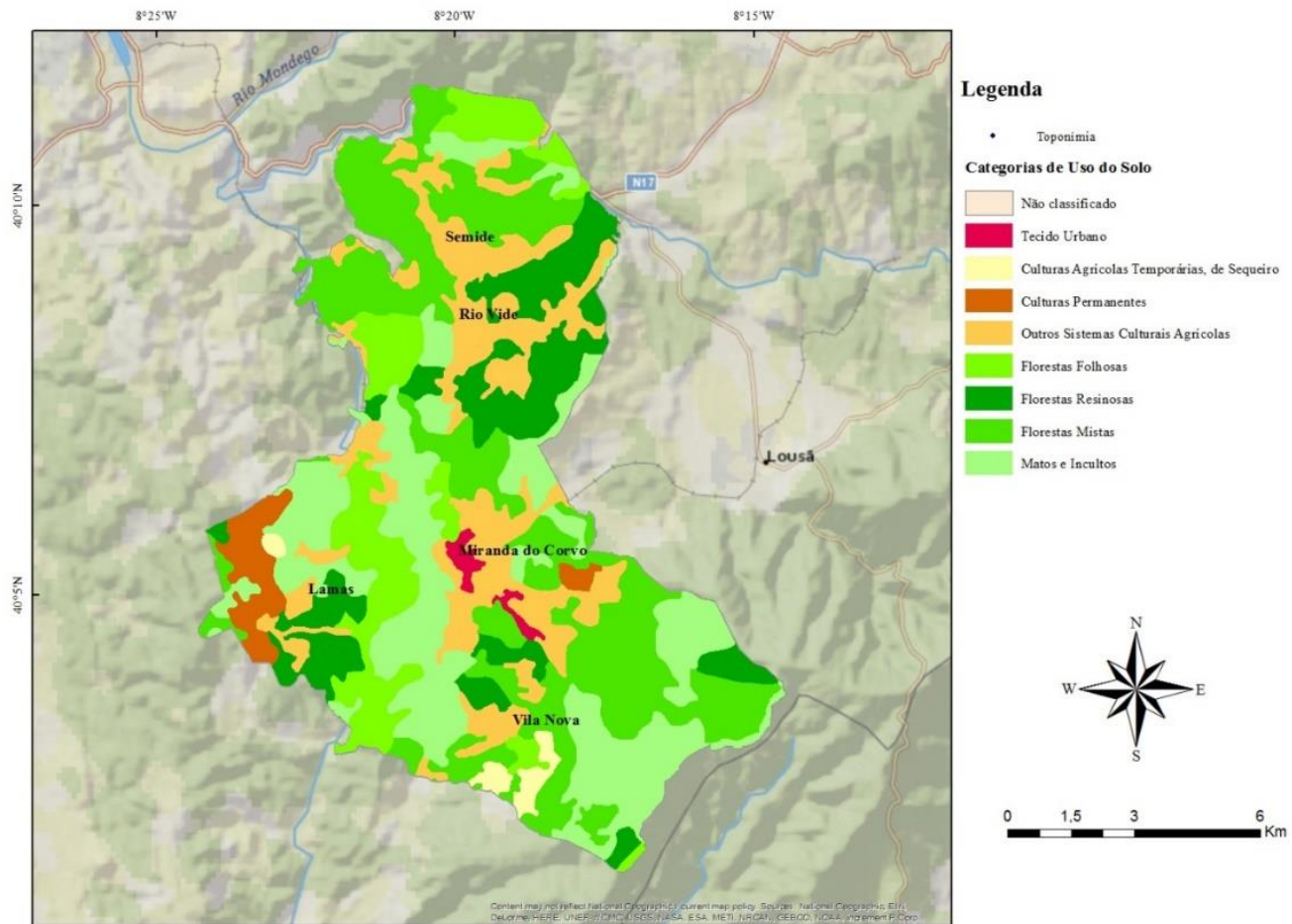
Fonte: Marques A. H. Oliveira; Serrão, Joel; Rosas, Fernando; Nova História de Portugal, Portugal e o Estado Novo, vol. XII, Editorial Presença, 2010.

## Anexo VIII



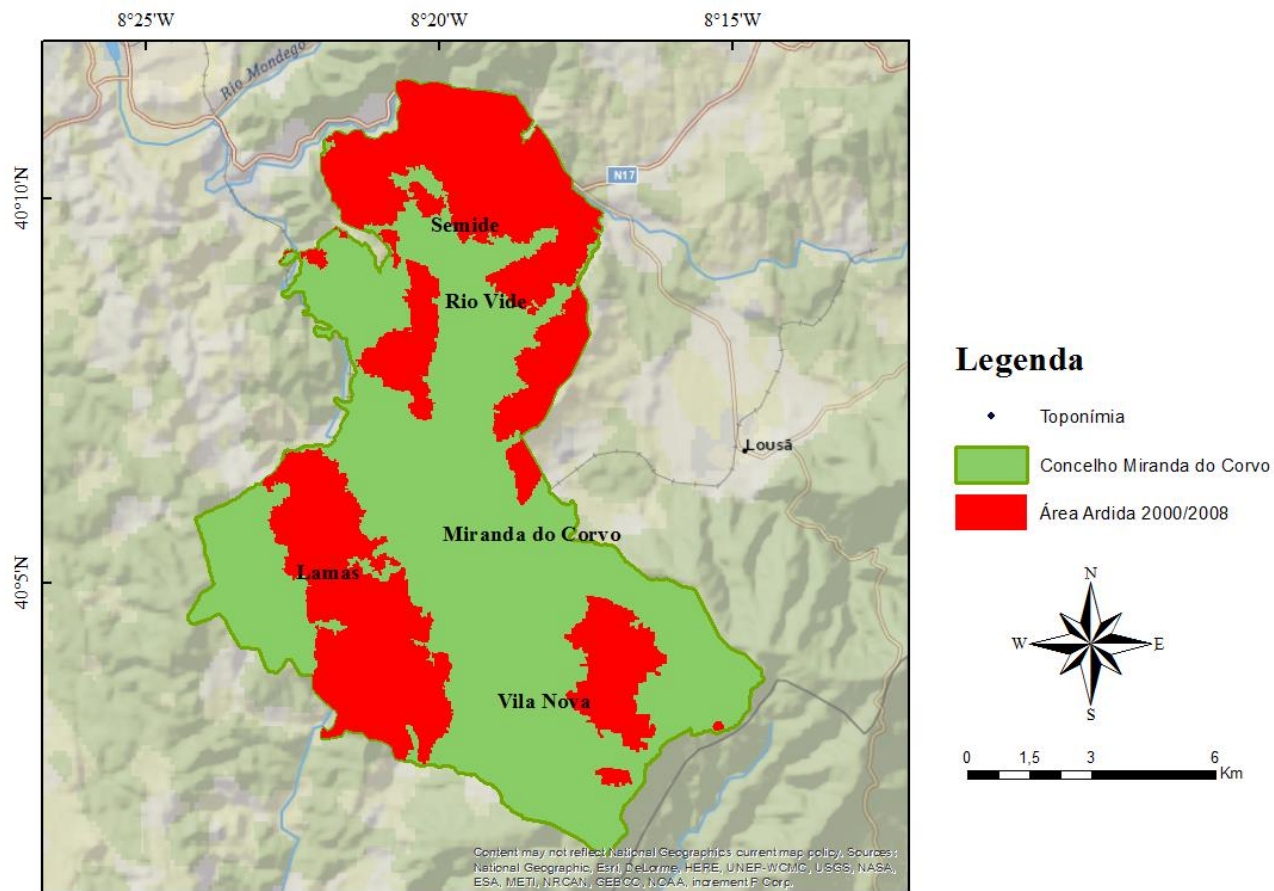
**Figura 8:** Áreas ardidas no concelho de Miranda do Corvo entre 1990 e 1999.

**Fonte:** Instituto de conservação da natureza e das florestas.

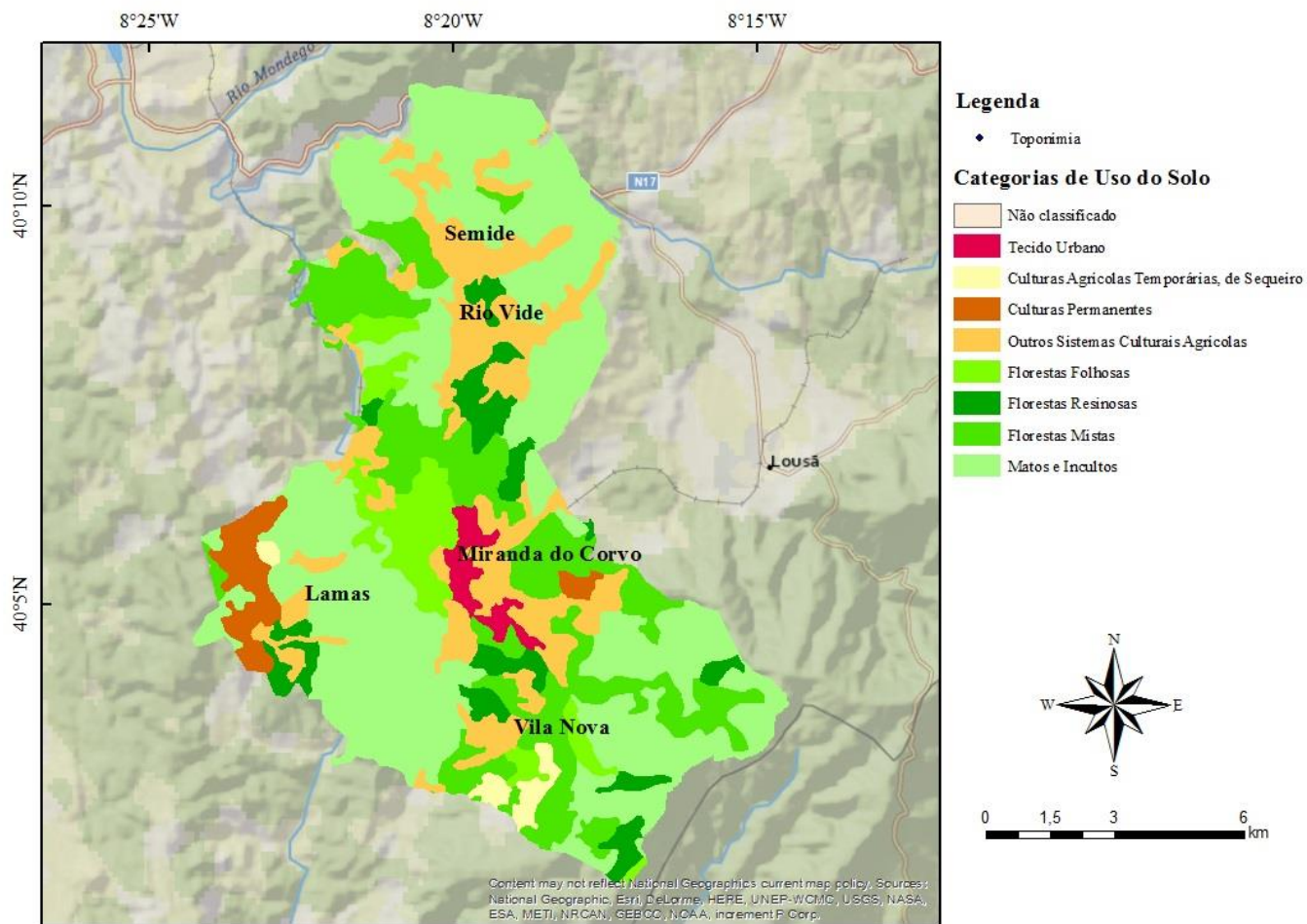


**Figura 11:** Categorias do uso do solo no concelho de Miranda do Corvo em 1990

**Fonte:** Dados disponíveis na cartografia temática de uso do solo, Corine Landcover 1990.



**Figura 9:** Áreas ardidas no concelho de Miranda do Corvo entre 2000 e 2008.  
**Fonte:** Instituto de conservação da natureza e das florestas.



**Figura 12:** Categorias do uso do solo no concelho de Miranda do Corvo em 2006.

**Fonte:** Dados disponíveis na cartografia temática de uso do solo, Corine Landcover 2006.



# Anexo IX

Trabalhos dos alunos do 8º Ano publicados no *blog* inesdecastrogeografia.blogspot.pt, no contexto da aula exposição dinamizada a propósito da aplicação didática de Geografia.


**Fatores que influenciam a agricultura - 8ºB**

A Agricultura

Fatores que influenciam a agricultura

Fatores naturais:

- ✓ Clima;
- ✓ Temperatura;
- ✓ Humidade;
- ✓ Precipitação;
- ✓ Luz solar;
- ✓ Relevo.



Fatores humanos:

- ✓ Objetivos da produção;
- ✓ Densidade de população;
- ✓ Tradições culturais;
- ✓ Grau de desenvolvimento do país/região;
- ✓ Técnicas de trabalho e meios utilizados;
- ✓ Revolução agrícola.

Curiosidades:

- Os climas temperados são mais favoráveis para a prática da agricultura.
- É mais fácil praticar a agricultura em planícies.

**Diferença entre agricultura tradicional e agricultura moderna - 8ºC**

Agricultura →	Tradicional/ Subsistência	Moderna/ Mercado
Ao nível de/da/do ↓		
Métodos de trabalho	Utilização da mão de obra e animais	Utilização de máquinas
Região	Regiões pouco desenvolvidas	Regiões muito desenvolvidas
Técnicas	Primitivas	Modernas (máquinas)
População	Maior população agrícola	Menor população agrícola
Cultivo	Policultura	Monocultura
Terrenos (tamanho)	Pequenos (Minifundio)	Grandes (Latifundio)
Uso da agricultura	Para alimentar	Para vender
Produção	Pouca produção	Grande produção

Trabalho realizado por: Matilde, Miguel, Alexandra e Margarida - 8ºC

## Diferenças entre agricultura tradicional e agricultura moderna - 8ºB



Agricultura tradicional ou de subsistência } Consoante o grau de desenvolvimento  
Agricultura moderna ou de mercado

**Países desenvolvidos** (industrializados): agricultura moderna ou de mercado  
**Países em desenvolvimento** (não industrializados): agricultura tradicional ou de subsistência

**Diferenças**  
-mecanização na agricultura moderna enquanto que na de subsistência é tudo realizado à mão;  
-agricultura tradicional (subsistência) exige muita mão de obra enquanto que na agricultura moderna não exige muita mão de obra.



## A Agricultura em Portugal - 8º B



### • Portugal Continental:

Como varia o relevo em Portugal?

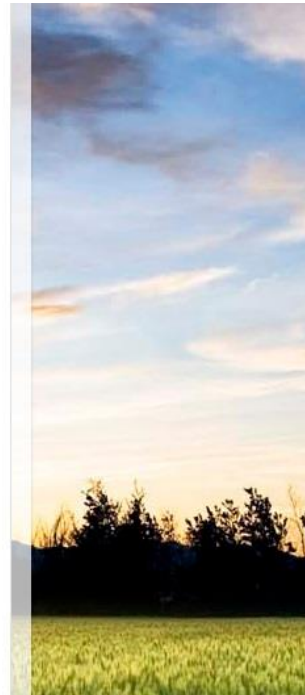
- O relevo é mais acentuado no Interior e menos acentuado no Litoral.
- O relevo é mais acentuado no Norte e menos no Sul.
- O relevo acentuado impede a modernização da agricultura.

### Clima de Portugal:

O clima de Portugal é temperado mediterrâneo.  
Produz-se nas áreas de influência mediterrânea o azeite.

### • União Europeia:

Portugal entrou na União Europeia em 1986.

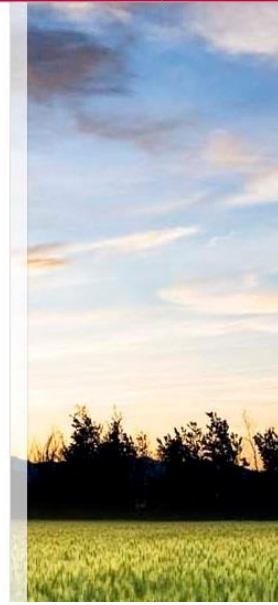


## Introdução

"A ocupação do espaço pelas sociedades humanas é resultado da forma como estas se relacionam com o meio que ocupam, ou têm disponível, e a agricultura é uma das actividades fundamentais para expressar as dinâmicas da mútua influência que acontece, quer do ser humano para com o espaço, quer do espaço para com o ser humano."



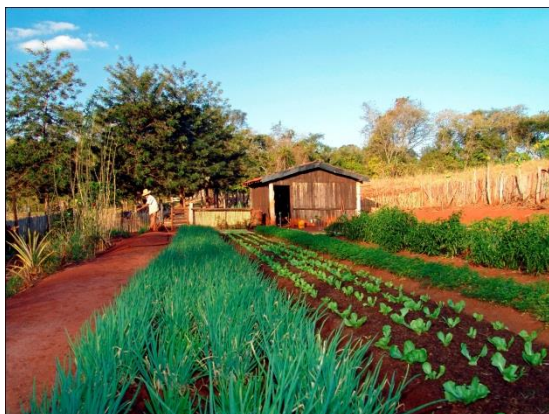
Vale do Douro



## **Ficha de Trabalho da exposição: “A Agricultura”**

*Após teres observado a exposição de Geografia acerca da Agricultura, adquiriste conhecimentos novos acerca deste tema. Agora aplica-os, resolvendo as questões seguintes.*

1. Indica dois exemplos de ambientes naturais onde é impossível praticar a agricultura, e especifica quais as condições adversas responsáveis por essa realidade.
2. A hidrografia é um dos factores que condiciona a agricultura. Identifica uma adaptação que o ser humano, geralmente, aplica à rede hidrográfica, através de obras nos leitos dos rios para que a água chegue nas quantidades desejadas às culturas, durante todo o ano.
3. Explica em que consistia a forma mais primitiva que o homem utilizava para fertilizar os terrenos agrícolas.
4. Indica qual é a forma de relevo que, no geral, apresenta mais potencial para instalar culturas agrícolas. Justifica a tua resposta.
5. Preenche os espaços das imagens com as palavras “monocultura” e “policultura”.



---

6. Os avanços tecnológicos e científicos aplicados à agricultura permitem que a necessidade de mão-de-obra diminua drasticamente. Hoje, a mão-de-obra agrícola, apresenta características muito diferentes das que apresentava no modelo de subsistência. Caracteriza a mão-de-obra agrícola que desenvolve a agricultura em Portugal depois da PAC.

7. Indica algumas das principais culturas agrícolas portuguesas.

8. Preenche os espaços da frase com as seguintes palavras: **“Minifúndio”**; **“Latifúndio”**.

- A paisagem agrícola em Portugal apresenta uma morfologia totalmente diferente no Norte e Sul do país. No Norte predominam os \_\_\_\_\_, um resultado da ocupação intensiva do território e da muita disponibilidade de água desta região. Já no Sul, graças à ocupação mais tardia e dispersa, e graças à pouca disponibilidade de água, prevalecem os \_\_\_\_\_.

9. Explica quais as consequências da aplicação da PAC (Política Agrícola Comum) em Portugal.

10. Identifica um caso, teu conhecido, de alguém que pratique agricultura. Aplicando os conhecimentos que agora tens, indica se o modelo seguido pela pessoa é a agricultura de subsistência ou a agricultura de mercado. Justifica a tua resposta.

## Anexo X

### **Guião da exposição de História “O Fontismo, e a evolução da agricultura em Portugal desde a Regeneração até à PAC”**

1. Perto de meados do século XIX, quando nações como os Estados Unidos ou França estavam à beira de iniciar a 3ª fase da industrialização, Portugal estava ainda longe da 2ª fase. Faltava ao país concretizar obras como a ferrovia, a modernização da rede de estradas, ou a instalação do telégrafo. Para este atraso contribuiu a instabilidade causada pela guerra civil e pelo início conturbado do liberalismo, povoado de revoltas e golpes sucessivos. O estado das contas públicas era também preocupante, não havia nos cofres do estado fundos que permitissem executar estas obras.

Em 1851, depois do golpe militar realizado pelo marechal duque de Saldanha, Portugal encontra a estabilidade política que necessitava para iniciar o seu processo de modernização e aproximação aos mais avançados países europeus. A este período chamamos Regeneração. Destacou-se nesta fase da História de Portugal uma personalidade política acima de todas as outras, Fontes Pereira de Melo. Este importante estadista foi o primeiro a chefiar o Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, fundado em 1852, e foi também por três vezes durante a segunda metade do século XIX presidente do conselho de ministros. A sua política, onde o desenvolvimento das obras públicas foi prioritário, é chamada de Fontismo.

Esta política, ao fomentar obras importantes para o país, acabou por se traduzir numa evolução positiva da economia. Setores como a banca, as exportações ou a indústria saíram favorecidos pela introdução de meios de comunicação como o comboio, o telégrafo ou as estradas.

2. Na segunda metade do século XIX a agricultura era ainda a atividade mais importante para a economia portuguesa. Para além de ser aquela que mais população empregava, era também a que mais riqueza gerava para os cofres do Estado. No entanto, e mesmo com inovações como o comboio que poderiam ajudar muito esta atividade, ela nunca cresceu aos ritmos que deveria para chegar ao nível dos países mais avançados da Europa. Um dos entraves principais foi o formato da propriedade em Portugal que, por ser em média demasiado pequena, não permitia a introdução da tecnologia em grande parte do país.

3. Em 1910, foi instaurada a república em Portugal, situação que durou até 1926. Este regime prometia alguns desenvolvimentos pelos quais as populações esperavam, como a evolução favorável da economia, a melhoria das finanças do estado, a alfabetização das populações e a melhoria das condições de vida.

Apesar de um início favorável para o regime, com a chegada da guerra, dificultaram-se as condições para cumprir os anseios das populações e as promessas republicanas. A dívida pública não evoluiu favoravelmente e a economia não se desenvolveu como era esperado. No que toca à agricultura, apesar de a produtividade ter aumentado um pouco, nunca este setor atingiu o desenvolvimento necessário em relação aquilo que era esperado pelas populações. O desenvolvimento do país acabou por não ser satisfatório, e a estabilidade política nunca foi atingida.

4. Em 1926, dada a instabilidade do sistema republicano, deu-se um novo golpe militar em Portugal que instaurou uma ditadura. Em 1928, a ditadura militar deu posse da pasta das finanças a António de Oliveira Salazar, que viria a ser chefe do Governo de Portugal, entre 1932 e 1968. Salazar funda em 1933 um sistema totalitário e repressivo que ficou conhecido por Estado Novo, no qual o estado controlava todos os setores da sociedade, inclusivamente a economia.

A agricultura, que era um dos setores principais da economia, foi alvo de várias políticas por parte do Estado Novo com vista à melhoria de rendimento. Uma dessas políticas ficou conhecida por “Campanha do Trigo”, por tentar aumentar a produção de trigo no país, ao ponto de abastecer toda a população sem recorrer à importação deste cereal. A importação de trigo em Portugal foi quase impedida pelo Estado através da aplicação de impostos altíssimos para quem importasse este produto. O Estado, através da propaganda, incentivou os agricultores a aderirem ao seu plano.

Os resultados iniciais foram muito favoráveis mas não tardou a que esta política se tornasse um problema para o estado. Os apoios concedidos aos agricultores eram muito avultados, a produtividade começou a cair e os solos começaram a mostrar as consequências negativas da campanha, através da sua deterioração. Por isso, nos anos 60, o estado acabou por mudar de rumo e deixar de proteger a produção de trigo no país, da forma que havia feito até então.

5. Em 1974, dá-se o 25 de Abril e é instaurado um regime democrático em Portugal. O Estado Novo já era passado e o futuro passava agora pela integração na economia europeia. Em 1986,

Portugal adere à União Europeia e, como estado membro, aplica à agricultura portuguesa o programa da Europa para este setor. A Política Agrícola Comum.

A partir daí, a agricultura portuguesa vai-se modernizar através da aplicação de tecnologia ao processo produtivo como, maquinaria agrícola, sistemas de rega mais eficientes, sementes selecionadas e melhoradas geneticamente, entre outros. A produtividade do setor aumenta e a necessidade de mão-de-obra diminui drasticamente, já que agora as máquinas substituem em grande parte o trabalho do homem. Tudo isto é conseguido através de apoios financeiros vindos da União Europeia.

No entanto, esta política também trouxe aspetos negativos, relacionados com a menor necessidade de mão-de-obra e com a conservação do ambiente. Como não eram necessários tantos trabalhadores as populações começaram a abandonar os espaços rurais em busca de trabalho nas cidades, provocando o despovoamento. Para além disso, os produtores que tinham pouco terreno acabaram por abandonar as suas terras, pois não conseguiam concorrer com as produções modernas. Hoje em dia a agricultura é cada vez menos importante na economia do país. A população empregada na agricultura cada vez é menor e a superfície agrícola utilizada também, apesar de não se produzir em Portugal o suficiente para o abastecimento das populações.

### **Ficha da exposição de História “O Fontismo, e a evolução da agricultura em Portugal desde a Regeneração até à PAC”**

1. Caracteriza como era o panorama político e económico português na primeira metade do século XIX.
2. Explica de que forma evoluiu a economia portuguesa durante o Fontismo, abordando obrigatoriamente a agricultura.
3. Caracteriza a evolução da economia portuguesa durante a 1ª República e explica quais as consequências dessa evolução.
4. Expõe em que consistia a “Campanha do Trigo” do Estado Novo e quais os seus objetivos.
5. Indica quais as consequências da PAC, positivas e negativas, para a agricultura portuguesa.



## **Acrónimos**

**CEE** – Comunidade Económica Europeia.

**PAB** – Produto Agrícola Bruto.

**PAC** – Política Agrícola Comum.

**PEDAP** – Programa Específico de Desenvolvimento da Agricultura Portuguesa.

**PIB** – Produto Interno Bruto.

**PNB** – Produto Nacional Bruto.

**PREC** – Processo Revolucionário em Curso.

**SAL** – Superfície Agrícola Utilizada

**UE** – União Europeia.

**UTA** – Unidade de Trabalho Agrícola.